

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e
Artes Plásticas

“GÉNESE, INOVAÇÃO E FUTURO”

DE UMA EXPERIÊNCIA EM MUSEOLOGIA SOCIAL

O CASO DO MUSEU DO TRAJO

EM

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Amália Madeira Martins

LISBOA

2009

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e

Artes Plásticas

“GÉNESE, INOVAÇÃO E FUTURO”

DE UMA EXPERIÊNCIA EM MUSEOLOGIA SOCIAL

O CASO DO MUSEU DO TRAJO

EM

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Amália Madeira Martins

Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do

Grau de Mestre em Museologia

Orientador: Professor Doutor Mário Canova Moutinho

Co-Orientador: Prof. Dr. Alfredo Tinoco

Lisboa

2009


museu do Trajo
ALGARVE



Colete Império (Séc. XIX)



Museu do Trajo do Algarve

Dedicatória

À memória dos meus pais, que representam o passado:

António Pires Martins;

Albertina de Sousa Madeira.

Aos meus filhos, que representam o futuro:

Hélder Jorge Martins Araújo;

Carlos Duarte Martins Araújo.

Agradecimentos

Aos vários amigos que directa ou indirectamente, contribuíram e estimularam na prossecução do trabalho, pela colaboração prestada e pelas palavras amigas em momentos cruciais deste trabalho, estão entre eles os meus colegas professores:

Almerinda Gonçalves, António Montezo e Paula Roque.

Ao Museu do Trajo, o meu agradecimento a todos quanto lá trabalham:

À Vânia Mendonça, coordenadora dos “Amigos do Museu”,

À Ana Bela Lourenço, coordenadora do projecto Museografia/Expografia,

Um agradecimento especial para o Director do Museu, Emanuel Sancho, perla sua total colaboração e disponibilidade.

Ao Padre José da Cunha Duarte, fundador do museu, que acolheu este trabalho com carinho desde o primeiro momento, e também pela disponibilidade e colaboração prestadas.

À Câmara Municipal de São Brás de Alportel, que através do seu presidente, Eng.º António Eusébio e da sua colaboradora Dr.^a Custódia Reis, disponibilizaram toda a documentação que lhes foi solicitada para este trabalho.

Ao Professor Doutor Mário Moutinho, por tudo que me ensinou, principalmente no que concerne à museologia e suas práticas, tendo sempre presente o sentido da criatividade e do desenvolvimento social.

Ao Professor Dr. Alfredo Tinoco, pela confiança que sempre me transmitiu ao longo do percurso, pela disponibilidade demonstrada na orientação da dissertação, pela clareza das sugestões e dos conhecimentos que me foi transmitindo, e, sobretudo, pelo espírito, diálogo, interdisciplinar e participativo com que encara a museologia e a educação, na teoria e nas suas práticas.

Para todos a minha gratidão e o meu carinho.

Resumo

O presente trabalho de investigação, realizado no âmbito do Mestrado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tem como base de estudo o caso do Museu do Trajo em São Brás de Alportel.

Trata-se de um pequeno museu, sob a tutela da Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, de recursos limitados, que encontrou soluções originais situadas no âmbito da Museologia Social para cumprir a sua missão.

Esta, centra-se na defesa do Património Cultural e, em particular, na preservação da memória e da identidade, do desenvolvimento local, e à sua interligação no processo museológico, numa perspectiva de futuro.

Assim, este trabalho estrutura-se em dois momentos fundamentais. O primeiro momento, de carácter teórico, explora as três seguintes áreas/ iniciativas individuais, consistentes financeiramente, competitivas e não dependentes de subsídios: Conservação e Restauro, Expografia e Inventário e Dinamização Cultural Comunitária, protagonizada pelo Grupo dos Amigos do Museu.

No segundo momento, serão objectos de estudo, a sustentabilidade do Museu, assente na articulação entre as referidas áreas como seu suporte financeiro, através da produção e venda de serviços culturais de que o mercado esteja carenciado. São exemplos: o Laboratório de Restauro, aberto à prestação de serviços dentro da área, a Produção e Venda de Exposições Itinerantes e a Programação de Acontecimentos Culturais, Formação e Lazer.

Embora o objectivo destes projectos vise prioritariamente a sustentabilidade do Museu, eles produzem de forma inovadora postos de trabalho, criam novos serviços à população (até aí inexistentes) e financiam as actividades culturais e educativas através de processos de interacção com as comunidades.

Partindo do pressuposto de que os Museus têm como função a constituição e conservação de colecções que possam ser socialmente úteis ao nível identitário, de sociabilidade, de participação cívica, de solidariedade, de inclusão multicultural, de informação e de aquisição/transmissão de conhecimentos, importa reflectir, problematizar e propor formas, acções ou eventos que, possibilitem a estas instituições aferir e participar no desenvolvimento local, usando os processos e os recursos da Museologia Social.

Abstract

This present investigation is based in the scope of the Master's Degree in Museology of the Lusófona University of Humanities and Technologies, has study base the case of the Museu do Trajo in São Brás de Alportel.

It is about a small museum, which is runed by Santa Casa da Misericórdia of São Brás de Alportel, which has limited resources, and has found original solutions in the area of the Social Museology to fulfill its mission.

This is centered in the defense of the Cultural Patrimony, in particular in the preservation of the memory and the identity, of local development, and to it is interconnection in the museologic process, in a future perspective.

Thus this work structure has two basic moments. The first moment, of theoretical character, explores three following areas consistent, financially competitive individual initiatives and not dependents of subsidies: Conservation and Restore, Expografy and Inventory and Communitarian Cultural Dynamics, carried out for the Group of the Friends of the Museum.

In the second moment, there will be objects of study the, the sustainability of the Museum, seats in the joint between the related areas as its financial support, through the production and sales of cultural services of that the market is lacking. They are examples: the Laboratory of Restore, open inside to the rendering of services of the area, Production and Sales of Itinerant Exhibitions and the Programming of Cultural Events, Formation and Leisure.

Thus this objective of these projects with priority aims at the sustainability of the Museum, they produce in innovative form work ranks, they create new services to the population (until there inexistent) and finance the cultural and educative activities through processes of interaction with the communities.

Taking in to consideration that Museums have functions of the constitution and conservation of collections that can socially be useful to the identification level, of sociability, civic participation, solidarity, multicultural inclusion, information and acquisition/transmission of knowledge, it matters to reflect, to ponder and to consider forms, shares or events that, make possible these institutions to infer and to participate in the local development, using the processes and the resources of the Social Museology.

ÍNDICE GERAL

Índice de Tabelas, Esquemas, Figuras e Gráficos	11
Introdução	14
Metodologia e Fontes	16
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO E PROBLEMÁTICA	18
1.1 – MUSEUS, PATRIMÓNIO E MEMÓRIA	18
1.2 – A MUSEOLOGIA SOCIAL	26
CAPÍTULO II – SÃO BRÁS DE ALPORTEL / ENQUADRAMENTO HISTÓRICO – GEOGRÁFICO	33
2.1 – HISTÓRIA E PATRIMÓNIO	38
2.1.1 – Ocupações Antigas	38
2.1.2 – Os Romanos e a Calçadinha	39
2.1.3 – Os Árabes e o Tesouro da Fonte da Pedra	42
2.1.4 – As Visitações e a Igreja Matriz a partir do séc. XVI	43
2.1.5 – A Memória Paroquial ou São Brás de Alportel no séc. XVIII	48
2.1.5.1 – O Paço Episcopal	49
2.2– CORTIÇA E DESENVOLVIMENTO	54
2.2.1 - Miguel Dias Andrade: Ascensão e queda de uma família emblemática	57
2.3– CRIAÇÃO DO CONCELHO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL	59
2.4 – SÃO BRÁS DE ALPORTEL NO SÉCULO XXI	62
CAPÍTULO III – O MUSEU DO TRAJO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL	69
3.1 – GÉNESE	72
3.1.1 – Fundação da Casa da Cultura António Bentes	72

3.2 – TRANSFORMAÇÃO EM MUSEU	78
3.2.1 – A Recolha Etnográfica	78
3.2.2 – Colecção e Inventário	80
3.2.2.1 – O Inventário	81
3.2.2.2 – Fundo Etnográfico	81
3.2.2.3 – O Trajo e os Têxteis	83
3.2.2.4 – Fundos Documentais	83
3.2.3 – Arquitectura e Gestão dos Espaços	85
3.2.3.1 – O Edifício Principal	86
3.2.3.2 – As Casas Agrícolas	88
3.2.3.3 – O Edifício das Reservas e <i>Ateliers</i>	89
3.2.3.4 – Os Alpendres	91
3.2.2.5 – O Jardim	92
3.2.4 – Programa / Enquadramento Programático	93
3.2.5 – Modelo Organizacional / Modelo de Gestão	97
3.3 – ACTIVIDADES / SERVIÇOS DESENVOLVIDOS	99
3.3.1 – Actividade expositiva	99
3.3.1.1 – Exposições permanentes	101
3.3.2 – Animação Cultural	101
3.3.3 – Serviços Educativos / Grupo de Ligação Museu – Escola	102
3.3.4 – Centro de Documentação	103
3.3.5 – Investigação / publicação	104
3.4 – OS PÚBLICOS	105
3.4.1 – Utentes / Escolas, Amigos do Museu e frequentadores das actividades	108
3.4.2 – Visitantes / Turismo e locais	108

CAPÍTULO IV – TRADIÇÃO, INOVAÇÃO E MUDANÇA	111
4.1 – ÁREAS DE INOVAÇÃO	111
4.2 – OS AMIGOS DO MUSEU	111
4.2.1 – Programação e difusão de actividades - Amigos do Museu	114
4.2.2 – Expografia e Inventário	118
4.2.3 – O Laboratório Aberto	120
4.3 – MEMÓRIA EM SUPORTE DIGITAL	122
4.3.1 – Arquitectura e evolução urbana	124
4.3.2 – Etnomusicologia e cultura imaterial	125
4.3.3 – Inventário Museológico	125
4.3.4 – Arquivo de Gestão	125
4.3.5 – Base de Dados de Têxteis, Trajo e Moda	126
4.3.6 – Fotografia e Memória – Arquivos de Família	127
4.4 – PARCERIAS E PROJECTOS	131
4.4.1 – Núcleo Museológico do Alportel	131
4.4.2 – Rota da Cortiça	134
4.4.3 – Projecto “Mão na mão – a Escola no Museu”	138
4.4.4 – Projecto “Oceano de Valores”	139
4.4.4.1 - Exposição “ O Vaqueiro Nordestino”	140
CONCLUSÃO	141
Bibliografia	146
Glossário	151
Anexos Documentais	152

Índice de Tabelas, Esquemas, Figuras e Gráficos

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Actividade expositiva do Museu do Trajo

Tabela 2 – Exposições Permanentes do Museu do Trajo

Tabela 3 – Publicações do Museu do Trajo

Tabela 4 – Actividades dos Amigos do Museu – Música no Museu

Tabela 5 – Actividades dos Amigos do Museu

Lista de Esquemas

Esquema 1 – Estrutura Organizacional do Museu do Trajo

Lista de Figuras

Figura 1 – Vista da Vila de São Brás de Alportel

Figura 2 – São Brás de Alportel em 1968

Figura 3 – São Brás de Alportel finais anos 90

Figura 4 – Vila de São Brás de Alportel 2009

Figura 5 – Calçadinha Romana

Figura 6 – Tesouro da Fonte da Pedra – *Dinar (século XII)*

Figura 7 – Igreja Matriz

Figura 8 – Ermida de S. Romão

Figura 9 – Paço Episcopal

Figura 10 – Jardim e Fonte do Paço Episcopal

Figura 11 – Mapa das localidades do Concelho de São Brás de Alportel

Figura 12 – Palacete de Manuel Dias Andrade, séc. XIX (actual Museu do Trajo)

Figura 13 – Mapa do Concelho de São Brás de Alportel

Figura 14 – Cortiça (o ouro da Serra do Caldeirão)

Figura 15 – Casa típica caiada de branco

Figura 16 – Chaminé símbolo de um passado recente do Algarve

Figura 17 – Casa com plantibanda

Figura 18 – Paços do Concelho (Pormenor da porta principal do edifício)

Figura 19 – Padre José da Cunha Duarte (Fundador do Museu)

Figura 20 – Emanuel Sancho (Director do Museu)

Figura 21 – 1ª Exposição realizada no espaço cedido pelos bombeiros de SBA

Figura 22 – Padre Cunha recolhendo o testemunho de uma anciã, acerca das memórias locais.

Figura 23 – Emanuel Sancho recolhendo um testemunho de etnomusicologia

Figura 24 – Museu do Trajo (acervos)

Figura 25 – Planta dos espaços do Museu

Figura 26 – Planta do Edifício Principal

Figura 27 – Casa da Cultura António Bentes / Museu do Trajo

Figura 28 – Planta das casas agrícolas

Figura 29 – Exposição de veículos tradicionais

Figura 30 – Actividades dos serviços educativos

Figura 31 – Actividades educativas “Laboratório Aberto”

Figura 32 – Vânia Mendonça – Coordenado do projecto “Amigos do Museu”

Figura 33 – Ana Bela Lourenço – Coordenadora do projecto Museografia/Expografia

Figura 34 – Projecto Digital

Figura 35 – Imagens do Urbanismo do Algarve (Arquivo Digital)

Figura 36 – Digitalização do Arquivo do Museu

Figura 37 – Arquivo do Trajo e Moda

Figura 38 – Divulgação da recolha das fotografias antigas

Figura 39 – Fotografia antiga com dedicatória

Figura 40 – Núcleo Museológico do Alportel (actividades)

Figura 41 – Núcleo Museológico do Alportel (exposição de cortiça)

Figura 42 – Cartaz de divulgação da “Rota da Cortiça”

Figura 43 – Cartaz promocional da “Rota da Cortiça”

Figura 44 – Exposição “Rota da Cortiça” – Museu do Trajo

Figura 45 – Exposição “Rota da Cortiça” – Museu do Trajo

Figura 46 – A turma dos “Golfinhos” em plena actividade no Museu do Trajo

Figura 47 – Exposição “ O Vaqueiro Nordestino” (Projecto “Oceano de Valores)

Figura 48 – Exposição dos trabalhos realizados pelos alunos – Museu do Trajo

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução Demográfica de São Brás de Alportel

Gráfico 2 – Nacionalidades de Estrangeiros residentes no concelho de S. Brás de Alportel

Gráfico 3 – Coleções do Museu do Trajo

Gráfico 4 – Totais Brutos de Visitantes 2004 – 2006

Gráfico 5 – Rentabilidade de Receitas Brutas

Gráfico 6 – Totais de Receitas 2002 – 2006

Gráfico 7 – Visitantes Homens / Mulheres

Gráfico 8 – Nacionalidades de Visitantes: Portugueses / Estrangeiros

Gráfico 9 – Estatística dos Utilizadores do Museu 2006 – 2009

Gráfico 10 – Nacionalidades dos Amigos do Museu

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação, realizado no âmbito do Mestrado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tem como base de estudo o caso do Museu do Trajo em São Brás de Alportel.

Trata-se de um pequeno museu, sob a tutela da Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, de recursos limitados, que encontrou soluções originais situadas no âmbito da Museologia Social para cumprir a sua missão.

Nos termos dos seus documentos fundadores esta missão centra-se no *“reconhecimento da Museologia Social como fonte de inspiração e no primado do homem sobre os objectos, apesar de estes serem testemunho inequívoco do engenho humano, veículo da memória, de sentimentos e emoções. Também (...) essencial é o envolvimento do museu nas preocupações correntes da sociedade dos nossos dias tais como, a nível local, o desemprego jovem, a monocultura do turismo, a educação, o desordenamento urbanístico, o abandono do interior e a nível global, a xenofobia e a integração, a degradação do ambiente, o aquecimento global, a utilização racional dos recursos naturais, a reciclagem, a clivagem entre ricos e pobres, a dignidade e direitos humanos, a violência e o liberalismo económico. Constitui seu compromisso, o de acompanhar atentamente o rumo tomado pelo planeta em que vivemos e de o traduzir em acções concretas pelo uso dos meios de comunicação existentes ao seu dispor.”*¹

Assim, este trabalho estrutura-se em dois momentos fundamentais:

O primeiro momento, de carácter teórico, explora três áreas: **conservação e restauro, expografia e inventário e dinamização cultural e comunitária.**

Estas três áreas que são **Projectos individuais** - consistentes financeiramente, tendencialmente não dependentes de subsídios e coordenados por jovens licenciados, funcionando em rede de funcionamento horizontal.

O segundo momento, abordará quatro áreas, tais como:

- **A sustentabilidade do Museu**, assente na articulação entre as referidas áreas que poderá no futuro, ser seu suporte financeiro, através da produção e venda de serviços culturais no contexto da sociedade de consumo em que vivemos;

¹ Artigo "Um Museu de Pessoas para Pessoas" in Revista "al Gharb" n°3, ed. Olhão, Outubro de 2008, pp : 45-53

- **A viabilidade da criação de postos de trabalho/projectos** autónomos auto-sustentáveis financeiramente;
- **A prossecução dos princípios doutrinários expressos na sua Missão;**
- **A aferição da validade do modelo de funcionamento** em rede integral em oposição ao modelo associativo convencional.

O movimento de renovação, reivindicado pelos profissionais dos museus, teve como consequência o repensar do museu e da museologia, originando uma nova corrente que defende a museologia activa e comunitária, mais tarde consolidada no Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM).

Esta nova posição implicará uma transformação ao nível da mentalidade dos conservadores, no sentido de desempenharem um papel mais activo, e ao nível das próprias equipas, na medida em que devem ser interdisciplinares com vista a ampliar as competências do museu a fim de melhorar e servir a sociedade.

Assim o Museu do Trajo, tem procurado intervir junto da população, como um meio dinamizador e para isso levou a cabo um processo de digitalização de documentos a que deu o nome de “Memória Digital”, a recolha de fotos antigas é feita junto da comunidade, posteriormente pessoas mais idosas são convidadas a ir ao museu e identificar as fotos de pessoas já desaparecidas, que de outra forma ficariam esquecidas no tempo. Desta forma procurou-se valorizar o papel da população local no acto da recuperação e conservação de memórias individuais inerentes à criação do arquivo de memória digital, no contexto da recriação de uma memória social e consequentemente de uma identidade colectiva.

Por outro lado o Museu oferece, além da própria exposição do trajo, uma grande variedade de eventos culturais: Arte Viva; Jazz, Noites do Fado; Teatro; Ateliers de Pintura, exposições de pintura, etc. É um Museu em constante actividade e que procura desenvolver culturalmente o Conselho onde está inserido. Para isso colabora em parcerias como: “Rota da Cortiça”; e “Núcleo Museológico do Alportel”, colabora ainda com diversos Projectos Escolares, com actividades educativas e lúdicas. São exemplos: “A Escola no Museu”, “Brincar e Aprender”, “Manhãs no Museu” e ainda um projecto escolar de âmbito internacional (Portugal / Brasil), com o projecto “Oceano de Valores”

Desta forma o Museu responde, de uma forma inovadora, aos desafios da Nova Museologia Social.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foi feita uma reflexão a partir de documentos básicos produzidos pelo ICOM/UNESCO, nos últimos 20 anos e publicados na revista *Museum*, nos trabalhos de profissionais comprometidos com o movimento “MINOM” da nova museologia e com novas práticas comunicacionais no ciber espaço, Word Wide Web (www ou Web) sites de várias instituições governamentais e organizações relacionadas com esta temática.

Quanto ao estudo e análise do lugar, partimos do princípio que devemos ter em conta uma das características fundamentais deste estudo a musealização *in situ* evitando que sejam retirados do local onde fizeram a sua história.

A originalidade do tema escolhido obrigou a uma pesquisa sobre assuntos relacionados com esta temática. O tema e a problemática a ele inerentes revelou-se oportuna, daí o facto de esta questão, pela sua relevância, e centrada nas nossas procurações, foi tratada de acordo com o seu desenvolvimento justo e sustentado.

A questão investigada foi devidamente tratada na medida das possibilidades existentes, apesar de este trabalho não ser do foro de antropologia, procurou-se argumentos cientificamente fundamentados em registos gráficos, fotográficos e iconográficos, de acordo com os dados recolhidos pelos antropólogos que realizaram um estudo sobre a região do Conselho, e que estão devidamente identificados neste trabalho de investigação.

A bibliografia disponível sobre o Concelho de São Brás de Alportel, revelou-se insuficiente, reproduzindo frequentemente dados em segunda mão. A monografia existente sobre a localidade elaborada por Estanco Louro, foi o ponto de partida que nos conduziu a consultar outra documentação.

As fontes bibliográficas utilizadas como núcleos de documentação, revelaram-se insuficientes, razão pela qual se recorreu ao trabalho de campo centrado na actividade do Museu e as recolhas de fontes orais que se revelaram valiosas para este estudo.

A direcção da investigação realizada e a documentação recolhida, foram sofrendo alterações ao longo de todo o trabalho, sugeridas pelo orientador científico enriquecendo a temática escolhida.

A documentação recolhida e a investigação realizada fez-nos tomar consciência de que este trabalho implica um longo processo de aprendizagem contínua. A leitura de outros

trabalhos da mesma área científica foi a preparação para a investigação, assim como a observação *in loco* e considerações de especialistas e estudiosos da museologia.

O plano de trabalho pré-elaborado foi construído a partir de uma vivência no local, e a investigação usou meios tradicionais e meios informáticos.

A bibliografia recolhida e as notas de leitura ajudaram à elaboração da argumentação. O plano de trabalho pré-estabelecido foi sendo alterado, contudo mantiveram-se os objectivos pretendidos, a escolha do local e da área a estudar; fez-se uma pequena análise social e histórica da localidade; seleccionamos a problemática do Museu do Trajo e os vários patrimónios para fundamentar a nossa argumentação.

As entrevistas recolhidas com o fundador do museu (a fim de percebermos a sua génese) e as pessoas que nele trabalham em projectos inovadores, foi fundamental para uma melhor percepção do envolvimento e do contributo do museu na comunidade local.

A observação das actividades das escolas, no âmbito da acção pedagógica do Museu e escolas, contribuíram de forma positiva para algumas reflexões aqui apresentadas, no contexto museal ou museológico.

As experiências vivenciadas no Museu, eventos como “Arte Viva”, “Noite do Fado” ou os eventos culturais de exposições de pintura e representação de peças de teatro, foram gratificantes e deram-nos a dimensão das actividades desenvolvidas nos espaços museológicos de um museu vivo, que acolhe a comunidade.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO E PROBLEMÁTICA

1.1– A Museologia / Museu, Património e Memória.

A palavra museu provém, (do ponto de vista etimológico) do grego “museion”, que se aplicou em Alexandria à Instituição fundada por Ptolomeo. Esta compreendia um museu científico, com parque botânico e zoológico, salas de anatomia e instalações para observações astronómicas. Por outro lado, no mundo romano o termo museu designava uma vila particular onde tinham lugar as reuniões filosóficas.

O conteúdo semântico e a acepção moderna da palavra aparece no baixo Renascimento, quando o humanista Paolo Giovio (1483-1552), ao descrever as suas colecções emprega o termo “museu” e inclusive o coloca como inscrição no edifício onde guardava o seu espólio.

De acordo com Francisca Hernández Hernández², nos finais do século XVI, construiu-se o primeiro edifício destinado a expor uma das colecções privadas mais importantes da época. E assim, a associação da colecção com o edifício, determinou a concepção moderna do Museu. Durante os séculos XVII e XVIII a existência de galeria é um ponto comum em todos os palácios, onde se expunham, fundamentalmente pinturas e retratos do século anterior.

No Renascimento a sociedade europeia parte para os descobrimentos e por conta dessas mudanças apercebemo-nos numa nova era social.

Novos objectos, novos animais, e novas plantas chegam ao conhecimento dos europeus. Aos poucos essas colecções vão ganhando especificidade. Os objectos produzidos pelos pintores eram considerados “Arte”.

A Monarquia tem pinturas, a Igreja também, mas os novos-ricos não têm, surge então o mecenato. O objectivo dessas colecções é motivar o deslumbramento do visitante pela beleza.

A partir séc. XVII pretende-se que a colecção seja pública, então organizam-se espaços e assim nasce o Museu.

Os museus, enquanto instituição pública, nascem no séc. XVIII, esses museus também nascem para reforçar a ideia da Nação e da consciência nacional.

²Hernández, F. H. (2001) - *Manual de Museologia* – Madrid: Editorial Síntesis, S.A , p. 21.

As colecções e o coleccionismo estabelecem uma relação dinâmica entre a humanidade e o mundo material. O objecto agrupado, tal como outras construções sociais, nascem de um mecanismo simultaneamente comunitário e individual. Neste sentido, o coleccionismo liga-se a noções como memória e identidade e é neste linha de recolha e preservação de memórias e das vivências que lhe estão associadas surge a instituição museu. Assim a história do museu está estreitamente relacionada com a história da humanidade e as transformações conceptuais por que passou, e ainda passa, estão igualmente relacionadas com as dinâmicas das sociedades.

Ou seja, o coleccionismo, que se tem vindo a desenvolver ao longo de todas as etapas históricas, foi a origem dos museus. Todas as culturas e instituições fomentaram esta prática, reflectindo as suas diversas motivações: de ordem política, religiosa ou de prestígio social. E, também ao nível privado e particular se verificou este fenómeno.

Uma das consequências mais imediatas do Iluminismo foi o interesse pelo passado histórico, que motivou, entre outros fenómenos, a redescoberta das civilizações da Antiguidade Clássica e Pré-Clássica. Foi neste contexto que Napoleão, empreendeu as célebres campanhas ao Egipto (1798-1799) e, depois dela, outras, durante as quais recolheu o importante espólio artístico e arqueológico que, ainda hoje, se encontra distribuído pelos museus de Paris, Londres e Berlim. Este é, de resto, o pano de fundo em que nasce a Arqueologia, uma ciência que se estrutura no séc. XIX mas que tem os seus antecedentes na actividade dos artistas, eruditos, coleccionadores e viajantes do século anterior.

Roma era, já desde o séc. XVI, o grande repositório arqueológico e lugar de eleição para curiosos e estudiosos da Antiguidade investigarem as ruínas da cidade e as colecções particulares, em especial as do Vaticano.³

Os filósofos iluministas criticaram as injustiças sociais, o absolutismo tirânico e a intolerância religiosa, defendendo um novo mundo fundado no progresso técnico e científico, na moralização dos costumes, no liberalismo político e na educação do povo.

Esses museus *iluministas* e enciclopédicos foram os sucessores directos das colecções dos reis, nobres e religiosos, organizadas desde o século XVI e repletas de material arqueológico, numismático, epigráfico e artístico, além dos elementos de fauna e flora trazidos dos continentes africano, asiático e americano

Era o tempo dos homens “iluminados”, cultos e informados; o tempo da ética, do conhecimento e da razão. Podemos afirmar que o acontecimento que marca o fim do Antigo Regime e inaugura uma nova era é a Revolução Francesa.

³ Nunes, P. S. (2001) – *História de Arte* – Lisboa Editora , pp. 26 - 30

Nascia uma nova sociedade dividida em classes – capitalistas, burgueses e trabalhadores – num fenómeno a que não era alheio uma outra revolução: a Revolução Industrial, ocorrida nos finais do séc. XVIII.

A Revolução Industrial, mais do que causa, é uma consequência de todo este processo de transformação social e cultural. Para além da explosão demográfica – com duplicação da população europeia, maioritariamente rural, entre 1750 e 1850 – a invenção da máquina a vapor (por James Watt, em 1788) foi o grande “motor” de transformação económica e social. Enquadrando-se no espírito iluminista que preconizava o progresso, o desenvolvimento e a construção do novo mundo, a Revolução Industrial provocou uma alteração profunda na sociedade.

As transformações políticas e sociais iniciadas com a Revolução Francesa (aliada às mudanças operadas pela Revolução Industrial) alteraram as condições de vida dos homens e das instituições.

Com a Revolução Francesa, como afirma Fernandez:

“(...) una revolución ideológica e social – se consagra en la práctica la teoría que el arte era creación del pueblo. Su disfrute, por tanto, no podía ser privilegio de una clase social potentada. Ello impulsó más el desarrollo del museo a la pública. El gobierno republicano decidió en 1791 la instalación definitiva de las colecciones en el Louvre y, mediante decreto, abrió el museo al público el 10 de agosto de 1793, pudiendo ser visitado, en principio, tres días de la “década.”⁴

Por um Decreto de 1791, o Palácio do Louvre é destinado a funções artísticas e científicas, concentrando-se todas as colecções que até então eram propriedade da Coroa. Ao mesmo tempo, foi nomeada uma comissão formada por cinco artistas e um erudito que se encarregaram de organizar todos os bens nacionalizados.

A Instituição apesar de algumas dependências do edifício se encontrarem em precárias condições, abre as suas portas ao público em 10 de Agosto de 1793, com a denominação de “Museu Central de Artes” e também como “Museu da República”. Assim em 1793 é a data de referência da história dos museus, porque será referência obrigatória para o nascimento dos grandes Museus Nacionais da Europa.

⁴ Fernández L. A. (1999) – *Museologia y Museografía* – Barcelona: Ediciones del Serbal, pp. 15 - 19

Sobre este assunto Hernández refere,

*“Puede decirse que el Museo del Louvre es el resultado histórico de una Nación que culmina con la Revolución Francesa. Las causas de su creación se deben al coleccionismo Monárquico, a la labor científica de los hombres de la ilustración y la acción desamortizadora de la Revolución. Por otra parte, la novedad que supone la creación de este museo es la de expresar un nuevo concepto de propiedad respecto al patrimonio cultural de un país, considerando al pueblo como el usufructuario de dicho patrimonio.”*⁵

Por outro lado, em 1727 tinha aparecido o termo “Museografía” – título de uma obra cujo autor, Neickel, escreve em latim para assegurar a sua difusão por toda a Europa. Trata-se de um tratado teórico em que se dão uma série de orientações sobre classificação, ordenação e conservação das colecções. Também se encontram referências concretas à forma das salas de exposição, orientação da luz, distribuição dos objectos artísticos e dos espécimes de história natural. Estas salas, para além de cumprirem a função de exposição, eram consideradas um lugar adequado à investigação

Património

A noção de património museológico tem hoje em dia um sentido muito lato. Nos últimos anos, a noção de património cultural ampliou-se muito, bem como a sua importância.

Actualmente, quando pensamos em património museológico, não pensamos apenas em colecções. Além das colecções, também os edifícios, as histórias de vida das populações, os seus utensílios de trabalho e a memória colectiva são património. E, a memória colectiva de uma população não está encerrada entre quatro paredes. Está no território onde se vive, está nos seus monumentos, nos vestígios do passado e do presente, está nos seus problemas, está na cultura material e imaterial, em suma, está nas pessoas e nas suas vidas e obras.

O Património Cultural é tão antigo como a Humanidade. Desde que o Homem passou a ser na Natureza um criador, um fazedor, um fabricante de objectos (homo faber) existe Património Cultural.

⁵ Hernández, F. H. (1994) – *Manual de Museología* – Madrid: Editorial Síntesis, p. 25

O Património Cultural não se interessa apenas por vestígios mortos, mas identifica e valoriza vestígios ainda vivos, ou seja bens culturais produzidos no nosso tempo e que conservam em funcionamento a sua função original.

O Património Cultural é tido, como a identidade de um povo, a sua herança e ainda como um elo intergeracional, o que torna essa cultura viva e permanente.

Depois da Segunda Guerra Mundial assistiu-se a uma extensão desse conceito, e Património passou a designar todos os bens que herdámos do passado – e até os valores da actualidade.

A salvaguarda dos vestígios físicos (móveis e imóveis) e imateriais só tem sentido se eles forem olhados, integrados, compreendidos e explicados na sua relação com a sociedade histórica que os produziu, utilizou e consumiu.

O Património é o conjunto dos vestígios físicos, materiais e imateriais que herdámos do passado (e da nossa contemporaneidade) e que queremos que permaneçam ou não no tecido cultural da nossa sociedade.

Segundo a museóloga Cristina Bruno (1996), herança define-se como “*A consciência da existência do Património, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço*”.⁶

Comungando de preocupações sobre património, primeiro entendido como um elemento da História e da cultura de cada povo, depois evoluindo para a noção de herança colectiva identificadora da cultura e da história de cada povo ou país, a preservar e a transmitir às gerações vindouras, e factor de coesão entre os povos e nações, alguns sectores da comunidade internacional foram-se organizando, instituindo entidades de âmbito de acção mais ou menos alargado, e que têm produzido, ou promovido, documentos, sob a forma de Cartas, (documentos orientadores que estabelecem princípios e conceitos sobre determinada matéria, vinculativos para as suas partes contratantes ou subscritores), Convenções (Documentos com força jurídica na ordem internacional, vinculativos dos Estados que as subscrevem), e Recomendações, (Documentos contendo princípios orientadores das políticas dos Estados Membros), tendo como objectivos a identificação, protecção, preservação e valorização do património.

⁶Bruno, Cristina (1996), *Museologia e Comunicação – Cadernos de Sociomuseologia* nº 9, Lisboa – ULHT, pp.30 e 31.

Como mais representativas registam-se:

A **UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), instituída em 1945, como entidade especializada pela Organização das Nações Unidas, ONU, e que tem como objectivo contribuir para a paz, para o desenvolvimento humano e segurança no mundo, através de acções nos domínios da educação, da ciência e da cultura e da comunicação e, através delas, promover e incentivar a autonomia e a participação da sociedade do conhecimento;

O **ICOM** (International Council of Museums) – organização internacional não governamental dos museus e dos profissionais dos museus, instituída em 1946 com os objectivos de prosseguir e promover os interesses da Museologia, divulgando a natureza, as funções e o papel dos museus ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, representar, defender e promover os interesses dos profissionais dos museus, difundir as demais disciplinas relacionadas com as actividades e a gestão dos museus.

O **ICOMOS** (International Council of Monuments and Sites) – organização internacional não governamental, constituída em 1965, que visa promover a conservação, a protecção, a reabilitação e valorização de monumentos, conjuntos de edifícios e sítios no âmbito internacional;

O **UNIDROIT** – Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado – é uma organização intergovernamental independente, criada em 1926 no âmbito da Sociedade das Nações e recriada em 1940, que visa estudar os meios de harmonização do direito privado dos estados membros e promover a sua coordenação e, em termos finais, preparar a adopção gradual de regras uniformes de direito privado;

O **CONSELHO DA EUROPA** – Criado em 1949, por 10 países Europeus, com Sede em Estrasburgo, que visa a adopção de acções conjuntas nos sectores social, económico, cultural, científico, jurídico e administrativo, de forma a contribuir para União Europeia estreitar a democracia parlamentar e os direitos dos (as) Cidadãos (ãs) e, para a melhoria das condições de vida, no respeito pelos valores Humanos.

O Património é cada vez mais entendido como um conceito global, em que entram a Natureza ou o meio natural em que vive determinada população humana, e o resultado da elaboração mental

O conceito de património vem sofrendo alterações ao longo dos séculos. Mas foi no século XX que se tornou uma preocupação premente dos governos e dos indivíduos. Em parte, por causa da destruição do património ocorrida em função das grandes guerras e por outro lado, pelo progresso da civilização.

Após a **Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**, celebrada em Paris, em 1972, sob os auspícios da UNESCO, e que foi subscrita por 150 países, as nações começam de facto a perceber a importância da protecção do património cultural. O património é visto como factor de coesão social, um elemento importante na construção da noção de cidadania e identidade de uma comunidade. E por outro lado, o ser humano começa a perceber que a destruição do património apaga também parte da sua memória e da sua história.

Reflectindo, porventura, o sentir e as preocupações da sociedade e, possivelmente, em consequência do alargamento do conceito de museu resultante das recomendações dirigidas pela Mesa de Santiago à UNESCO, esta amplia a noção de objecto museológico, definindo-o como “conjuntos e colecções de bens móveis de valor cultural que constituem testemunhos da actividade do homem e do seu meio ambiente”.

Actualmente, a legislação que se refere às políticas do património cultural e à museologia são a Lei nº 107/2001⁷ e a Lei nº 47/2004, respectivamente. A primeira estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural e a segunda consiste na Lei-Quadro dos museus portugueses.

Na Lei-Quadro dos Museus Portugueses o museu é definido como:

“(…) uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

- a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;
- b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade”.⁸

⁷ Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural.

⁸ Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, Lei-Quadro dos Museus.

Neste sentido, as funções inerentes a uma instituição museológica não são modificadas, sendo anotadas as funções de estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança; interpretação e exposição; e educação.

No que se refere à lei do património cultural não é apresentada uma nova definição mas uma ampliação do conceito a colecções que ainda não tinham sido explicitamente citadas, nomeadamente o património paleontológico, linguístico e social.

Em Portugal foi adoptada uma lei específica (Lei n.º 107/2001) que no artigo 2º define o património Cultural como:

“(...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização (...).”⁹

No que concerne aos bens culturais móveis, é necessário cruzar esta informação com um conjunto de premissas e valores. Assim são considerados bens culturais móveis aqueles que sejam testemunhos com valor de civilização ou de cultura e que se integram nestes valores:

- Obra de autor português;
- Criados ou produzidos em território nacional;
- Provenientes do desmembramento de bens imóveis situados em território nacional;
- Encomendados ou distribuídos por entidades nacionais;
- Testemunho de vivências ou factos nacionais;
- Se encontrem em território português há mais de 50 anos;
- Interessantes para o estudo e compreensão da civilização e cultura portuguesas.¹⁰

Desta forma, os bens culturais devem reflectir os valores de: memória; antiguidade; autenticidade; originalidade; raridade; singularidade; exemplaridade.

⁹ Lei n.º 107/2001, art.º 2.º

¹⁰ Idem, p. artigos, 56º, 57º e 58º

1.2– A MUSEOLOGIA SOCIAL

Na segunda metade do século XX, surge uma Nova Museologia, que vai deslocando o seu interesse do objecto, para a comunidade, dando lugar ao aparecimento de um novo conceito de museu, como instrumento ao serviço da sociedade.

Para o ICOM Museus é:

“Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-nos especialmente com intenções de estudo, de educação e deleite.”

Pelos anos setenta, entre 1971 e 1974, Hugues de Varine-Bohan e George Henri Rivière, iniciam um projecto, em que os próprios habitantes participam, a criação deste projecto é consequência duma reflexão que pretendia associar a ecologia e a etnologia regional para conservar um novo tipo de museu mais participativo e de autogestão. Este acontecimento resulta num museu do tempo e de espaço uma representação “*in situ*” realizada pela própria comunidade – o *ecomuseu*. E para alguns especialistas este foi um enorme impulso nas novas tendências nos museus e na museologia.

É assim que nasce o *Ecomuseu*, uma vez apreendida por Georges Henri Rivière a essência dessas relações: a interligação da Museologia, como promotora de estruturas de conservação do património, com a ecologia (ele inventou até o termo *parqueologia* porque visava especificamente os parques naturais), que estabelece as relações das comunidades humanas com os outros seres vivos e com o meio.

O *Ecomuseu* revela a história de uma região sem recorrer a grandes edifícios nem a grandes complexidades museográficas; revela a história da região desde a sua formação geológica – a geologia é a grande mãe de tudo quanto existe. Explica como tudo evoluiu, como se formou a vida, como apareceram os primeiros homens, como se desenvolveu a cultura local em ligação com os ecossistemas naturais que os homens iam transformando.

Como o próprio Rivière escreveu,

“o ecomuseu não tem uma definição acabada nem uma expressão fixa”; “ele é criado como um espelho onde a população se contempla para nele se reconhecer, onde ela procura explicação do território a que está ligada, juntamente com as populações que a precederam na descontinuidade ou continuidade das gerações.”¹¹ (tradução da autora).

São componentes fundamentais do Ecomuseu o Museu do Tempo e o Museu do Espaço. “**O Museu do Tempo** cria as motivações para que o visitante vá apreciar e estudar valores da **Natureza e da Cultura** nos seus locais próprios – o **Museu do Espaço**: afinal, toda a região em causa, com os seus acidentes geomorfológicos, a fauna e a flora, as ruínas pré-históricas, os monumentos históricos, as oficinas, os lagares, os moinhos, etc. – tudo quanto é, no espaço, aquilo que os visitantes apreenderam no **Museu do Tempo**”.¹²

O Ecomuseu destina-se em primeiro lugar à população local, para que ela reconheça os valores do seu meio ambiente e da sua cultura e dessa forma se orgulhe das raízes que a ligam a um passado que em muitos casos foi de exploração, de pobreza ou de sofrimentos, noutros de grandiosidade, de poder criador e de génio artístico. Em todos eles essa população poderá encontrar estímulo para ultrapassar as deficiências e adquirir energias para o futuro. A população local participa activamente no Ecomuseu, quer através da cedência de peças para as exposições quer trabalhando nas diferentes estruturas que funcionam no âmbito dele: oficinas artesanais, restaurantes, apoios ao lazer, etc. É sobretudo importante para aquelas regiões em que o prestígio das coisas urbanas tende a apagar a importância das culturas próprias e tradicionais; com o Ecomuseu as populações reaprendem a amar o que é seu, a sua tradição os seus conhecimentos seculares, a sua maneira peculiar de estar no mundo.

Na sequência da mesa redonda organizada pela UNESCO, em Santiago do Chile, sobre a função do Museu, surge o conceito de “museu integral”. Um museu com o objectivo de proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu contexto e da sua cultura, um instrumento de mudança social, de educação, de desenvolvimento e acção. A referência do Documento de Santiago esteve sempre presente durante os trabalhos da reunião de Quebec, em 1984, sendo que todas as discussões estiveram enquadradas por um trecho da Declaração de Santiago que nos diz:

¹¹ Rivière, Geoges Henri, (1989). – La museologie... Cours de Museologie/Textes et Témoignages, Paris, Dunod-Bordas, p:142.

¹² Pessoa, Fernando (2001) – Reflexões sobre Ecomuseologia – Edições Afrontamento, pp: 34,35.

Considerando que,

“... o museu é uma instituição ao serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas actuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.” – Mesa Redonda de Santiago do Chile.

As definições constantes na Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), as declarações de Quebec (1984), de Oaxtepec (1984) e de Caracas (1992), todas utilizadas como referência pelos defensores da Nova Museologia e também por profissionais dos museus conscientes de que a museologia está envolvida em uma mudança de paradigmas.

O documento define um novo conceito de acção dos museus: **O Museu Integral**, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio material e cultural. Com este novo conceito de museu, a instituição passa a ser entendida enquanto instrumento de mudança social, enquanto instrumento para o desenvolvimento e enquanto acção. Passando assim a trabalhar com a perspectiva do património global.

A função do museu passa a ser entendida para além da recolha e conservação dos objectos, pois a instituição passa a ser vista como agente de desenvolvimento comunitário, exercendo um papel decisivo na educação da comunidade. Assume uma função social para o museu.

A **função social do museu**, tornou-se uma das suas funções tanto mais rica quanto polémica e carenciada de entendimento no mundo da museologia, à qual se juntam as funções de colecta e de conservação que, durante muito tempo tinham afirmado a vocação do museu e exaltado o poder dos conservadores, aprisionando a dados informativos o discurso sobre objecto-signo.

As décadas de sessenta e setenta marcaram uma viragem do museu para si próprio que, paradoxalmente, vai conduzir a uma abertura ao exterior. O advento do movimento para uma *Nova Museologia* traz irremediavelmente uma nova postura e compreensão do universo museológico. A realidade museológica centrada no objecto/coleccção é incluída na chamada vertente *tradicional* da museologia, antagónica à chamada *nova museologia*. Este termo decorreu das reuniões de Oaxtepec, no México e de Quebec, no Canadá (que decorreu em

1984). Nesta última, a designação *Nova Museologia* é assumida desde logo na identificação do encontro, do qual resulta uma nova organização designada por Movimento Internacional para uma **Nova Museologia** – MINOM (manifestamente em gestação desde 1972), composto por uma rede de museólogos e mediadores culturais que procura desenvolver abordagens sociais sobre o património e a museologia, partilhar experiências comunitárias e promover as melhores práticas nestes campos, na defesa de uma museologia activa que se interessa em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, tal como justifica o museólogo.

Mário Moutinho (um dos fundadores do movimento) afirma:

*(...) põe-se decididamente ao serviço da imaginação criadora, do realismo construtivo e dos princípios humanitários defendidos pela comunidade internacional. Torna-se de certa forma um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento crítico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca.”*¹³

Deste ponto de vista, o Museu não é só “guardião” de memória, traduzida em bens patrimoniais que constituem a identidade do cidadão no seu meio natural e humano, mas, também, fundamentalmente, um factor de desenvolvimento social, associado aos projectos de futuro. Deste modo, tomava forma uma museologia de preocupações de carácter social, com implicações sociopolíticas, em detrimento de uma museologia de colecções.

O museu é entendido como o espaço onde se podem observar as relações dos indivíduos com a realidade no seu todo, e as colecções ilustram a memória colectiva e a identidade de uma comunidade. Consequentemente, o conceito de património cultural é aplicado a toda a produção social dos seres humanos e da sua relação com o meio ambiente onde o meio natural e o meio cultural são entendidos como um todo.

Outra consequência prende-se com a ampliação da área de intervenção do museu para o exterior, isto é, o território comunitário. As novas responsabilidades para o museu e para a museologia que daqui advêm implicam uma prática interdisciplinar, onde a acção museológica é democratizada na medida em que prevê a participação de novos agentes, principalmente da comunidade local.

Neste contexto de participação Mário Moutinho aborda a museologia popular como:

¹³ Reflexões sobre a função social do Museu. Cadernos de Património, nº 5. Monte Redondo: Museu Etnológico.

*“ (...) um grupo de pessoas (grupo de interesse, comunidade, etc.) toma nas suas mãos a resolução de problemas que afectam a sua vida no quotidiano, reconhecendo-se que a sua solução passa por um conhecimento crescente dos problemas, pelo controlo de todos os seus aspectos, pela capacidade de inovação, passa em suma pela participação”.*¹⁴

O mesmo autor afirma, que o factor humano é privilegiado e o objecto tem uma “ (...) condição de utensílio da acção museal e não como até agora como fim dessa mesma acção ”.¹⁵

E refere:

“ Alteram-se aqui, o lugar e a função dos intervenientes (profissionais – público – criadores) bem como as noções de património, de objecto museológico e de colecção. O poder de decisão é reequacionado em termos de uma possível autogestão, ou de pelo menos de uma maior acessibilidade de cada interveniente à gestão museológica e à criação museográfica.

Não ser uma museologia da ruptura ou marginal não significa que se estructure e se fundamente à imagem da museologia tradicional. Pelo contrário esta NOVA MUSEOLOGIA que resulta das novas condições de produção do discurso museológico acumulado ao longo de gerações, demonstra nas suas diversas formas uma consciência mais clara da ideia de participação e provoca uma implicação social mais evidente.

*Estamos pois a falar de uma museologia informal que se enquadra no conceito mais amplo da museologia social o qual traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas ao condicionalismo da sociedade contemporânea ”.*¹⁶

Nesta museologia de carácter social, o papel onnipotente do museólogo é substituído pela ideia de um gestor social que intervém em domínios da acção cultural, da acção social, da acção económica e até da acção política. Ele deve gerir os problemas da comunidade através de um diálogo permanente e envolvente com o objectivo de estimular a consciência crítica e dotar a população dos instrumentos necessários ao seu desenvolvimento. Neste

¹⁴ Mário Moutinho, (1989) Cadernos de Sociomuseologia – ULHT, pag. 110.

¹⁵ Idem, pag. 107

¹⁶ Mário Moutinho, 2001, Cadernos de Sociomuseologia - ULHT

contexto, a acção museológica relaciona-se com o momento presente, com o quotidiano das pessoas, e não apenas com a preservação de um testemunho passado para as gerações futuras.

Para Célia Santos, são sete os princípios básicos que caracterizam as acções enquadradas na Nova Museologia:

- *“O reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos;*
- *A utilização da memória colectiva como um referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade;*
- *O incentivo à apropriação do património, para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura;*
- *O desenvolvimento de acções museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não as colecções;*
- *A socialização da função da preservação;*
- *A interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente e da influência da herança cultural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais;*
- *A acção comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objectivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social”.*¹⁷

Assim, a nova museologia, não resulta da evolução da museologia tradicional mas da necessidade do museu e da museologia se adaptarem e responderem às transformações da sociedade e a novas necessidades culturais. Quer a nova museologia, quer a museologia tradicional continuaram no tempo, por vezes de forma paralela outras cruzando-se em determinados pontos. Assim podemos dizer que não existe uma única noção de museologia mas antes distintos modelos que provêm de diferentes concepções de museu e de acção museológica.

Nesta museologia social, activa e comunitária, a questão da função social é fundamental e os museus procuram, cada vez mais, desempenhar um papel pertinente na comunidade, sendo que o património é utilizado como instrumento de exercício da cidadania e para o desenvolvimento da sociedade, onde o processo educativo é fundamental.

¹⁷ Santos, Maria Célia (2002) – Cadernos de Sociomuseologia – ULHT, p. 108-109.

Por entenderem que a maior potencialidade dos museus é a sua acção educativa e, a educação verdadeira é aquela que serve à libertação, questionamento e reflexão, é que alguns profissionais da museologia trouxeram, a partir da década 70, para “o mundo dos museus”, o método de Paulo Freire.

Poderíamos dizer que a teoria de Paulo Freire se baseia na colaboração, união pela libertação, síntese cultural, diálogo, criatividade, reflexão crítica e na negação da educação repressora. Sendo assim uma teoria/prática educativa que compreende o indivíduo como ser participativo que busca, em colaboração com outros indivíduos, a emersão da consciência e do saber.

Baseada em Paulo Freire e não só, a acção educativa museológica deve criar situações que levem, os sujeitos envolvidos, à reflexão e ao desenvolvimento. Somente desta forma estará contribuindo para uma educação que seja dialógica e libertadora, onde os indivíduos estejam capacitados a transformarem a sua realidade.

O exercício da cidadania só ocorre quando o indivíduo conhece a realidade na qual está inserido, a memória preservada, os acontecimentos actuais, entendendo as transformações e buscando um novo fazer.

Assim, podemos dizer que a museologia tomando como base o Património Cultural – que é fruto do fazer e saber fazer do homem e, continuando a desenvolver as funções básicas de colecta, documentação, conservação, exposição e acção cultural, todas elas direccionadas ao fazer educativo – cultural na tentativa de despertar a consciência crítica do indivíduo, leva-o assim a reapropriação da memória colectiva e ao direito do exercício da sua cidadania.

CAPÍTULO II – SÃO BRÁS DE ALPORTEL / ENQUADRAMENTO HISTÓRICO – GEOGRÁFICO

O Concelho de São Brás de Alportel, está situado, na região do Algarve, distrito de Faro. É limitado a norte e a leste pelo município de Tavira, a sueste por Olhão, a sul por Faro e a oeste por Loulé. É sede de um município com 150,05 Km² de área e 10.032 habitantes (2001). É um dos cinco municípios de Portugal com uma única freguesia.



Fig. 1 – Vista da Vila de São Brás de Alportel¹⁸

A nível geográfico, é caracterizado por duas paisagens distintas: o barrocal e a serra. Esta ocupa uma área ligeiramente superior à área ocupada pelo barrocal.

O barrocal algarvio, terreno acidentado que sobe até 408 m de altura no Serro de S. Miguel, Olhão, é formado por calcários e dolomites do Jurássico e do Cretáceo.¹⁹

A serra algarvia é formada por camadas alternadas de xistos e grauvaques do Carbónico muito enrugadas que atingem a sua altitude máxima nos 589 m estas rochas, brandas, são completamente impermeáveis e homogéneas perante a acção da erosão. As águas pluviais escoam-se facilmente. A erosão muito intensa, devido à altitude e à proximidade dos níveis de base cria inúmeros pequenos vales que ramificam e aprofundam, talhando vertentes convexo-rectilíneas muito abruptas na paisagem, cobertas por arbustos ou mato rasteiro ou por lavras.

A Ribeira do Alportel que nasce na serra, a Oeste e desagua na Ribeira da Asseca, perto de Tavira, marca significativamente a paisagem da serra. Um pouco a Norte da Ribeira é visível um grande desnivelamento, um escarpamento de falha com orientação Este-Oeste, 10 Km de extensão e 150 m de altura. As margens esquerda e direita da Ribeira do Alportel,

¹⁸ Câmara Municipal de São Brás de Alportel

¹⁹ *In* Levantamento Arqueológico de São Brás de Alportel – Relatório de Progresso, de Susana Estrela e Pedro Barros. (1999 – 2000) Pags. 2 e 3

nesta extensão, integrada maioritariamente no concelho de São Brás de Alportel, marcam as periferias da fronteira entre a serra, a Norte, e o barrocal, a Sul.

O ponto exacto entre as duas paisagens é a Ribeira das Mercês e a Ribeira do Bengado, a primeira mais próxima da extremidade oeste do concelho de São Brás de Alportel com o concelho de Loulé, a segunda mais perto da extremidade oposta e na ligação com o concelho de Tavira. Entre as duas ribeiras, a serra separa-se do barrocal claramente mas são menos nítidos os pequenos cursos de água que delimitam as duas paisagens.²⁰

A norte das referidas ribeiras a paisagem é composta por pequenas elevações e encostas cobertas por solos esqueléticos, de xistos sobretudo mas também com alguns basaltos e doleritos e calcários compactos, em manchas muito pequenas. Trata-se de solos muito pobres em matéria orgânica, pouco espesso e originados por exposições recentes a rocha-mãe à acção dos agentes erosivos. O cenário é de desintegração física, com fragmentos de rocha pouco meteorizados.

As manchas mais pequenas dos solos pobres, compostos por basaltos e calcários aparecem ao longo das margens esquerdas das duas ribeiras. E mais junto delas é possível, por vezes, a presença de superfícies reduzidas de barros castanho-avermelhados não calcários, de basaltos ou doleritos, originados a partir de basaltos, doleritos ou rochas eruptivas.²¹

A paisagem serrana constrói-se com xistos que a natureza tratou de sobrepor em camadas de cor que vão desde cinzas aos castanhos. Cumes arredondados, de contornos suaves, despertam em bordos que se tornam declives abruptos, formando vales quase inacessíveis.

Grande parte da sua flora é constituída por mato, com vegetação densa, mas em algumas áreas podemos encontrar espécies arbóreas de tradição mediterrânica, como sobreiros, medronheiros e azinheiros. No montado de sobro, na antiga Serra de Mu, extrai-se uma das melhores cortiças do mundo, cuja exploração industrial, em inícios do século XX foi responsável pelo grande crescimento da Freguesia e pela sua autonomia do concelho de Faro.

As populações da Serra do Caldeirão sofreram um isolamento de séculos, esquecidas e esquecendo o litoral. Para os serrenhos o litoral e o barrocal eram o Algarve. A montanha era outra realidade, onde notícias e peixe chegavam com os almocreves.

A sul, fica o barrocal, mais rico que a serra: na maior abundância de água, na melhor qualidade dos solos para a agricultura, não só de sequeiro como de regadio, num relevo mais suavizado e propício à instalação de comunidades humanas.

²⁰ Idem, p: 3

²¹ Ibidem, p: 4

Na serra estas características existem mas estão inscritas em pequenas áreas de paisagem, estão pontuadas e poderão ser locais de instalações humanas. Toda a restante paisagem, mais pobre em solos e em águas não deixa de poder ser local de outros tipos de ocupações, deste ou daquele período.

Tudo o que atrás ficou dito, podendo ser erradamente entendido como “desculpa” para a fraca percentagem, até ao momento, de sítios arqueológicos na serra de São Brás de Alportel serve apenas para apontar o que poderá ser a realidade arqueológica no concelho. Trata-se somente de mera hipótese, que mais tarde poderá ser confirmada ou infirmada. Só com mais trabalho de campo se poderá entender melhor esta dicotomia entre o barrocal e a serra no concelho de São Brás de Alportel.²²



Fig. 2 - São Brás de Alportel em 1968²³

²² In Levantamento Arqueológico de São Brás de Alportel – Relatório de Progresso, de Susana Estrela e Pedro Barros, p : 6

²³ <http://imprompto.blogspot.com/2008/11/urbanismo-do-algarve-h-menos-de-30-anos.html>

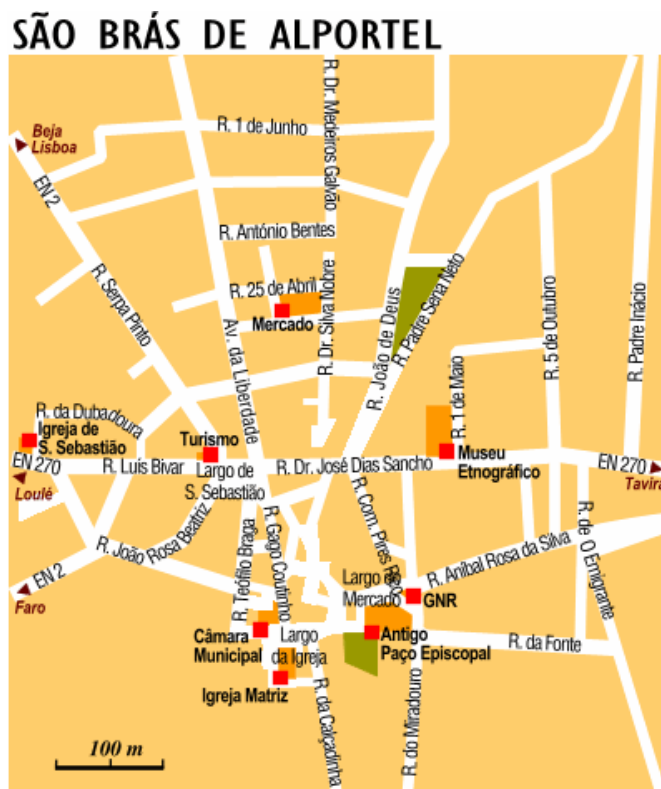


Fig. 3 – São Brás de Alportel finais anos 90²⁴

Em 1990, São Brás de Alportel cresceu, a população aumentou e muito. A nível social o desenvolvimento, socioeconómico teve um nível de explosão muito grande. Uma imensa população estrangeira descobriu São Brás e fixou-se nesta terra do interior algarvio, e assim contribuiu para o seu desenvolvimento, socioeconómico, urbanístico e cultural.

Se compararmos os mapas topográficos da vila, verificamos, que de uma pacata vila em 1960, onde quase nem havia electricidade, excepto nas casas mais abastadas, nem a Avenida principal estava iluminada. Os recursos eram fracos, a terra era muito pobre, tanto a nível económico, como cultural. A emigração foi o refúgio de muitos são-brasenses.

²⁴ Câmara Municipal de SBA

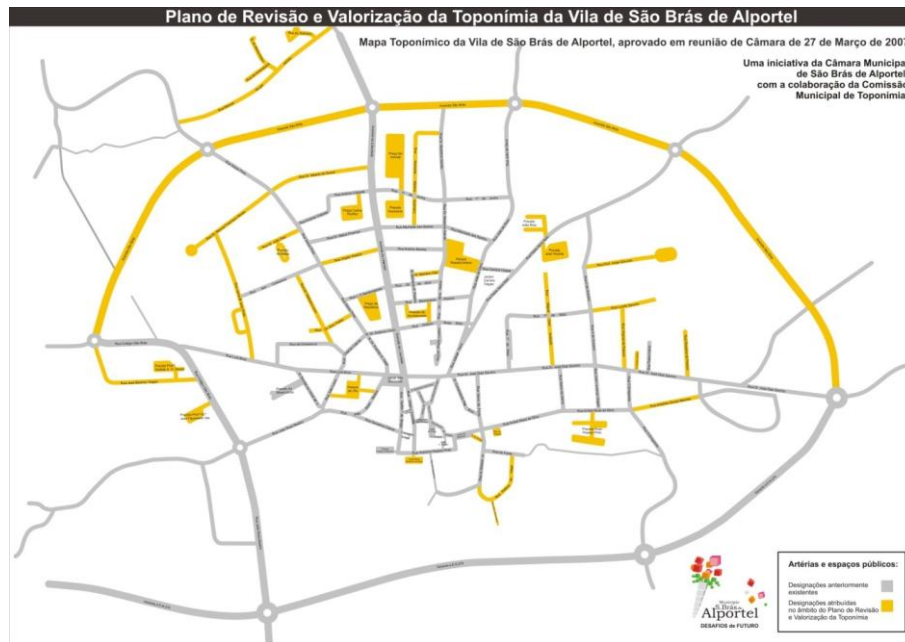


Fig. 4 – Vila de São Brás de Alportel 2007²⁵

Mas foi no século XXI que a vila conheceu um maior crescimento, e assim a pacata vila de meia dúzia de ruelas é hoje uma localidade com muito maior projecção social, económica e turística. Em termos de urbanismo cresceu imenso, a planta topográfica do antigo quadrado inicial da vila passou a ter uma forma aerodinâmica, tal foi a expansão urbanística e social de São Brás de Alportel. Hoje o concelho pode ombrear com qualquer cidade do Algarve e não só, já que a autarquia tem imensos projectos em fase de execução, que depois de terminados, ficará o concelho com excelentes condições de habitabilidade. São Brás de Alportel está definitivamente no mapa de Portugal.

²⁵Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel

2.1 – HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

2.1.1 – Ocupações Antigas

A ocupação antiga do território correspondente ao actual Concelho de São Brás de Alportel está documentada nas campanhas de levantamento arqueológico desenvolvidas em 1999 e 2000, sob a responsabilidade dos arqueólogos, Susana Estrela e Pedro Barros. De referir que esta foi uma iniciativa promovida pela Casa da Cultura António Bentes / Museu do Trajo.

Segundo os arqueólogos que realizaram este levantamento, a prospecção arqueológica de superfície, teve por objectivo a cobertura de todo o concelho, de forma a contribuir para uma melhor compreensão e conhecimento da ocupação antiga do espaço territorial do concelho.

Os mesmos autores deste estudo referem que, *“o panorama arqueológico do concelho é ainda pouco conhecido, quando comparado com outros concelhos algarvios, apesar da sua grande viabilidade para uma existência humana antiga. Rodeado de importantes vestígios arqueológicos, pertencentes aos concelhos limítrofes (Faro, Loulé, Olhão e Tavira), alguns deles já em estudo desde longos anos, e datados das mais diversas épocas, é de crer, para o concelho de São Brás de Alportel, numa pelo menos, igual presença humana, quer em termos de número de vestígios quer em termos de género dos mesmos”*.²⁶

No ano de 2000, os mesmos arqueólogos efectuaram novo levantamento. Neste segundo ano de trabalho de prospecção arqueológica do concelho de S. Brás de Alportel, a campanha teve apenas cinco dias. Esta campanha, realizada na Páscoa de 2000 (entre os dias 21 e 25 de Abril) contou com a participação de estudantes da variante de Arqueologia do curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa e de jovens naturais do concelho de S. Brás de Alportel.

Estes arqueólogos, no seu relatório referem que: *“ foram acrescentados mais dez sítios arqueológicos, e que para o número de participantes, resultou num saldo positivo.*

A predominância continua a ser dos sítios de cronologia romana e islâmica. São também destas épocas os sítios mais ricos (em quantidade e qualidade) em materiais de superfície.

²⁶ In Levantamento Arqueológico do Concelho de S. Brás de Alportel – Relatório do Progresso – Susana Estrela e Pedro Barros, 1999, p. 1

Ocorrem em menor quantidade os achados de superfície que possam ser claramente atribuíveis à Pré-História, Antiga ou Recente: os artefactos são na sua maioria diminutos e pouco diagnósticos.

A Proto-História não está, até à presente data, representada no nosso levantamento arqueológico.”²⁷

Podemos dizer ainda que o território onde actualmente existe o Concelho de São Brás de Alportel, foi sucessivamente povoado por romanos e islâmicos, de acordo com os achados arqueológicos, que são referidos no relatório elaborado pelos investigadores arqueólogos deste projecto, do qual foi feita uma tabela síntese.²⁸

2.1.2 – Os Romanos e a Calçadinha

O antigo topónimo «Alportel», de origem árabe, revela a existência, a norte de S. Brás de uma passagem estreita (portela) cavada entre as ondulações da serra. Por aí circulavam bandoleiros, almocreves e pastores até que, no século XIX, se começaram a rasgar as modernas vias de comunicação.

Ainda que as referências documentais aludam a esta povoação essencialmente a partir do século XVI, a arqueologia e a toponímia permitem verificar que as culturas romanas e islâmicas tiveram um impacto significativo nesta zona de transição entre o barrocal e a serra.

Assim, ainda é possível observar, a sul do actual núcleo urbano da vila, vestígios calçetados da antiga estrada de S. Brás.²⁹

As duas vias milenares que se cruzavam na área do actual concelho de S. Brás de Alportel asseguraram a este povoado uma função estratégica de alguma relevância nesta faixa central da região algarvia. De facto, a sua localização geográfica permitiu-lhe funcionar, ao longo dos tempos, como uma das poucas passagens transitáveis entre o litoral algarvio e as terras do norte.³⁰

A “Calçadinha” como é conhecida esta via romana, com remodelações de séculos posteriores ajuda-nos a compreender a escala da rede viária que contribuiu para a coesão do império romano. Ali passava a extensa via que ligava. *Ossonoba* (Faro) a *Pax Júlia* (Beja).

²⁷ in Levantamento Arqueológico do Concelho de S. Brás de Alportel – Relatório do Progresso – Susana Estrela e Pedro Barros, 2000. P: 1 e 2

²⁸ Vide Anexo I

²⁹ In, “Um Itinerário Pedestre à Descoberta da História Local...” – Folheto 2007 – Edição: Casa da Cultura António Bentes

³⁰ In, “Um Itinerário Pedestre à Descoberta da História Local...” – Folheto 2007 – Edição: Casa da Cultura António Bentes

Um eixo que por outros tantos mil quilómetros, sobre pedras iguais às que calcorreamos na “Calçadinha” permitia percorrer todo o mundo romano, desde a costa africana até à Europa setentrional.

Isto mesmo explica a informação recolhida no Centro Explicativo que também junta algum do espólio arqueológico do concelho.

Cinco anos depois de ter sido lançado o projecto, o Centro Explicativo e de Acolhimento da Calçadinha de São Brás de Alportel inaugurado pelo presidente da autarquia local, Engenheiro António Eusébio, integra um projecto mais vasto de valorização do património do Concelho, com destaque para esta antiga via Romana, actualmente restaurada.

O projecto de reabilitação da Calçadinha, desenvolvido a partir de 1998, inseriu-se na política da Casa da Cultura António Bentes de contribuir, dentro das suas possibilidades, para a valorização do património local numa perspectiva de desenvolvimento das suas populações. A partir de 2001, a Autarquia assume a continuidade do projecto, integrando nos seus quadros uma técnica na área da arqueologia e em 2007 foi inaugurado o Centro Explicativo e de Acolhimento da Calçadinha tornando-o porta de entrada para os 600 metros do mundo romano. São dois troços feitos de lajes milenares, rodeados por valados e oliveiras.

De referir, a título de enquadramento e de melhor compreensão, que o *troço B*, em termos de localização, se situa na zona de saída da área da vila propriamente dita, mais concretamente num espaço de expansão para sul das Hortas e Moinhos. O troço estende-se pela margem esquerda (no sentido Norte-Sul) da E.N. 2, num plano topograficamente inferior e de forma perpendicular a esta, até bem perto da chamada «Curva da Gaifona».

Os trabalhos de valorização incluíram, por exemplo, limpeza de vegetação, remoção de terras, colocação de placas informativas ao longo do percurso e arranjo urbanístico dos acessos.

"A Calçadinha não é apenas um vestígio histórico, é um caminho que nos leva a percorrer e conhecer melhor a nossa História", afirmou o Presidente da Câmara de São Brás, Engenheiro António Eusébio na cerimónia de inauguração, destacando a importância deste património "num conceito turístico que tem por base a natureza e a História".³¹

A obra de remodelação e construção do Centro custou cerca de 230 mil euros e contou com financiamento comunitário.

O Centro conta com uma sala de exposição permanente com informação sobre a Calçadinha, uma sala polivalente destinada a exposições temáticas, entre outras actividades, um espaço de estudo e investigação aberto à comunidade e um gabinete técnico, sendo o

³¹ Faro, 2007 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A, pag.11

exterior ocupado por uma área verde de lazer e um espaço reservado à realização de actividades e recriação do passado.

Este projecto visa a revitalização de um eixo viário antigo, que assegurava as ligações entre as terras e as zonas mais interiores do Algarve central.



Fig. 5 – Calçadinha Romana³²

A preservação e valorização culturais deste património construído reveste-se, assim, da maior importância para um conhecimento mais aprofundado da história do Algarve rural e interior, nomeadamente em períodos cronológicos mais afastados, e, por outro lado, para um desenvolvimento local mais visível, continuado e, sobretudo, neste caso, atento e sensível à relevância do património viário herdado de um passado cada vez mais distante.

³² Fonte: Museu do Trajo

2.1.3 – Os Árabes e o Tesouro da Fonte da Pedra

As campanhas arqueológicas ocorridas nos anos de 1999 e 2000, confirmam a presença árabe neste território. No entanto, os arqueólogos, destacam o denominado “Tesouro da Fonte da Pedra”. Já em 1929, Estanco Louro, no seu livro “O Alportel”, se refere, pela 1ª vez, ao importante achado de um tesouro de moedas árabes, encontrado no sítio da Fonte da Pedra, nos finais do século XIX, na propriedade de Rafael Martins Sancho, surgiram algumas dessas moedas numa panela de barro que haviam sido mantidas entre os membros da família. O filho de D. Germana Sancho Correia ofereceu ao Prior José da Cunha Duarte cinco moedas pertencentes à família, que posteriormente foram depositadas no Museu do Trajo, encontrando-se as mesmas actualmente à sua guarda. As moedas são do século XII, da época *Almuhade* em que foi introduzida oficialmente a escrita cursiva (normal) em vez da cúbica.



Fig. 6 – Tesouro da Fonte da Pedra – *Dinar* (século XII).³³

Um dinar de ouro com 2,30 grs. de peso, em perfeito estado de conservação. É uma moeda redonda e tem no anverso a inscrição: “*Em nome de Deus o Clemente o Misericordioso, não há Deus senão Allah, Muhammad é o profeta de Allah, o Mahdi é o Íman*”

³³ Fonte: Museu do Trajo

da Comunidade”. Na orla diz: “*Para Deus único, e o poder, o Clemente o Misericordioso, não há Deus senão ele*”. Tem o diâmetro de 21 milímetros. No reverso tem a seguinte inscrição: “*O que está de pé por ordem de Allah, o Califa Abu Muhammad Abd Allah Ali, Amir Almu Minin – Príncipe dos Crentes*”. Na orla tem inscrito: “*Abu Abd Allah, o Amir sublime Príncipe dos crentes, Muhammad filho*”.

O Dirham de prata, da época Almhade, no anverso tem inscrito: “*Não há Deus senão Allah, todo o poder pertence a Allah, La Kuwwat Illa Bi Allah, não há força senão em Allah*”.

No reverso diz: “*Allah é o nosso senhor, Muhammad é o nosso profeta, o Mahdi é o nosso Íman*”. Pesa 1,55 gr. E tem de diâmetro 8,5 milímetros. É quadrado e recorda as quatro condições do Íman. É anónimo de acordo com o puritanismo Almhade, só Deus conta e não o governante.³⁴

Assim, o Prior José da Cunha Duarte refere que São Brás de Alportel “*recebeu poeira de povos que por aqui passaram, sobretudo fenícios, gregos visigodos e árabes*” E conclui que: “*a aculturação foi lenta e obteve uma identidade cultural acentuadamente árabe.*”³⁵

2.1.4 – As Visitações

Durante vários séculos as únicas referências à Freguesia de São Brás de Alportel, estão registadas em documentos da Igreja Católica, nomeadamente, as visitas. Trata-se de relatórios, elaborado por *visitadores*, cuja intenção era verificar o estado de conservação das igrejas e ermidas, das alfaias litúrgicas e do cumprimento das obrigações dos clérigos. Também fiscalizavam os títulos de posse a cargo dos clérigos, tomavam conhecimento do «mantimento» (trigo, cevada, vinho e dinheiro) e rubricavam os livros paroquiais. Através destes documentos é possível conhecer alguns aspectos da vivência quotidiana da população, mas sobretudo dos edifícios e património móvel do templo. Anotavam no livro respectivo as obras a realizar, as alfaias litúrgicas a comprar, as situações a corrigir e davam normas para a vivência e aprofundamento da fé.

Muitos decretos das visitas da Ordem de São Tiago identificam-se com as *Constituoens Synodaes do Bispado do Algarve* de 1554 e 1674, e os visitadores do Bispado, ao longo dos séculos, repetiram-nos.

³⁴Cunha Duarte, Padre Afonso (2008) *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. II – Terras de Alportel – Ed. Casa da Cultura António Bentes. Pag. 47

³⁵ Idem, p: 47

As visitasões à ermida/capela/igreja de São Brás de Alportel, em 1518, 1534, 1554 e 1565, foram feitas pela Ordem de São Tiago. Realizaram-se mais duas visitasões mas não existem os respectivos decretos. É provável que Gil Vasques da Cunha e o prior-mor, Pero Dias, acompanhados pelo escrivão Alvar Dias de Frelas, tivessem feito uma visitação a São Brás em 1482, e Francisco Porto Carreiro, Comendador da Igreja de São Paulo de Salvaterra, em 1490.

Do século XV ao século XVIII, embora com todas as suas limitações, a Igreja foi fluorescente no Algarve. Cresceu e desenvolveu-se no Barrocal e na Serra e consolidou-se no Algarve (zona marítima). Apesar da separação total de Espanha, a partir de 1640, ter travado o intercâmbio cultural e o desenvolvimento dos centros algarvios mais importantes, a Igreja continuou a sua acção evangelizadora.

O clero foi-se formando e as aldeias tinham o seu cura, capelão, pároco ou prior, alguns dos quais eram religiosos.³⁶

A influência do Bispo do Algarve nos domínios da Ordem de São Tiago é, porém, cada vez mais notória. A Ordem de São Tiago torna-se quase decorativa e, a partir de 1586, com D. Jerónimo Barreto, a igreja de São Brás de Alportel, “sendo Ordem”, depende pastoralmente do Ordinário.

No século XV existiu uma pequena ermida, dedicada a São Brás, no local onde se encontra actualmente a igreja paroquial de São Brás de Alportel. Esta ermida estava situada em lugar alto, fragoso e ermo, na posição de levante para poente.

Em 1518 os visitantes da Ordem de São Tiago, comendador Francisco Barradas e o prior de Santa Maria, de Setúbal, foram informados pelo povo de Alportel que a ermida fora construída pelos «fregueses e moradores da dita igreja» e eles a consertam (*corregem*) quando é necessário (*mester*).³⁷

Esta primitiva ermida de São Brás deve datar de meados do século XV e foi feita e edificada de novo, isto é, não existia no local qualquer ermida ou capela. A datação da primitiva capela é imprecisa devido ao facto da Ordem de São Tiago não ter visitado as suas terras no Algarve, pois «havia muitos anos e tempo que não fora visitada». Segundo a documentação encontrada, até ao século XV, não existiu qualquer templo cristão em terras de Alportel.

Segundo a visitação de 1518, a ermida fora construída, reedificada e consertada diversas vezes.

³⁶ Cunha Duarte, Padre Afonso (2005) *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. I – Igreja e Instituições Religiosas – Ed. Casa da Cultura António Bentes. Pag. 17, 18 e 19.

³⁷ Idem (2005: P. 39).

No Reino do Algarve, os padroeiros e *oragos* de invocações múltiplas das paróquias reflectem a devoção da circunstância eclesiástica. Para além da devoção de São Tiago, no início do século XV, os santos mais populares eram São Sebastião, São Brás, Santa Bárbara e Santa Catarina.

A ermida era «telhada de ripa» e tinha um «arco de pedra». O altar principal, de «pedra e cal», tinha uma imagem de São Brás. Junto ao arco do cruzeiro havia dois altares: no lado da Epístola, o de Nossa Senhora, talvez em honra de Nossa Senhora da Conceição, pois nesta época não era costume designar imagens da Mãe de Deus pelo mistério que representavam.

À entrada da porta principal, no lado do Evangelho, ficava a pia de baptizar. A ermida tinha ainda um modesto campanário com um pequeno sino (*campa*).

A visitação de 1534, descrita no livro do Padre Afonso Cunha, e citada;

“Os visitantes da Ordem de São Tiago, Diogo Salema, cavaleiro, e o P.^e António Fernandes, prior de Colos, estando na cidade de Faro, fazem a visitação à igreja de São Pedro (6 de Janeiro de 1534) e às capelas anexas a esta igreja. Ao visitarem a ermida de São Brás, na jurisdição de Alportel, relataram somente aquilo que de novo encontraram, em relação à última visitação”.³⁸

Através desta visitação, ficamos a saber dos melhoramentos que se foram realizando ao longo de dezasseis anos. Além das novas alfaias litúrgicas, que o inventário regista, sabemos também que os fregueses tinham comprado uma nova imagem de São Brás e que a imagem de Nossa Senhora foi restaurada na pintura.

Durante dezasseis anos os cristãos organizaram-se e já tinham uns mordomos na capela. Os visitantes encontraram os mordomos Bartolomeu Lourenço e Afonso Marques, os quais se responsabilizavam pelos dinheiros da ermida. O novo ermitão era Gonçalo Afonso.

Na visitação de 1554, quando os visitantes da Ordem de São Tiago chegaram à ermida verificaram que a construção da nova igreja já tinha sido iniciada. A ermida de 1518 deu lugar a uma igreja com três naves.

³⁸ Cunha Duarte, Padre Afonso (2005) *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. I – Igreja e Instituições Religiosas, Ed. Casa da Cultura António Bentes, P.42).

*“A ermida de São Brás, o único centro religioso nas terras de Alportel, em breve se tornou pequena para a enorme afluência dos fiéis dos diversos sítios da freguesia. Uma nova igreja era o sonho dos cristãos.”*³⁹

Em 1554, a população de 140 fogos (no século XV, Faro tinha 873 fogos e o termo 572), levantou um edifício que ainda hoje permanece de pé, apesar de diversas alterações que sofreu ao longo dos séculos.

Na visitação de 1565, os visitantes referem-se à igreja «feita de novo há pouco tempo» e dão-nos alguns pormenores sobre a sua construção. Em relação à visitação anterior, a população aumentou. Tem 150 fogos, isto é, tem mais 10 fogos novos.

A capela-mor é de abóbada e tem um altar de alvenaria. A imagem de São Brás encontra-se no centro do altar-mor e tem um sobrecéu de cortinas. A sacristia comunica com a capela do altar-mor por intermédio de um portal. As paredes são de pedra e cal e está madeirada de castanho. Refira-se ainda que esta igreja foi reconstruída após o terramoto de 1755 e teve ampliação importante no séc. XIX.

O adro da Igreja Matriz serve de miradouro sobre o Barrocal e também sobre a paisagem envolvente e o mar.

*“ O comendador das Comendas de Vila da Cacela e da igreja do Salvador, Vila de Santarém. D. Rodrigo de Meneses, e o P.e João Fernandes Barregão, prior de Nossa Senhora do Castelo. Vila de Alcácer do Sal, fizeram visitação de 1565, pela Ordem de São Tiago. Esta foi a última visitação que a Ordem de São Tiago efectuou à igreja de São Brás de Alportel”.*⁴⁰

Segundo o costume da época, a ermida era para o ermitão e tinha as suas terras doadas pelo fundador ou fundadores: «E tem a dita ermida um pomar de árvores apegado com ela. E uma casa, junto com ela está o ermitão. E mais tem um cerrado de oliveiras e azambujeiros».

³⁹ Idem, P. 43

⁴⁰ Ibidem, P. 47



Fig. 7- Igreja Matriz⁴¹

Os visitantes não nomeiam as «cousas que há meúdas», porque estão inventariadas n respectivo livro. Pela primeira vez, aparece uma referência ao *Livro de Inventário (aventario)* e em 1586, menciona-se o *Livro de Visitas*.

Em 1598, o visitador, Dr. P.^o Manuel Guerreiro, decreta que o terraço da igreja, para a construção de casas (de fora e câmara), seja aforado pelo preço de 50 rs. As terras da ermida são-brasense, pela descrição e confrontação das terras foreiras que se encontraram, estão bem localizadas.

Dos primeiros documentos oficiais existentes, que se referem especificamente à então freguesia de São Brás de Alportel, podemos retirar um conjunto de informações do que seria a realidade das populações que habitavam as terras de São Brás de Alportel. Nomeadamente: Tratava-se de um território em franco desenvolvimento e por volta do de 1565 já a freguesia tinha 150 fogos. Face ao aumento da população, já se construía uma nova igreja em substituição da velha ermida. A população já demonstrava alguma organização social pois assumia colectivamente as custas da reconstrução da igreja e a respectiva manutenção.

Na sequência do desenvolvimento populacional desta freguesia, o bispo D. Jerónimo Barreto, ordenou em 1587 a construção da ermida de São Romão, que fica a 3 Kms a poente de São Brás, e ao norte da estrada de São Brás para Loulé, no sítio de São Romão. A construção desta ermida foi interrompida por falta de dinheiro. Mas, em 1598 o bispo D.

⁴¹ Fonte: Museu do Trajo

Fernão Moniz Mascarenhas ordena que se prossiga a construção desta ermida, com o dinheiro que sobrasse do amanho do telhado da igreja matriz e assim foi feito.⁴²



Fig. 8 – Ermida de S. Romão⁴³

2.1.5 – Memória Paroquial ou São Brás de Alportel no século XVIII

Em Janeiro de 1758, a Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino e o P.^o Luís Cardoso promovem um inquérito para averiguar dos estragos causados pelo terramoto e outras informações mas o coordenador não terminou o seu trabalho, porque faleceu em 1769, as *Memórias Paroquiais* repousaram na livraria da Congregação do Oratório. Daqui transitaram para a Biblioteca das Necessidades e, mais tarde, para o actual Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.⁴⁴

O P.^o Afonso Cunha Duarte, em referência à *Memória Paroquial*, descreve:

“ A Memória Paroquial, escrita pelo prior P.^o António Pereira da Silva, descreve a aldeia de ruas ásperas, os sítios, a riqueza agrícola e florestal, a igreja paroquial, as capelas e a actividade religiosa da freguesia. Refere-se à divisão da freguesia em duas zonas – Serra e Barrocal – aos termos e à distância dos sítios em relação à aldeia de São Brás. Enaltece a ‘curiosidade’ e a ‘indústria’ dos são-brasenses no amanho das terras e a beleza das flores

⁴² Estanco, Louro.1996, *O Livro de Alportel*, 3ª Edição, CMSBA, p. 79

⁴³ Fonte: Museu do Trajo

⁴⁴ Cunha Duarte, Padre Afonso (2005) *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. I – Igreja e Instituições Religiosas, Ed. Casa da Cultura António Bentes. Pag. 363

silvestres. O autor, natural do Minho, fica espantado com o terreno pedregoso e com a deliciosa água das fontes. E não esquece de relatar que ao lado dos ricos vivem os pobres”.⁴⁵

O Dr. P.^e António Pereira da Silva visitou a aldeia de São Brás de Alportel diversas vezes, antes de ter sido nomeado prior da freguesia. O livro de baptismos regista que foi padrinho de Baptismo na aldeia em 1738, 1744 e 1755. A partir de Junho de 1756, passou a residir na aldeia. Em 1756, foi nomeado Provedor da Confraria dos Passos. Em 24 de Junho de 1757, o prior João Vieira Rosado, devido à sua avançada idade aposentou-se. Em 10 de Julho do mesmo ano, o Cónego António Pereira da Silva tomou posse da paróquia de São Brás de Alportel.⁴⁶

2.1.5.1 – O Paço Episcopal

O Paço Episcopal, construído nos sécs. XVII/XVIII para residência de Verão dos bispos do Algarve, como local de refúgio, repouso e banhos salutíferos de “água fria, foi também utilizada por ilustres convidados do Bispo e por sacerdotes em trânsito. Serviu também, para albergar alguns religiosos idosos e doentes que não tinham família, durante o conflito entre D. Miguel e D. Pedro.



Fig. 9 – Paço Episcopal⁴⁷

⁴⁵ Idem, p: 363

⁴⁶ Ibidem , pag. 367

⁴⁷ Fonte: Museu do Trajo

Durante a permanência dos bispos em São Brás de Alportel, alguns bispos conferiram na capela Ordens Menores a vários seminaristas, entre os quais ao poeta João de Deus.

Houve sempre um quinteiro ou jardineiro para tratar do jardim e, mais tarde, da horta anexa. Quando o Bispo do Algarve vinha até São Brás de Alportel, a Paróquia mandava varrer, caiar e limpar o edifício. A Mitra pagava a despesa da deslocação e mandava arranjar o caminho até São Brás de Alportel.

Do antigo Paço Episcopal, hoje resta apenas parte do edifício principal e, quase em frente, uma fonte abobadada com oito bicas. Este edifício sofreu várias modificações nos séculos XIX e XX, que alteraram a sua estrutura.

Constituindo ainda hoje, um dos monumentos notáveis da Vila de São Brás de Alportel, o Palácio Episcopal já é referido pelo P.^e Pereira da Silva, nas respostas ao inquérito nos seguintes termos:

“o Palácio Episcopal, que tem neste povo os Ex.mos, R.mos Senhores Bispos, que ainda que térreo é nobre (...). Do passeio se descem quatro degraus para a rua que vai à Fonte do Concelho, defronte fica a portada do jardim de recreio dos E.mos R.mos Bispos (...). No jardim descendo uns degraus se vê um famoso lago de peixes com passeio, que o cerca, ficando-lhe para a parte do nascente a fonte com oito bicas coberta com um famoso zimbório com três janelas rasgadas, e nos lados da fonte duas portas para a caixa de água; obra que mandou fazer o Ex.mo R.mo. D. António Pereira da Silva (...), e em cima em uma famosa pedra lhe gravou as suas armas dos Silvas, e Pereiras.

Da parte esquerda para a parte do nascente está outra fonte com quatro bicas de latão, em que se vêem as mesmas armas esculpidas, de um lado tem seu passeio vistoso com sua alameda de freixoeiros, e flores de várias castas entre os assentos: e no fim uma casa de pombal: dilata-se o jardim em pomar de várias frutas de espinho admirável china, e limão e outras frutas de caroço, com divisão de ruas das quais algum dia se viam margens de morangos”

(«Memória Paroquial», pag. 169)

Acerca do terramoto e suas consequências, na então freguesia de São Brás de Alportel, o P.^o António Pereira da Silva, refere-se aos prejuízos causados na igreja, mas omite as consequências nas casas da aldeia. Segundo o relatório do P.^o Silva, a igreja paroquial sofreu considerável ruína, sobretudo no telhado, torre-sineira, capela-mor e sacristia. Apesar das consequências bastante graves para a freguesia de São Brás, não se regista qualquer vítima do terramoto, de acordo com o relatório do prior António Pereira da Silva



Fig. 10 - Jardim e Fonte do Paço Episcopal⁴⁸

A *Memória Paroquial* divide a freguesia em duas partes: Algarve (Barrocal) e Serra. Segundo o mesmo documento, retiramos a informação da região de São Brás de Alportel, onde diz que a freguesia é rica pela abundância de água e fertilidade das terras.

Algumas das fontes, tanques, poços, referidos constituem hoje património histórico do actual concelho de São Brás de Alportel.

Considerada a zona de maior aumento populacional ao longo dos séculos, esteve sempre dividida em pequenas propriedades.

Cultivava-se o pequeno latifúndio que vinha das heranças, embora o autor refira que não se pode considerar que existisse pequeno latifúndio. Cada herdeiro ficava com uma parte da herança, assim se repartiam as terras e se faziam os pequenos hortejos.

⁴⁸ Fonte: Museu do Trajo

O Barrocal é dividido em duas zonas: alto e baixo.

O Alto Barrocal, junto da serra, é pobre e pouco populoso, Os sítios são dispersos e pequenos. Nas fazendas semeia-se trigo e cevada. Há alguns rebanhos, os hortejos, de pequena dimensão, estão situados junto das fontes, poços e ribeiros, onde se cultivam algumas “novidades”.

No Alto Barrocal, a riqueza resume-se ao azeite, amêndoa, figo, alfarroba, vinho e cortiça. Enquanto no Baixo Barrocal a população é mais numerosa e o terreno mais fértil e rico do que o da Serra. É a zona onde o calcário, o barro, o borno e o caliço nas terras arneirentas.

Os sítios estão mais juntos, mas o casario é mais disperso. As hortas são verdejantes e ricas em água. Há campinas com árvores frutíferas e muita vinha.

No Serro do Botelho, alguns moradores dedicavam-se ao “calisso”, o qual, segundo o P.º António Pereira da Silva, «serve para obras de alvenaria, que a cal caldeia, congutina maravilhosamente». Em 1925, ainda havia fornos de cal no Bengado, Vale do Joio, Tareja, Brejo, Portela dos Carriços e Serro do Malhão do Bispo.

Segundo as respostas ao «Questionário das Comissões Paroquias», de 1887, em São Brás de Alportel semeava-se trigo, milho, batata, batata-doce, feijão e hortaliças. A cultura do trigo tinha diminuído cerca de 50%. A produção do milho também diminuía. Utilizava-se ainda o arado de madeira, a «primitiva mobília agrária». Uma lavoura de alqueire custava 4\$500 réis. Gradagem e desferrar 2\$000. Uma lavoura para sementeira 3\$000. Mondadeira \$120. Ceifar e atar \$400. Carreto para a eira 1\$200. Debulha, ao trilho e limpeza 6\$000 réis.

⁴⁹ Cunha Duarte, P.º Afonso (2005: pag. 370).

O mesmo documento faz referência às árvores que predominam na região de São Brás, entre elas a figueira, com grande abundância estendiam-se figueirais por diversos sítios: Machados, Serro do Botelho, Corotelo, Vale do Carvalho, Fonte da Murta, São Romão, Aldeia dos Ratos, Vilarinhos, Chibeira, Calçada, Gralheira, Poço dos Ferreiros, Portela, Farrobo, Outeiro, Alcária, Tesoureiro, Almargens; Tareja, Campina, Medalhas, Mesquita Alta, Desbarato, Peral, Ribeiro da Mesquita, Penedo Gordo, Muda e Javali, Cabeça do Velho e Barranco da Figueira.

Segundo Francisco José da Fonseca (relatório de 1871-1872), as variedades mais produtivas eram o cátio, lampo, enxário, galego, berjaçote, arval, castelhano, marquesa, sofena, orjal, pedral, bebera, S. Luís, verdial, carvalhal, etc.

⁴⁹ Cunha Duarte P.e Afonso (2005) *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. I – Igreja e Instituições Religiosas, Ed. Casa da Cultura António Bentes.

Para secar eram apreciados somente algumas espécies: cátió, lampo enxário, castelhano e berjaçote. (Cada 15 Kg produz cerca de 7 a 8 litros de aguardente).

A alfarrobeira estendia-se pelos Machados, Corotelo, Aldeia dos Ratos, Soalheira, Chibeira, Calçada, Poços dos Ferreiros, Portela Farrobo e Mesquita Alta.

Existiam várias espécies: mulata, considerada a melhor, galhosa, costela de vaca, galvana, baselga, tocão, negrita, brava, borro e canela. A alfarroba era vendida como fanicada esmagada ou cortada e corrente.

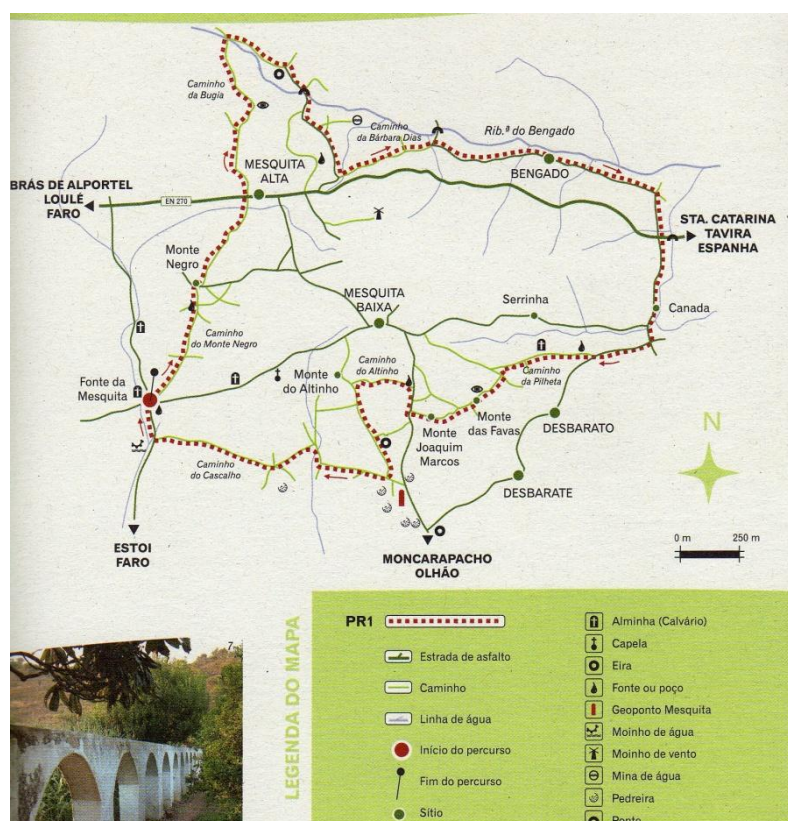


Fig. 11- Mapa das localidades do Concelho de São Brás de Alportel⁵⁰

A amendoeira localizava-se sobretudo na Calçada, Gralheira e Desbarato. Entre as variedades de amêndoa sobressaíam a coca, a molar e a dura.

A melhor para exportação era a “extra”, calibrada e de boa qualidade, e a “corrente” de coloração irregular. O miolo da amêndoa era classificado como extra (o melhor), escolhido, corrente e partido.

A trindade – figueira, alfarrobeira e amendoeira – entraram em decadência no século XX. A figueira por falta de rentabilidade e pelos elevados custos de colheita e secagem do

⁵⁰ http://www.mapav.com/faro/sao_bras_de_alportel/sao_bras_de_alportel/

figo, praticamente está abandonada. A amendoeira tem a mesma sorte. Por falta de viabilidade económica, apenas se encontram uns “restos”. Somente a alfarrobeira ainda hoje tem valor económico no concelho.

2.2 – CORTIÇA E DESENVOLVIMENTO

No século XIX a aldeia atingiu o seu apogeu económico. Homens simples e modestos enveredaram pelo mundo do negócio e tiveram sucesso. Almocreves simples, trabalhando noite e dia, percorreram o Algarve e o Alentejo e fizeram fortuna. Com o dinheiro amealhado investiram na compra de propriedades, para depois se meterem no negócio da cortiça. Assim compram montados e mandam construir pequenas fábricas de origem familiar (as crianças também trabalham em conjunto com os pais). Como tiveram sucesso, importam mão-de-obra especializada de Silves e de outros sítios do Algarve. A indústria corticeira próspera e a freguesia conhece um significativo desenvolvimento. À aldeia de São Brás chegam operários de várias localidades e nasce uma nova classe: a dos industriais e proprietários.⁵¹

O jornal “O Distrito de Faro” (2/11/1876) refere e confirma a grande transformação que se estava a operar nesta ocasião na aldeia.

*“ S. Brás d’Alportel, uma das freguesias do concelho de Faro é a primeira do Algarve se atendermos a que tem uma população de 7.141 almas, cifra a que não chega nenhuma das outras 60 freguesias da província. A laborosidade de seus habitantes alimenta entre outros, um comércio agrícola da mais alta importância, qual é o da cortiça, que vão buscar ao Alentejo e à Espanha, artigo este de que fazem fortes carregamentos para o estrangeiro ”.*⁵²

A exportação da cortiça em prancha, a partir de 1864, enriqueceu num breve período de tempo, os almocreves, comerciantes intermediários e industriais. Na mesma ocasião espalharam-se pela freguesia duas fábricas e várias fabriquetas de rolhas. O negócio foi próspero e seduziu muitos são-brasenses, mas a ganância, a concorrência e até o “bota-abaixo” no preço da cortiça, acabaram com a euforia.

⁵¹ Cunha Duarte P.e Afonso, *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. II – Terras de Alportel, Ed. Casa da Cultura António Bentes. (2008: p. 340).

⁵² “O Distrito de Faro” (2/11/1876)

Outros mercados começaram a ser invadidos pela rolha algarvia, como: França, Dinamarca, Alemanha, Suíça, Grécia, Rússia e USA, entre outros. Então começaram a cobrar impostos alfandegários incompatíveis com as aspirações dos algarvios. Estes países tinham todo o interesse na importação da cortiça em prancha (a matéria prima que não possuíam) para desenvolver a indústria mecanizada da rolha, de inferior qualidade, aumentar a mão-de-obra dos operários corticeiros e impedir a importação da rolha portuguesa. Apenas na Grã-Bretanha havia livre-trânsito para a rolha portuguesa.

Com o aparecimento da “garlopa”, uma máquina de fazer rolhas, a situação agravou-se e centenas de operários ficaram no desemprego. Se a venda da cortiça em bruto criou problemas aos trabalhadores, o aparecimento da garlopa veio agravá-los. A rolha manual deu lugar à da máquina, na proporção de uma para quatro. As fábricas começam a diminuir drasticamente o número de operários em Silves, Faro e Portimão. Mas segundo o inventário das décimas, esta situação não foi muito acentuada em São Brás de Alportel.⁵³

Em 1870, Salvador Alves Vilarinho, natural de Monção, ex-emigrante do Brasil, montou em Silves uma fábrica de cortiça que chegou a ter mais de seiscentos operários. Os técnicos especializados vieram da Catalunha e a exportação efectuava-se sobretudo para Inglaterra e países da Europa Central. Muitos desses operários corticeiros mudaram a sua residência para São Brás de Alportel e, assim, contribuíram para o desenvolvimento da indústria corticeira são-brasense.

No *Almanach de S. Braz d’Alportel (Algarve) para o ano de 1894*, João Manuel Rodrigues de Passos faz referência a esta transformação social de uma parte da população:

Os habitantes de S. Brás não se limitam a contemplar meditativos, os seus campos e vales, deixando-se adormecer à sombra das laranjeiras, dos pessegueiros e das alfarrobeiras. Não, ele não faz isso. Pelo contrário, apenas o sol começa a aquecer os campos, e as flores a desabrocharem, ele lá vai a caminho do Alentejo, da Estremadura e das Beiras, transformando o suor do seu corpo, em gotas de ouro, que hão-de ser depois, o pão de filhos e netos. Ele bem sabe que só pelo trabalho honesto, é que o homem pode engrandecer-se, e por isso, não descansa um só momento. A ambição justíssima deve os filhos ao abrigo da miséria centuplica-lhes as forças e por esse motivo é

⁵³ Cunha Duarte P.e Afonso (2008) *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. II – Terras de Alportel, Ed. Casa da Cultura António Bentes, p: 343

*muitos os que ainda não há muitos anos viviam pobres e hoje, estão possuidores de boas fortunas.*⁵⁴

Os rolheiros são-brasenses não conseguiam escoar a sua produção e a indústria corticeira começou a sentir os efeitos da crise iria durar até ao fim da 2ª Grande Guerra. Os sucessivos governos, monárquicos e republicanos, não foram sensíveis ao problema da indústria corticeira.

As dificuldades em exportar a rolha algarvia eram cada vez maiores, então os comerciantes optaram pela exportação em prancha. O negócio era mais rentável e não havia conflitos com os operários. O industrial apenas pagava a cortiça ao lavrador e o transporte para a fábrica. Com um reduzido número de operários, o industrial fazia a raspagem, cozedura, recorte e enfardamento da cortiça. Por outro lado o salário dos rolheiros baixa e as greves eram cada vez mais frequentes. Na sequência deste panorama de crise, a desvalorização da moeda também contribuiu para o descalabro da indústria corticeira.

Nesta situação de crise, os industriais não podiam aumentar os salários dos rolheiros e as greves foram constantes e apressaram a falência de muitas fábricas.

A Associação dos Corticeiros de Silves, a mais antiga do Algarve, a Associação dos Corticeiros de Faro (fundada em 15/11/1898) e a Associação dos Corticeiros de São Brás de Alportel (nos finais do século XIX não tinha sócios nem dinheiro) protestaram contra esta situação mas não convenceram os políticos.

Os industriais de São Brás de Alportel e de Silves uniram-se na luta comum e protestaram perante o Governo. Exigiram acordos mais favoráveis e empréstimos para a modernização e aquisição de maquinaria mais competitiva. Porém, o Governo «amorfo e indolente», nunca deu ouvidos aos industriais corticeiros.

As fábricas são-brasenses tinham praticamente um trabalho sazonal. De Janeiro a Abril tinham grande produção. Na Primavera os trabalhadores iam para a agricultura e, no Verão, para a compra da cortiça.

O período fluorescente, nos finais do século XIX, como atrás referimos, foi efémero. A indústria corticeira entrou em crise e, com a proclamação da República, ela acentuou-se ainda mais. Uma das dificuldades que contribuiu para o descalabro da indústria corticeira foi o transporte. As poucas estradas que existiam eram intransitáveis e, por isso, a cortiça transformada nem sempre chegava ao local do destino, os fretes encareciam de dia para dia e

⁵⁴ *Almanach de S. Braz d'Alportel* (1894: p. 23-24).

muitos almocreves já não tinham coragem para se meterem num caminho que nem sempre tinha regresso.

Em São Brás de Alportel, segundo *O Povo Algarvio*,⁵⁵ houve também «uma gravíssima crise económica: A sua indústria e comércio corticeiros decaem a olhos vistos. Milhares dos seus habitantes, apertados pela fome, têm migrado para a América».

Organizou-se um grande comício na aldeia, em Dezembro de 1910, para se debater o problema da indústria corticeira. José de Sousa Uva propôs a compra da cortiça dos montados da aldeia mais barata, a \$400 réis por arroba. Júlio César Rosalis comentou com Bernardo de Passos a proposta de José Uva e, ironicamente chama-lhe «esperto como um alho...porro».

Boaventura Passos, (o *João Campónio, n'O Povo Algarvio*) retratou assim a crise são-brasense: «Pelo que nesta freguesia se vê, a avaliar pelo que nesta terra se passa, não há no país hoje classe mais infeliz do que a dos operários corticeiros». O poder económico da população estava a desaparecer. Só alguns industriais conseguiram vencer a crise.

Em inícios do século XX, a indústria da cortiça tornou-se o símbolo de São Brás de Alportel. Ainda hoje detém cerca de 60% da produção do país. São afamados os montados de sobro que abrangem uma extensa área do concelho e produz cerca de 230 mil arrobadas por ano de cortiça de primeira qualidade. O sector corticeiro ainda é hoje o segundo maior empregador de mão-de-obra do concelho. Actualmente existem cerca de uma dezena de empresas tecnologicamente apetrechadas para a preparação e transformação da cortiça.

2.2.1- Miguel Dias Andrade: Ascensão e queda de uma família emblemática

A partir de 1850, S. Brás de Alportel descobriu a cortiça. Por volta de 1870, uma meia dúzia de famílias destaca-se da restante população. O primeiro deles, Miguel Dias de Andrade, um humilde jornalista, torna-se nos finais do século XIX o mais rico proprietário da freguesia. Miguel Dias de Andrade, nascido em 1835, constrói a pulso uma das mais importantes casas comerciais da região. Constrói uma imponente moradia fora da população, ao longo da estrada para Tavira, actual Rua Dr. José Dias Sancho, onde se situa o Museu do Trajo.

Na casa que Miguel Dias Andrade (o Almocreve) mandou construir, existia também uma casa dos criados e um espaço para a fábrica de cortiça. Assim esta imponente moradia chamou a atenção das gentes mais ricas da região as quais se quiseram encostar construindo as suas casas no seguimento do palacete, e foi ver nascer casa atrás de casa ao longo da rua

⁵⁵ Cunha Duarte P.e Afonso (2008) *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. II – Terras de Alportel, Ed. Casa da Cultura António Bentes, citando “ *O Povo Algarvio*, ” Nº 45, de 23.07.1910, pag. 347

(estrada de Tavira). Ainda hoje quase todas as casas estão datadas na cantaria (1888,1878,etc.) para quem quiser ver.

Pouco depois, os outros corticeiros desistiam da acanhada Rua de S. Sebastião e foram construir as suas moradias nos arrabaldes. Os Dourados foram para as Mealhas. Os Uvas para os Almargens. Outros foram para a Campina, para o Alportel, para os Vilarinhos, etc., etc.

Miguel Dias de Andrade, de arrieiro faz-se carvoeiro e a pouco e pouco torna-se num almocreve, possuidor de várias parelhas de possantes mulas. Para o Alentejo, entre outros produtos, transporta o peixe salgado, trazendo no retorno o trigo e a cortiça. A fortuna, angariada no próspero negócio da cortiça, permitiu a construção, nas últimas décadas do século XIX, de uma grandiosa habitação no centro da vila.



Fig. 12 – Palacete de Miguel Dias Andrade, séc. XIX⁵⁶

Algumas décadas depois, em 1930 encontramos o edifício transformado em Banco. Com o velho almocreve já falecido, é seu neto, Manuel Dias Sancho que dirige o negócio. Os ventos não correm de feição, a situação internacional é adversa para a Casa Bancária de Manuel Dias Sancho e tudo se desmorona pouco tempo depois.

Lucília Dias Sancho, neta do capitalista corticeiro Miguel Dias de Andrade, de quem foi herdeira de uma considerável fortuna que conheceu os seus desenvolvimentos mais interessantes ainda em finais do século XIX. Casa com António da Conceição Bentes (Alcoutim, 16.01.1902 – Lisboa, 16.01.1986), antigo funcionário e pessoa de confiança da

⁵⁶ Fonte: Museu do Trajo

Casa. Inicia-se então um longo e lento processo de decadência, a família vê-se despojada de grande parte dos seus bens. Lucília Dias Sancho, neta do velho carvoeiro, morre em 1974, sem deixar descendentes que pudessem dar continuidade a uma Casa que havia marcado o desenvolvimento de São Brás de Alportel.⁵⁷

2.3 – CRIAÇÃO DO CONCELHO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Um dos acontecimentos mais marcantes do séc. XX algarvio foi a criação do concelho de S. Brás de Alportel, pelo que se torna interessante, referir o acontecimento e os principais políticos que nele intervieram, particularmente João Rosa Beatriz, republicano, maçom, carbonário e empenhado participante nas movimentações que levaram à implantação da República.

Este são-brasense foi um grande defensor da criação do ramal ferroviário que, partindo da estação de Loulé, serviria a “vastíssima e populosa região louletana-alportelense” como salienta Estanco Louro (pag.152-155), que verberou com veemência o “crime monstruoso” que foi a não satisfação do justo anseio das gentes das duas importantes localidades.

O concelho de São Brás de Alportel é conhecido pela indústria corticeira e chegou a ter em laboração mais de 80 fábricas. Hoje, mantém-se o volume de produção global graças à evolução da maquinaria e da tecnologia, mas subsistem cerca de dez unidades.

Estanco Louro, refere o aspecto industrial em que o Alportel mais se notabilizou e que mais contribui para a sua estrutura económica foi o da cortiça. Tal importância foi realçada no breve relatório que precede o projecto lei criação do concelho, onde afirma, sem que isso fosse contestado. *“Foram os habitantes de São Brás quem iniciou o comércio das cortiças e provocou o desenvolvimento da indústria correspondente. São ainda os habitantes de São Brás quem colhe e negocia 50% da produção do país”*.⁵⁸

Assim Estanco Louro refere ainda que, “ a mais populosa das freguesias rurais do país” era responsável por 50% da produção corticeira nacional (Estanco Louro – pag. 95). A mais populosa e rica das freguesias de Faro (com 11.166 habitantes, cerca de 33% da população do concelho) a localidade contribuía significativamente para as finanças municipais, o que justificava que os farenses contrariassem vivamente a aspiração das suas gentes de S. Brás e reclamassem que queriam ser ressarcidos.

⁵⁷ Cunha Duarte, Pd.º Afonso – Memórias de São Brás de Alportel Vol. II -*Terras de Alportel* – Edição: Casa da Cultura António Bentes, São Brás de Alportel. (2008: p. 221).

⁵⁸ Estanco, Louro - *O Livro de Alportel*, 3ª Edição, CMSBA. (1996: p. 95)

Em Dezembro de 1912, apresentou na sua Câmara, o falecido deputado, Machado dos Santos, um projecto de lei, criando o concelho de Alportel. Das considerações que acompanharam esse projecto, ex tratamos, em resumo os seguintes:

- A freguesia de São Brás tem sítios que distam da sede da comarca e concelho (Faro), 40 Kilómetros.
- São Brás de Alportel é a freguesia mais populosa de todas as freguesias rurais do país. Cento e vinte concelhos de Portugal têm uma população inferior à desta freguesia.
- Há concelhos que não têm 1/3 da população de São Brás.



Fig.13- Concelho de São Brás de Alportel⁵⁹

*“Foram os habitantes de São Brás quem iniciou o comércio das cortiças e provocou o desenvolvimento da indústria correspondente. São ainda os habitantes de São Brás quem colhe e negocia 50% da produção do país.”*⁶⁰

A sua intervenção junto de José Mendes Cabeçadas, de Coelho de Carvalho e de outros deputados e senadores algarvios é referida pelo próprio⁶¹ João Beatriz, e mostra bem as influências que o político era capaz de mover em defesa da sua terra.

⁵⁹ http://www.mapav.com/faro/sao_bras_de_alportel/sao_bras_de_alportel/

⁶⁰ Estanco, Louro - *O Livro de Alportel*, 3ª Edição, CMSBA. (1996: p. 95)

⁶¹ Idem, p. 102

Segundo Villaverde Cabral o “ilhéu de industrialização” na nossa região⁶² constituía na época a posição de S. Brás de Alportel como centro corticeiro, facto salientado no projecto de lei que, para a criação do concelho, que Machado Santos apresentou no Parlamento.

Apesar da forte oposição dos políticos farenses à concretização do velho sonho local muitos republicanos de S. Brás terem integraram órgãos administrativos de Faro – João de Sousa Uva, foi de 1910 a 1913 vereador e presidente da Comissão Municipal, Bernardo Passos, começou em 1910, como administrador do concelho, e depois ficou como secretário da Câmara até 1930, e Júlio Rosális foi Governador Civil (1911/1912).

O processo foi longo e difícil mas a tenacidade de João Rosa Beatriz e a dedicação de Machado Santos, incansável no acompanhamento parlamentar do caso, acabaram por levar de vencida os escolhos que lhes semearam no caminho.

Machado dos Santos, grande amigo do são-brasense João Rosa Beatriz, empenhou todos os esforços nessa tarefa, até que alcançou a concretização dos seus desejos.

Em 1 de Junho de 1914 é publicada (Lei nº. 178), no Diário do Governo a elevação a Município da freguesia de São Brás com a denominação de concelho de Alportel com sede na aldeia de São Brás, donde a designação de São Brás de Alportel. O primeiro administrador do novo concelho foi o alportelense João Rosa Beatriz.



Fig. 14- Cortiça (o ouro da Serra do Caldeirão)⁶³

A cortiça em que o Concelho é rico, levou ao desenvolvimento comercial e industrial de São Brás de Alportel, que durante anos foi o principal centro corticeiro de Portugal e do mundo. O aumento da população e o seu crescimento económico, levaram à criação do Concelho em 1914.

⁶² Villaverde Cabral, Manuel - “Portugal na Alvorada do Século XX”, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 95.

⁶³ <http://sbcriativo.blogs.sapo.pt/2346.html>

A progressiva transferência da indústria transformadora da cortiça para o centro e norte de Portugal faz com que o concelho, nas últimas décadas, aposte numa crescente dinâmica e diversificação das suas actividades económicas.

2.4 – VILA DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL SÉC. XXI (serviços sociais, cruzamento de culturas, demografia)

Nas últimas décadas do século XIX, o eixo «Matriz - Rua S. Sebastião – Ermida de S. Sebastião» estava esgotado. A nascente, os Largos da Praça, Mercado e as ruas que os serviam, não eram verdadeiras alternativas. Do lado oposto, a Rua (actual Teófilo Braga) o caso era semelhante. Não eram mais do que meros expedientes espontâneos que visavam aliviar o acanhamento do lugar. Faltava um golpe de asa – alguém com visão suficiente que lançasse novas centralidades capazes de impulsionar um novo surto de crescimento.

Nos primeiros anos do século XX a distribuição espacial era novamente equilibrada. A expansão ao longo da estrada 272 (Tavira – Loulé), tanto a Nascente quanto a Poente, marcou um novo marco no crescimento urbano da localidade. Uma densa rede de pequenos fabricos de preparação de cortiça esteve no aparecimento de muitas das artérias da periferia. Vive-se o desencanto da cortiça. Era aspiração máxima dos louletanos e são-brasenses ter o comboio. Em 1906, o correspondente do jornal *A Lucta* lamenta que o «arrojado projecto» da linha para viação eléctrica entre São Brás de Alportel, Faro e Loulé esteja parado, pois é de «incontestável utilidade para as povoações que serviria» e de «bons e sólidos lucros». Mas o caminho-de-ferro, apesar dos esforços de altas individualidades, como João Rosa Beatriz, nunca se concretizou, e não passou de uma miragem.

Ainda não foi realizado um estudo sério sobre a toponímia de São Brás de Alportel, mas através de documentos sabe-se que as ruas da aldeia Começaram a ser calcetadas em 1871. Na mesma ocasião cortaram-se os pedregulhos maiores que ainda existiam que impediam a circulação de carrinhas. Muitas casas ainda não tinham reboco e começa a aparecer a platibanda a partir dos anos vinte.⁶⁴

A aldeia foi crescendo e novos arruamentos se foram fazendo. Em ruelas estreitas os muros recuaram e endireitaram-se paredes com a colaboração da população rebaixou-se o piso. Cortaram-se penedias apara os carros de tracção animal entrarem no burgo. Alguns (poucos) edifícios foram ornamentados na fachada com azulejos vidrados. Também

⁶⁴ Cunha Duarte P.º Afonso – *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. II – Terras de Alportel, Ed. Casa da Cultura António Bentes. (2008: p. 265).

começaram a aparecer algumas casas do avesso. Os azulejos de cozinha vieram para a rua. E a toponímia foi-se alterando. É funcional e prática.⁶⁵

As casas da aldeia, ao contrário do que tem sido divulgado, não eram todas caiadas de branco. Predominavam as cores amarelo-torradas, verde e a chamada “cor-de-vinho”. As portas eram verdes, castanhas ou encarnadas. Nos sítios predominava a cal.



Fig. 15- Casa típica branca caiada⁶⁶

As casas tinham chaminés rectangulares, cónicas, cilíndricas, poligonais, prismáticas, quadradas, piramidais, pentagonais turriformes com base quadrada, pontiagudas e esguias. Algumas eram bizarras e singulares, cheias de fantasia e são consideradas jóias da arquitectura regional. Terminavam em ponta, pirâmide ou com um pequeno zimbório. Mil cambiantes de formas, cor e materiais.

A riqueza estava na sua variedade e na leveza dos motivos decorativos. A sua confecção demorava um, dois e três dias conforme a bolsa do proprietário da casa. Por isso se dizia: «chaminé de um dia», «chaminé de dois dias», «chaminé de três dias». O requinte e a finura do rendilhado dependiam do tempo que o proprietário dava para a sua construção. A argamassa e o tijolo eram trabalhados por mãos cheias de experiência e saber e de uma inesgotável imaginação e paciência. Cada um era individualizada e personalizada com assinatura de quem a fez e, por vezes datadas.

⁶⁵ Idem, p. 265

⁶⁶Fonte: Museu do Trajo

A chaminé que num passado recente foi símbolo do Algarve, já não é o ex-líbris algarvio. Hoje existem só alguns restos com pouca variedade da grandeza de um passado que caracterizou a região do Algarve.



Fig. 16 - Chaminé símbolo de um passado recente do Algarve⁶⁷

Nos anos vinte e trinta do século XX é que recomeçou a grande transformação da vila. O visual da aldeia modificou-se. Novas cantarias são colocadas nas casas, a plantibanda aparece para embelezar a fachada e a frontaria é rectificada. A porta principal é colocada ao centro e as janelas começam a ser simétricas. As janelas de reixa tendem a desaparecer. As ruas com aleijões e cotovelos são alinhadas, executa-se o empedrado e colocam-se os colectores para as águas pluviais.

⁶⁷ Fonte: Museu do Trajo



Fig. 17 Casa com plantibanda⁶⁸

A terra progressiva e rica não deixou para a posteridade edifícios dignos de menção. Uma parte é do século XIX e a outra do início do século XX. Salvo algumas excepções, as cantarias e a arquitectura não reflectem o tempo áureo do petróleo da serra – a cortiça. As cantarias têm pouca variedade e a tipologia predominante é a que o edifício da antiga Residência Paroquial (actual Câmara Municipal) ostenta.



Fig. 18 – Paços do Concelho⁶⁹

⁶⁸ Fonte: Museu do Trajo

⁶⁹ Fonte : Câmara Municipal de S. Brás de Alportel

O final da década de 1960 e inícios da de 1970 constituem um ponto de viragem do urbanismo algarvio, entre os traçados herdados do séc. XIX e as formas urbanas actuais. Em algumas povoações notam-se já elementos de modernização e expansão urbana. Outras permanecem praticamente iguais ao que tinham sido uns 50 anos antes.

Numa análise de quem conhece muito bem São Brás de Alportel, Padre Cunha refere:

“A alma de São Brás de Alportel definha e não há quem olhe para ela com carinho, com sensibilidade e com conhecimento e arte. Num passado recente, as lojas eram povoadas e as tendas eram os shoppings da actualidade. Vendiam de tudo um pouco. O cliente era servido e, logo ao lado, havia onde matar a sede e saciar o estômago. Nos dias de festas, as ruas e o adro da Igreja eram os locais preferidos para o arraial com mastros e fogueiras de alecrim. O barbeiro, o ferrador, o latoeiro, o alfaiate, as agências de transporte muar desapareceram e não se acompanhou o ritmo de vida. O comércio deslocou-se, as casas ficaram abandonadas, cheias de lepra e o centro da vila definha e está moribundo à espera de alguém que lhe dê vida e que corresponda às necessidades do tempo presente.”⁷⁰

A influência do turismo é ainda quase invisível e a explosão do imobiliário e das infra-estruturas municipais pertence a um futuro mais ou menos longínquo.

São Brás de Alportel tem uma população em crescimento, de acordo com os últimos dados do INE, em 2001 a população imigrante representava em São Brás de Alportel 7.3% da população global, um valor acima da média da região algarvia, sendo a maioria estrangeiros provenientes da Europa Central.

⁷⁰ Cunha Duarte P.º Afonso – *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. II – Terras de Alportel, Ed. Casa da Cultura António Bentes. (2008: p. 267).

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

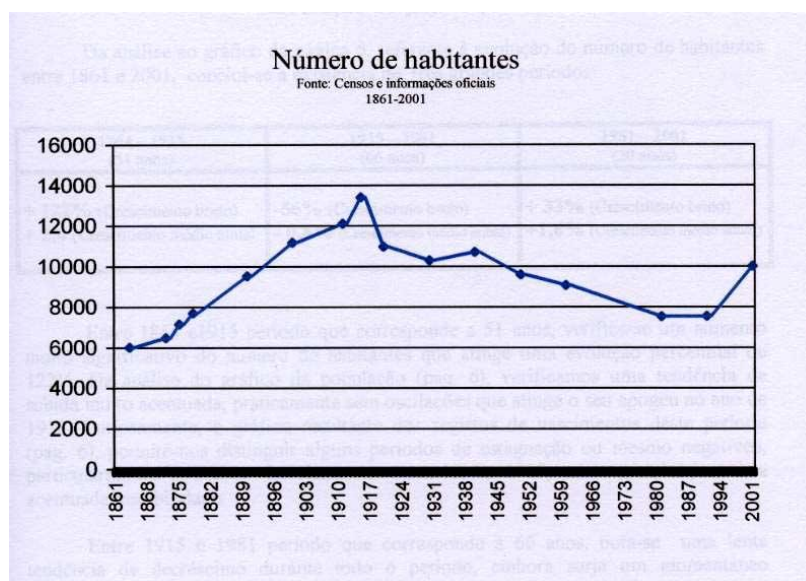


Gráfico 1 – Evolução Demográfica de São Brás de Alportel⁷¹

Actualmente verifica-se que esta realidade sofreu alterações. Na população escolar do 2º e 3º ciclo, cerca de 10% dos alunos são de nacionalidade estrangeira, o que demonstra que os valores apresentados pelos censos de 2001 foram superados. Deste modo, constata-se um aumento da população estrangeira residente neste concelho.

De acordo com os mais recentes dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), até 31 de Dezembro de 2008 o concelho tinha cerca de 1.184 cidadãos estrangeiros residentes em São Brás de Alportel em situação regular.

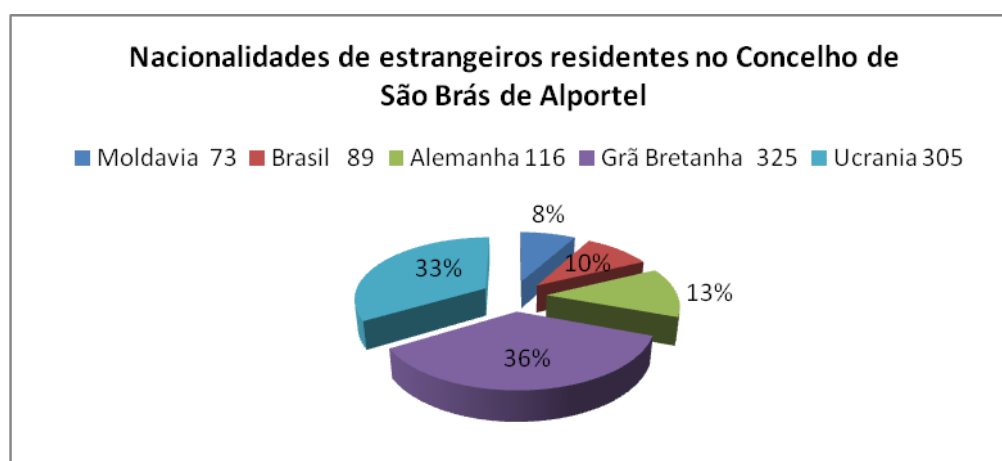


Gráfico 2- Estrangeiros residentes no concelho de S. Brás de Alportel⁷²

⁷¹Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel

⁷² Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 07-04-09

A pensar neste sector da população, com o objectivo de lhe proporcionar mais respostas e apoios; e promover, da melhor forma, a sua integração na comunidade, a Câmara Municipal de São Brás de Alportel celebrou em Novembro de 2006, um protocolo de cooperação com o Alto Comissariado para a imigração e Minorias Étnicas (ACIME), actualmente designado Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI) e a Associação IN LOCO, que determina a criação e o funcionamento do Centro Local de Apoio à Interação de Imigrantes de São Brás de Alportel (CLAII).⁷³

O CLAII é um espaço de informação, descentralizado, que visa ajudar a responder às questões que se colocam aos imigrantes e que está em funcionamento de 2.^a a 6.^a no Centro de Apoio à Comunidade.⁷⁴

Para além dos estrangeiros residentes, há também os estrangeiros visitantes, que procuram o Turismo de São Brás de Alportel. Nas ruas ouve-se alemão, holandês, inglês, sueco, ucraniano e moldava e muitos outros idiomas desconhecidos. Este facto constata-se facilmente fazendo uma incursão pelo centro da localidade, assim como a renovação urbana, atenção que o município está, numa melhoria de qualidade de vida das pessoas. Assim a Autarquia deu prioridade à melhoria das acessibilidades, ordenamento e embelezamento dos espaços públicos. Não esquecendo as pessoas portadoras de deficiência motora e idosos, a Câmara procedeu ao rebaixamento de alguns lancis, em frente às passadeiras de peões e no início e final de cada rua, para permitir melhor acessibilidade.

Para dignificar, valorizar e revitalizar o núcleo antigo da vila, a autarquia está a desenvolver um conjunto de projectos. Assim a Câmara aposta numa renovação da imagem urbana de São Brás de Alportel.

⁷³Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 07-04-09.

⁷⁴ Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 07-04-09.

CAPÍTULO III – MUSEU DO TRAJO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

3.1 – GÉNESE DO MUSEU

O padre católico, José da Cunha Duarte, chegou a São Brás de Alportel em 11 de Julho de 1981, vinha de um ambiente com mais cultura (Carcavelos), foi sempre um homem dinâmico e de muita criatividade no aspecto histórico-cultural. Foi missionário no ultramar e era conhecido pela sua posição contra o antigo regime político, derrubado pelo 25 de Abril. Assim, foi colocado no concelho de S. Brás de Alportel. Quando chegou à paróquia o P.º Cunha encontrou tudo muito velho e muito pobre, sem quaisquer condições de habitabilidade.

A primeira coisa que o Padre Cunha fez, foi ir à Câmara pedir para desentupir os canos do quarto de banho. “*Depois uma senhora rica mandou arranjar as janelas*”.⁷⁵ Teve ainda de comprar todos os utensílios de cozinha e de mobiliário, já que a paróquia estava uma miséria.

O choque foi muito grande, entre o meio de onde vinha e São Brás de Alportel, já que o nível cultural era zero. Como não é homem de cruzar os braços, começou a pensar numa maneira de chamar a população à igreja. Assim começou por fazer apresentação de filmes no salão paroquial, que se enchia de crianças para verem os filmes. Depois pensou fazer um rancho folclórico, mas a população não correspondeu às expectativas. “*As pessoas que apareciam eram muito esquisitas.*”

A música foi o ponto de partida para aproximar as pessoas da paróquia, depois de uma reunião de pais que encheu totalmente o Salão Paroquial, a Escola Paroquial de Música, teve início em 8 de Março de 1982. Comprou então métodos, livros, flautas melódicas, piano e ensinou solfejo.

Aos fins-de-semana juntava as crianças da paróquia para estas aprenderem música. Fez digressões com os miúdos, em espectáculos de música. A paróquia começou a desenvolver-se e Padre Cunha começava a ser conhecido no campo da música. Mais tarde conheceu o Prof. Hermenegildo Guerreiro, professor de música em Faro, que tomou conta da Escola Paroquial de Música, mas o Padre Cunha continuava a ensinar solfejo, já que tem formação em música. Diz o próprio Padre Cunha (entrevista concedida em 20-04-09), que centenas de jovens de São Brás aprenderam música com ele, alguns são hoje músicos profissionais.

⁷⁵ SB00-JCD-1001-090420 – *Entrevista concedida pelo Padre Cunha em 20-04-09*

Faltava no entanto uma escola de acordeão a Escola de Musica Paroquial fundou o Grupo Juvenil de Acordeonistas de São Brás de Alportel que deu origem à “Associação Cultural Sambrasense” (8.11.1998).

A música esteve na base da génese do Museu, o gosto pela etnografia vem-lhe desde menino. Já nessa altura tinha a mania das colecções, guardava os panos bordados por ele, que aprendeu junto da avó, assim como também guardou muitas quadras que a avó lhe ensinou. “Desde miúdo pequenino faço a recolha etnográfica”,⁷⁶ vivia numa cidade, tinha a avó que lhe dizia centenas de quadras populares, foi aí que começou a coleccionar as quadras.

Quando o Padre Cunha chegou a São Brás de Alportel, encontrou uma terra pobre culturalmente, as pessoas mais velhas viviam das recordações do passado e as mais novas sem conhecimento nenhum das tradições. Assim pelo Stº. António resolveu fazer um mastro e ficou pasmado por constatar que os jovens não sabiam o que era um mastro, uma tradição que em tempos foi muito popular em São Brás, no entanto como não houve a passagem do testemunho, perdeu-se entre os anos 70 e 80, mas o Padre Cunha recuperou a tradição e o baile do mastro teve lugar na Verbena, que fica logo abaixo dos jardins do antigo Paço Episcopal. Fizeram assim o Stº. António, as pessoas que só viviam da saudade, passaram a viver e festejar o Santo António como antes, repondo a tradição que se perdera. No campo cultural isto foi um crescer monumental.

O Padre Cunha sempre gostou das tradições e divulgou este seu gosto junto dos paroquianos. Assim, um dia uma senhora idosa veio ter com ele e perguntou-lhe se queria um Menino Jesus muito antigo. Padre Cunha achou este Menino muito diferente dos que conhecia, era um Menino Jesus dos presépios provençais. Investigou o significado deste Menino Jesus e percorreu todo o Algarve desde Tavira, Olhão, Silves, Portimão, Loulé, Faro e recolheu vários Meninos, assim formou uma colecção de mais de 60 Meninos Jesus.

Algum tempo depois, “*uma senhora da vila*” chamou o padre à casa dela e perguntou-lhe se queria uma arca com roupa já muito velha, o padre Cunha aceitou e no domingo seguinte logo a seguir à missa, disse aos fiéis que quem quisesse podia trazer vestuário, chapéus, sapatos, malas, roupa interior, alfaias agrícolas, objectos e tudo o que quisessem doar. Começou assim a recolha do espólio que viria a ser o acervo do Museu do Trajo.

Assim o Padre Cunha, que já era conhecido pela música, percorreu toda a Serra do Caldeirão, Serra de Monchique, Silves, Tavira, Loulé, Olhão, Faro, etc. Fez uma grande recolha. Mas não se ficou por aqui, com o espólio a aumentar, o Padre Cunha já não tinha

⁷⁶ Idem

espaço para guardar mais coisas e começou a pensar numa maneira de arranjar um armazém para guardar tantas coisas.

Um dia passou junto de um “*senhor muito bem vestido*”, que estava à porta da Sapataria Pacharra, pediu-lhe um terreno para os ciganos e uma casa para guardar o espólio.

Este senhor era nem mais, nem menos, que António Bentes, dono do palacete que viria a servir mais tarde de Museu. O Sr. António Bentes convidou o Padre Cunha para ir a casa dele, foi quando o pároco lhe disse que aquele palacete em ruínas era uma boa casa para fazer um museu e também para fazer uma casa para deficientes mentais. E mais, perguntou se o proprietário lhe deixava guardar lá o vasto espólio. Foi quando recebeu como resposta de António Bentes:

*“Tem razão, a minha esposa tinha dito que gostava de doar a mansão para alguma coisa social.”*⁷⁷

António Bentes, durante os seus 12 anos de viuvez, deverá ter meditado na melhor maneira de cumprir as últimas vontades de sua mulher, Lucília Dias Sancho, neta do capitalista corticeiro Miguel Dias de Andrade, de quem foi herdeira de uma considerável fortuna e sempre havia desejado que os seus bens fossem utilizados em benefício da terra onde nasceu.

Assim seis meses antes de morrer, António Bentes, muda o testamento⁷⁸ a favor da St^a Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, para uma obra social, com a finalidade de criar um museu.

O Padre Cunha foi a casa de António Bentes três vezes, e além do palacete doado à Santa Casa, recebeu também pertences da família que ali viveu.

Segundo disse o Padre Cunha, na altura, havia um movimento político que queria açambarcar a Misericórdia, mas o Padre Cunha entra para a irmandade e constituem uma nova direcção. Eram nove irmãos, depois de refazerem os estatutos.

Receberam o edifício muito degradado e tiveram que fazer obras, então nasceu a Casa da Cultura António Bentes (em honra ao benemérito) com a finalidade de fundar um museu, ao qual o Padre Cunha dá todo o espólio que recolheu à Santa Casa da Misericórdia, que foi recuperada pela “Ordem dos Irmãos”. Fazem então um protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia e a Casa da Cultura António Bentes, com a finalidade de fundar um Museu. O Centro Cultural da Paróquia faz um protocolo com a Santa Casa e em troca o Padre Cunha doa todo o espólio, mas fica na Direcção da Santa Casa da Misericórdia e é fundador do Museu.

⁷⁷ SB00-JCD-1001-090420 – *Entrevista concedida pelo Padre Cunha em 20-04-09*

⁷⁸ *Vide Anexo II – Testamento a favor da Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel*

O edifício inicialmente foi utilizado como infantário, mas a casa estava muito degradada, tinha que ser recuperada, e não havia dinheiro.

3.1.1 – Fundação da Casa da Cultura António Bentes

Em 26 de Fevereiro de 1987, é assinado um protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia e o Centro Cultural e Social da Paróquia no sentido de se encontrar um lugar de guarda e exposição do espólio que o prior José da Cunha Duarte havia acumulado desde a sua chegada a São Brás de Alportel.⁷⁹ Este lança os fundamentos da Casa da Cultura António Bentes, como uma nova valência daquela Santa Casa, mas imprime-lhe uma identidade própria e uma dimensão que rapidamente o torna conhecido por toda a região. O objectivo era então criar uma fundação para gerir um Museu Etnográfico, mas aconselhado por um padre seu amigo decidiu não o fazer. Este a partir de 1990, passa a intitular-se Museu Etnográfico do Trajo Algarvio, assumindo a Santa Casa a sua sustentabilidade financeira.

Integrada na Santa Casa da Misericórdia, a Casa da Cultura António Bentes passou a reger-se, em primeira instância, pelo Compromisso desta instituição, constituindo como seus documentos programáticos de base, o Protocolo de integração e o seu Regulamento Interno.⁸⁰ A Casa da Cultura António Bentes passou a ser dirigida por uma direcção composta por cinco pessoas, das quais fazem parte por inerência, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia e o Presidente ou representante do Centro Cultural da Paróquia, e três membros nomeados. O Museu dirigido pelo seu director, Emanuel Andrade Sancho, tem autonomia técnica na área museológica. No aspecto financeiro e patrimonial, bem como na admissão de pessoal, depende da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia.

Assim juntou a parte cultural com a parte etnográfica. Isto desenvolveu-se com o “pai” do museu, Emanuel Sancho, Padre Cunha é o fundador. Um dia Emanuel foi visitar o museu e ficou tão entusiasmado que se ofereceu como voluntário para ajudar o Padre Cunha no museu. Passou a ir regularmente ao museu fazer o trabalho de voluntariado, mas o Padre Cunha vendo a dedicação deste homem ao museu, propôs à Santa Casa, que Emanuel Sancho ficasse a trabalhar no museu. Assim, este largou o emprego que tinha e passou a ser o director do Museu do Trajo de São Brás de Alportel.

Para além da etnografia, o Padre Cunha preocupou-se também com os aspectos religiosos. Assim recuperou a antiga tradição dos presépios rurais ou provençais, em que o

⁷⁹ Cunha Duarte P.e Afonso (2005), Pag. 183, *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. I – Igreja e Instituições Religiosas, Ed. Casa da Cultura António Bentes.

⁸⁰ Vide Anexo III – Regulamento Interno

Menino Jesus fica de pé no centro da mesa, estando em volta as searinhas e frutas, sinais de abundância.

Segundo o Padre Cunha colocar Jesus deitado e pobre e não os reis magos, mas sim a arraia-miúda e pobre, gente de miséria era uma ideia para achincalhar.

Conta-nos o Padre Cunha que “*no Algarve do século XIX, em especial na Serra e no Barrocal, nove dias antes do Natal preparava-se a casa para armar o presépio ou armar o Menino que estava em frente da porta da casa de fora.*”⁸¹

Em cima da cómoda colocava-se um pequeno *trono* em escadaria, também conhecido por altarinho, escadaria, penha ou charola, que imitava o altar das igrejas. Era feito com a ajuda de gavetas, que se foram retirar aos móveis da casa. À medida que se elevava os degraus eram mais estreitos sendo então necessárias as medidas de cereal.

Este *trono*, em escadaria, era coberto com um lençol ou toalhas de linho, com uma dobra de lençol de lindas rendas, com panos bordados pela dona da casa ou pelas filhas solteiras.

Construído o trono começava-se a ornar o Menino. As *searinhas*, símbolo e presságio de abundância, eram feitas de trigo germinado dentro de chávenas ou pires pequenos, eram colocadas no *trono* com arte. As ervilhacas eram abertas e armadas, para se formar uma espécie de cabeça com cabelos compridos, isto é, as *cabeleiras*.

No presépio provençal, todas as figuras estão viradas para o presépio. Todas as classes sociais estão voltadas para Jesus. Segundo a tradição todos dançavam à volta do presépio, (a charola).

O baile mandado é a verdadeira charola (só com duas mulheres). No século XIX as pessoas andavam a cantar o menino Jesus. A estatuária (imagens) só nasceu no século XVIII.

As pessoas que faziam o presépio cantavam. Eram realizadas visitas às famílias e pediam licença para cantar e dançar com as pessoas das casas visitadas.

A recuperação dos Cristos, engloba uma colecção de meia centena de Cristos. Para além disto recolheu também: barros, empreitas “*Estombar tem umas empreitas finíssimas*”, cestaria, latoaria, faianças. Assim, foram crescendo estas colecções, que hoje constituem uma referência no Museu do Trajo.

Começou então a pensar na sustentabilidade do Museu, e assim pensou nos amigos do Museu, que têm a seu cargo a organização de vários eventos, divulgando assim as actividades do Museu.

⁸¹ Vide Anexo XIX - Presépio Provençal

Começaram a propor exposições com um ano de antecedência. O espólio era muito e variado, desde vestidos de casamento, de baptizados e de comunhão, que eram emprestados.

Fizeram desfiles dos trajos antigos e representações etnográficas. Quando havia concursos de moda, emprestavam a roupa interior. Reproduziram muitos trajes, recorrendo, inclusive a estilistas na Alemanha (restauro, reprodução e modelismo).



Fig. 19 - Padre Cunha (fundador do museu)⁸²



Fig. 20 - Emanuel Sancho (director do museu)⁸³

As pessoas começaram a dar importância à memória e a querer conservá-la no museu da sua terra. Começaram a rever-se no museu da terra. Se anteriormente lhes eram pedidas peças de vestuário, agora são as próprias pessoas que voluntariamente doam as suas peças.

No entanto, e apesar de todos os esforços, como o nível cultural das pessoas da terra continuava muito baixo e como os professores não se mostravam interessados em participar, os mentores do projecto do museu tiveram de encontrar novas formas de chamar a atenção da comunidade para si, uma vez que, esta estava de costas voltadas para o museu.

Assim, começaram por fazer organizações culturais para atrair as pessoas. O Director do Museu, Emanuel Sancho, escreveu às escolas e dinamizou muito as actividades do Museu. Muitas escolas começaram a fazer visitas ao museu, no âmbito das actividades lectivas, mas era necessário divulgar mais o Museu do Trajo, e neste caso, a televisão contribuiu também para a sua divulgação. Foi uma congregação de interesses e correu tudo bem. Ficou um ano devoluto. Enquanto a advogada elaborava os protocolos⁸⁴ o Padre Cunha colocou lá no futuro museu todo o espólio, ficando este armazenado até o edifício estar em condições de receber exposições.

⁸² Fonte: Museu do Trajo

⁸³ Idem

⁸⁴ Vide Anexo IV – Protocolo entre a Santa Casa e o Centro Cultural da Paróquia

Para se entender o atraso desta terra nos anos 80, a Avenida principal da vila não tinha luz. As casas eram térreas e não havia saneamento nem água canalizada.

No que se refere ao palacete, (actual Museu do Trajo) foram feitos os alpendres, a nora foi recuperada e o poço também. O espaço exterior (jardins) foi todo restaurado.⁸⁵

Desde 1983, data da realização da primeira exposição temporária, a qualidade museológica evoluiu drasticamente. Nos seus primeiros anos o Museu do Trajo Algarvio, necessitava de se justificar perante a população, a tutela e a autarquia. As exposições surgiram em espaços cedidos, com colaborações eventuais e condições geralmente difíceis.



Fig.21-1ª Exposição realizada no espaço cedido pelos bombeiros de SBA⁸⁶

No ano de 1984, pelo Natal, o Centro Cultural e Social da Paróquia organizou uma venda de artesanato a favor das novas capelas. Paralelamente houve uma primeira exposição etnográfica. Foi uma mostra do espólio recolhido e também de roupas antigas emprestadas.

“O Museu apresentou a primeira exposição etnográfica do concelho no Natal de 1984. Foram expostos dois fatos de noiva, vários fatos completos e outras peças de vestuário de grande interesse etnográfico.

Todos podem colaborar na criação de um Museu Etnográfico. Aceitamos fotografias antigas, louças, objectos caseiros, Pai de Céu,

⁸⁵ Vide Anexo V – Planta dos jardins.

⁸⁶ Fonte: Museu do Trajo

Meninos Jesus, roupas do tempo dos pais e avós (...) Precisamos de uma casa para guardar os fatos e objectos recolhidos.”

(Comunidade Paroquial, n.º 43, 15.12.1984)

No ano seguinte realizou-se a II Exposição do Trajo, com a ajuda da Câmara Municipal e com a cedência das instalações pelo Sr. Victor Lourenço.

No Natal de 1986

“Ainda não foi possível ao Centro Cultural e Social da Paróquia realizar uma grande exposição etnográfica no edifício que a Santa Casa da Misericórdia projecta destinar ao Museu Etnográfica, mais propriamente à Casa da Cultura António Bentes. Seria uma óptima oportunidade para dar a conhecer a casa e o espólio já recolhido pelo Centro Cultural e Social da Paróquia.

Esta impossibilidade deve-se ao facto de o testamenteiro do Sr. António Bentes ainda não ter entregado à Misericórdia o edifício. Desde Fevereiro do corrente ano que a Misericórdia aguarda a posse material dos bens legados por aquele seu benemérito. A demora tem prejudicado a administração dos legados e, sobretudo, atrasado a realização do projecto da Casa da Cultura”.

(Comunidade Paroquial, n.º 52, 23.02.1986)

Sem perda de tempo, o Centro Cultural e Social da Paróquia arranjou um espaço e, em Novembro-Dezembro, realizou uma exposição de 43 fatos de casamento. Ao mesmo tempo, colaborou na Exposição do Trajo Algarvio, realizada em Faro, com 60 peças. «A maior representação da exposição pertenceu a São Brás de Alportel».

O Centro Cultural da Paróquia foi enriquecendo o seu acervo e, em curto espaço de tempo, possuía uma das maiores colecções de trajo algarvio «fruto da generosidade de muitas pessoas».

O nosso Centro Cultural vai dar um grande passo em frente. Em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia, vai ajudar a criar a Casa da Cultura António Bentes. Nesta casa será criado o Museu Etnográfico do concelho. Desta maneira, o Centro Cultural cede todo o seu espólio à Casa da Cultura. A Misericórdia e o Centro Cultural são

instituições particulares de solidariedade social que trabalham na promoção cultural do concelho. Esta Casa da Cultura é propriedade da Santa Casa da Misericórdia. A Casa da Cultura será orientada por uma direcção de que farão parte por direito próprio, o Provedor e o Prior.

(Comunidade Paroquial, n.º 54, 8.02.1987)

Desde o início da década de noventa, com a melhoria gradual das condições de trabalho e a contratação de técnicos especializados, as exposições passaram a surgir regularmente e colocaram o Museu nos itinerários culturais da Região.

Em Julho de 1990, o Museu Etnográfico do Trajo Algarvio (Museu do Trajo do Algarve) abriu as suas portas sem ajuda de entidades concelhias. Cerca de 15 jovens trabalharam durante um mês e abriram caixas e malas para se organizar a primeira exposição nas novas instalações. A partir deste momento o edifício começou a ter um vigilante.

Em 1993 foi iniciado um processo de recuperação do velho edifício e espaços anexos: restauro das casas agrícolas (1993), construção das casas de banho públicas (1995), edificação dos alpendres para colecção de veículos tradicionais e alfaias agrícolas (1995), reparação de portas e janelas exteriores (1997), restauro do moinho de vento e nora (1998), recuperação dos telhados do edifício principal (1998), ajardinamento e arranjos exteriores (1999), substituição de pavimentos interiores, sistema eléctrico e de comunicações (1999-2002), recuperação de paredes e pátios exteriores (2000), recuperação de arruamentos exteriores (2002) e reabilitação de antigo tanque e depósito (2002).

Pouco depois da sua entrada em funcionamento o Museu do Trajo Algarvio, optou pela apresentação de **exposições temporárias anuais**. A presença assídua de técnicos do Museu Nacional de Traje (museografia e formação de restauro têxtil) verificada especialmente nos primeiros anos da sua existência, influenciaram decisivamente nas metodologias então adoptadas e que ainda hoje se repercutem.

A exposição permanente está essencialmente determinada pelas condicionantes inerentes ao tipo de objecto. É o caso dos **veículos tradicionais**, que dadas as suas dimensões estão obrigados a uma **exposição permanente**.⁸⁷

⁸⁷ Vide ANEXO IV – Protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia e o Centro Cultural e Social

3.2 – TRANSFORMAÇÃO EM MUSEU

3.2.1 – A Recolha Etnográfica

É a partir de 1982, com a chegada do Padre José da Cunha Duarte a São Brás de Alportel que o museu começou a dar os seus primeiros passos. Fruto do interesse etnográfico do seu fundador, foi iniciada a constituição de um acervo através do qual se pretendia contar a história do Algarve e das pessoas de São Brás de Alportel em particular.

O Museu do Trajo de São Brás de Alportel, pela dimensão e qualidade do acervo que possui, tem vindo a ganhar alguma relevância no panorama regional.

Fruto de uma fase inicial dominada pela paixão colecionadora do seu fundador e pelo entusiasmo da população, as integrações iniciais foram caracterizadas por uma grande heterogeneidade.

Foi o passar do tempo e a percepção das sensibilidades locais que determinaram os trilhos a seguir: uma gradual especialização na área da indumentária e dos têxteis em geral. Esta área constitui uma vocação de raiz desenvolvida logo a partir dos primeiros momentos da existência do Museu ganhando desde então uma abrangência regional.

Por outro lado, o esforço de identificação com a população local conduziu ao desenvolvimento de uma colecção etnográfica que, além dos objectos mais tradicionais tem vindo a se enriquecida com materiais da área da cultura imaterial.

Desde o início, o Museu começou a abrir as suas arcas. Primeiro em mostras tímidas, depois já em exposições temáticas de alguma dimensão. Outras vezes deixava as paredes do edifício e ia passear à rua, em desfiles que envolviam grande número de figurantes em representação das diferentes zonas geográficas ou recriando ambientes de um passado já esquecido.

As exposições são substituídas regularmente dando lugar a novas peças, novos cenários e renovadas temáticas. Em espaços expositivos de longa duração são retractados aspectos indissociáveis da realidade do Concelho de São Brás de Alportel, como a indústria corticeira e a vivência rural do território.

Actualmente, as peças que integram a colecção chegam espontaneamente através de doações. Os critérios de integração estão definidos em documento próprio “O Enquadramento Programático – Subsídios para o Programa Museológico, São Brás de Alportel, Setembro de 2004).



Fig. 22 - O Padre Cunha recolhendo o testemunho de uma anciã, acerca das memórias locais.⁸⁸

O Padre Cunha foi, assim, um dos fundadores do Museu do Trajo de São Brás de Alportel e grande impulsionador do desenvolvimento do mesmo.

A Casa da Cultura António Bentes/Museu do Trajo do Algarve desenvolve investigação na área da etnomusicologia. Os 4 volumes de “Algarve Tradições Musicais” encontram-se publicados, são utilizados por agrupamentos folclóricos, escolas, músicos profissionais e amadores sendo actualmente a única ferramenta elaborada com bases científicas, que neste campo se conhece na nossa Região.

Esta iniciativa é um investimento no futuro e ganha particular relevância e urgência perante os efeitos negativos da globalização agravados pelo facto de o Algarve ser uma região turística, logo, sujeita a processos galopantes de descaracterização. Cabe às entidades oficiais apoiarem iniciativas que desenvolvam trabalho de base que, apesar de terem uma menor visibilidade, contribuem para minorar os efeitos perversos do processo evolutivo da nossa civilização.

Poder-se-á dizer que situação é dramática pois a cada dia que passa, assistimos ao desaparecimento das últimas pessoas que assistiram – e são as últimas testemunhas - de um Algarve completamente diferente.

⁸⁸ Fonte: Museu do Trajo



Fig.. 23 - Emanuel Sancho recolhendo um testemunho acerca de etnomusicologia⁸⁹

3.2.2 – Colecções e Inventário

O acervo do Museu integra colecções móveis importantes, património imóvel e fundos documentais. O acervo móvel provém, em parte significativa do território concelhio, nomeadamente no sector etnográfico que preenche a vocação local do Museu, que no meio sócio-cultural do interior algarvio ganha uma considerável importância identitária. A representatividade das colecções de traje e têxteis estende-se a toda a região do Algarve.

O novo edifício, destinado a albergar o sector de reservas de têxteis do Museu do Trajo, veio suprimir as carências até então existentes por falta de espaço. Assim o Museu, passou a ter condições para a conservação do acervo que possui na área dos têxteis e traje, atingindo um dos seus objectivos. É de referir que este acervo constitui a única colecção de têxteis/trajo com consistência científica, existente na região do Algarve.

⁸⁹ Fonte: Museu do Trajo

3.2.2.1 – O Inventário

O Museu possui inventário informatizado e respectivas fichas (embora estas manuais) desde 1990. Na altura, o programa informático foi concebido no local por não existir no mercado *software* especializado. Cedo se verificou que este tinha inúmeras limitações, o que levou a que o Museu adquirisse recentemente o programa de inventário MATRIZ.

Decorre no presente momento a verificação, actualização, conferência e inserção de dados, a partir do ficheiro manual, pelo que os valores apresentados em gráfico anexo poderão variar ligeiramente.

3.2.2.2 – Fundo Etnográfico

A colecção etnográfica corresponde à vocação do Museu, que no meio sociocultural do interior algarvio ganha uma considerável importância identitária.

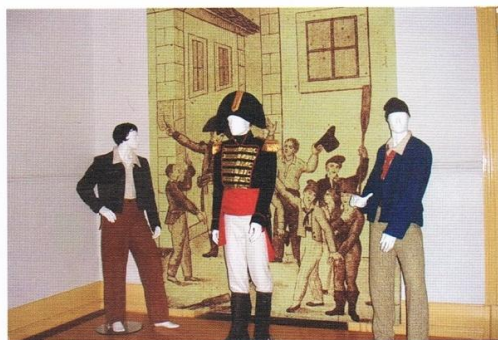
Os veículos tradicionais, cerca de três dezenas de peças, estão associados a actividades tradicionais desaparecidas e a diversos extractos económicos da população. São peças situadas entre finais do século XIX e meados do século XX, provenientes de várias regiões do Algarve.

As colecções de latoaria, canas, loiças, empreitas (trabalho em palma) e olaria são compostas essencialmente de peças de uso doméstico (1850-1950). São provenientes na sua quase totalidade dos concelhos do Algarve Central (Faro, Olhão, Loulé, São Brás de Alportel, e Albufeira).

A colecção de objectos feitos de cortiça ou relacionados com as actividades corticeiras (tiragem, preparação e transformação), provêm na sua totalidade do concelho de São Brás de Alportel, território onde as actividades económicas ligadas à cortiça vêm desde meados do século XIX. É composta de equipamentos de trabalho, recipientes e artesanato com funções utilitárias e decorativas, desde 1860 até à actualidade.

Existe ainda no Museu um fundo de alfaias agrícolas originário na totalidade do território do Concelho.

A colecção de bonecas, cujo núcleo inicial proveio de uma doação de particular, é composta de exemplares datáveis de finais do século XIX até à actualidade.



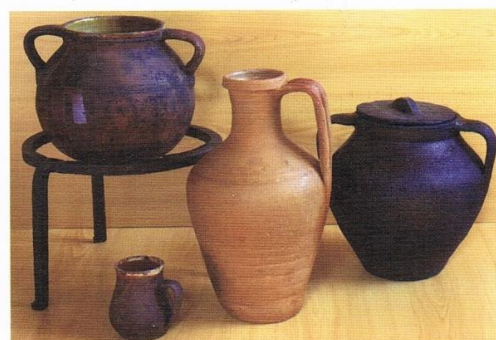
Franceses no Algarve. Exposição (2005)



Museu do Trajo do Algarve. Nora (1999)



Museu do Trajo do Algarve. Alpendre (1995)



Museu do Trajo do Algarve. Olaria

Fig. 24 – Museu do Trajo (acervos)⁹⁰

⁹⁰ Fonte: Museu do Trajo

3.2.2.3 – O Trajo e os Têxteis

Desde a sua fundação em 1982, o Museu Etnográfico do Trajo Algarvio elegeu (em coerência com a denominação que adoptou) o traço, particularmente na sua vertente regional, como sua área de especialização. Por arrastamento, foram incluídos, os têxteis em geral, a moda e os acessórios relacionados com a indumentária.

A colecção é constituída por dois pequenos núcleos de indumentária de inícios e meados do século XIX, vulgo “Império” e “Romântico”, sendo contudo, o final do século XIX que se encontra mais bem representado. Trata-se essencialmente de traço tipicamente burguês proveniente de famílias abastadas da época, da região do Algarve. Foi deste período que surgiram os primeiros exemplares de traço de características populares regionais, do qual o Museu também possui um fundo interessante.

Existe ainda uma colecção de “roupa interior” vulgo “bragal”, datada de um período situado entre os finais do século XIX e os anos cinquenta do século XX.

3.2.2.4 – Fundos Documentais

O Museu possui à sua guarda, fundos documentais compostos de espólios epistolares de algumas personalidades e instituições do concelho de São Brás de Alportel.

Existe ainda um arquivo fotográfico digitalizado, representativo de cerca de meia centena de arquivos familiares provenientes de quase todos os concelhos do Algarve, num total aproximado de mil imagens em formato digital.⁹¹

⁹¹ Fonte: Museu do Trajo

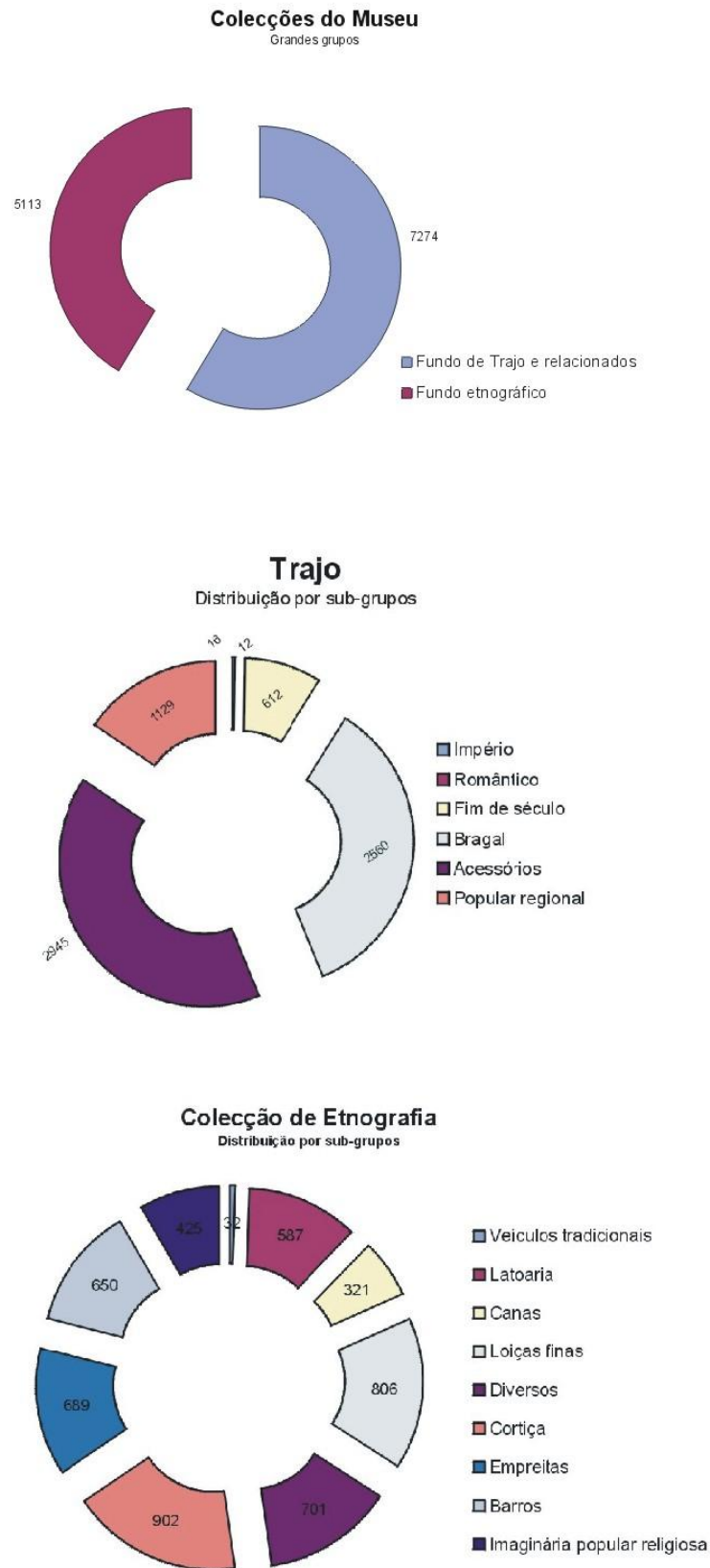


Gráfico 3 – Colecções do Museu⁹²

⁹² Fonte: Museu do Trajo

3.2.3 – Arquitectura e Gestão de Espaços

O Museu desenvolve-se presentemente a partir de um espaço físico central construído em finais do séc. XIX, com seu jardim em anexo, ao qual foram sendo adicionadas ao longo do tempo e até aos nossos dias, as seguintes estruturas secundárias: Casas agrícolas, alpendres, departamento de reservas técnicas, ateliers de formação e instalações sanitárias.

Como elemento harmonizador do conjunto existem uns amplos espaços exteriores, ajardinados e relvados, recuperados recentemente, mas que evocam na sua concepção, a antiga horta aqui existente.

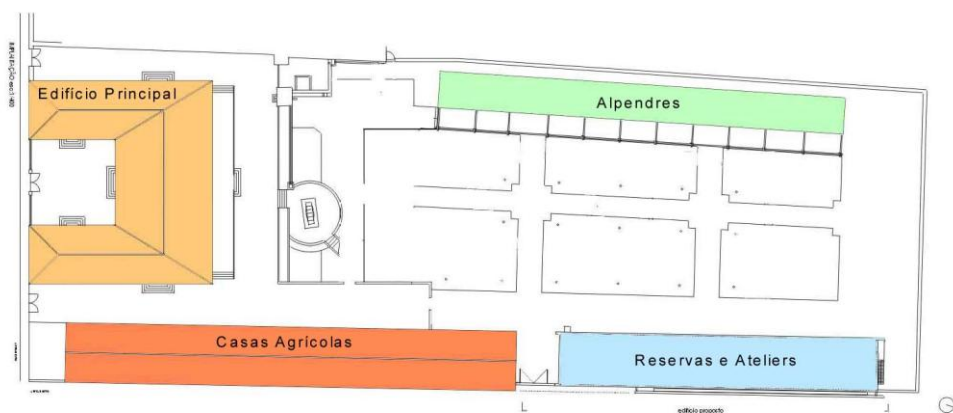


Fig. 25 - Planta dos espaços do Museu⁹³

Os espaços do Museu são definidos segundo o nível de acessibilidade dos utentes/visitantes. Pelo que, se pode equacionar os espaços públicos, públicos controlados e privados:

- Espaços públicos – recepção, vestiário, sanitários, loja e cafetaria;
- Espaços públicos controlados – galerias de exposição permanente e temporária, auditório, biblioteca/centro de documentação e locais de animação.
- Espaços privados – gabinetes de direcção, conservadores, técnicos de conservação e administrativos, sala de reuniões, arquivos, oficinas de restauro, laboratório fotográfico, reservam, armazéns de materiais para exposições, sanitários e vestiários, centrais de segurança, etc.

⁹³ Fonte: Museu do Trajo

3.2.3.1 – O Edifício Principal

Com uma área de 553,3 m², possui 16 salas e três grandes corredores. Construído de raiz para moradia dos proprietários é o corpo central do conjunto. Trata-se de um espaço físico destinado tendencialmente às práticas museográficas temporárias.

Salas de exposição – as exposições potenciam os resultados da investigação e permitem às populações estabelecer um maior domínio e conhecimento sobre o próprio processo histórico.

Auditório do Museu – assume-se como um espaço vocacionado para a realização de eventos socioculturais e pedagógicos, sejam da responsabilidade do Museu, da Câmara ou de Identidades externas;

Atelier/Oficina – segue a ideia da pluri-funcionalidade, devendo adequar-se sempre que possível à temática das exposições temporárias;

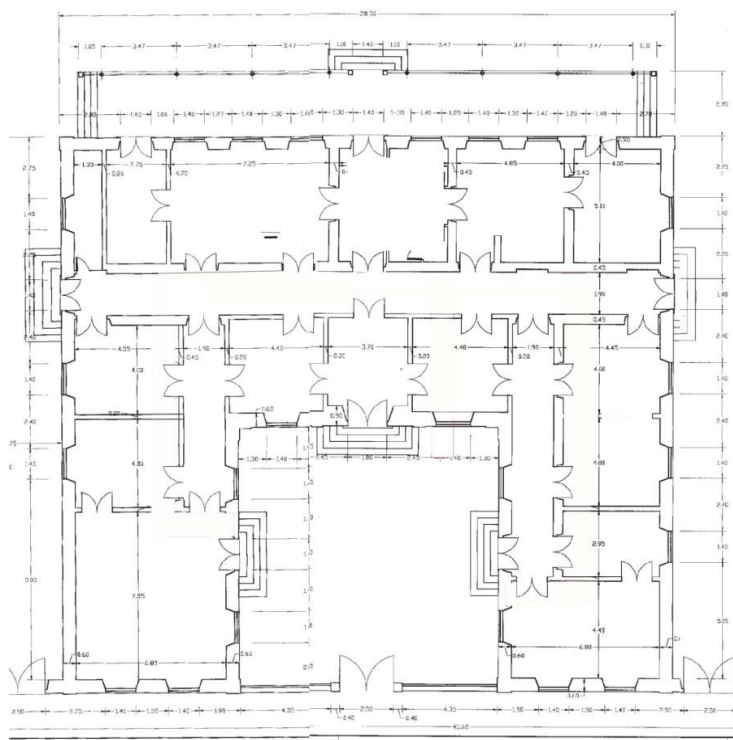


Fig. 26 – Planta do Edifício Principal⁹⁴

Sendo historicamente o espaço nobre do conjunto, as suas novas funções confirmam esse seu papel de charneira. Tem a sua entrada a sul, através de um amplo pátio exterior, a partir da via principal que lhe passa defronte (Rua Dr. José Dias Sancho). As suas várias portas secundárias ligam-no aos restantes espaços do conjunto: casas agrícolas, alpendres e jardins.

⁹⁴ Fonte: Museu do Trajo

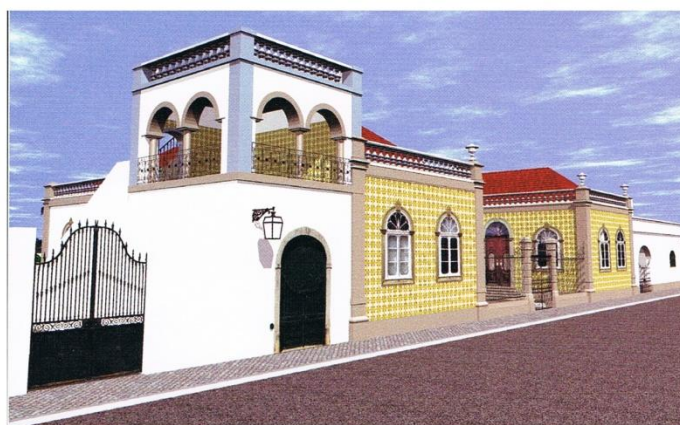


Fig. 27 – Casa da Cultura António Bentes / Museu do Trajo, vistas de cima para baixo: Traseiras do Museu, Entrada principal e vista aérea (antigo palacete de Miguel Dias Andrade)⁹⁵

⁹⁵ Fonte: Museu do Trajo

3.2.3.2 – As casas agrícolas

Constituem um imóvel com 823 m2 de área útil distribuído por dois pisos. É um conjunto de 5 grandes salas – antigos celeiros, cocheira, cavalariças de elevado pé direito.

O espaço térreo integra o percurso visitável do Museu distribuído por áreas de exposição temporárias e permanentes. É neste corpo que se encontra uma sala polivalente com capacidade para 100 pessoas sentadas, onde está a Galeria do Museu, mas que, com grande frequência é utilizada como auditório e sala de espetáculos.

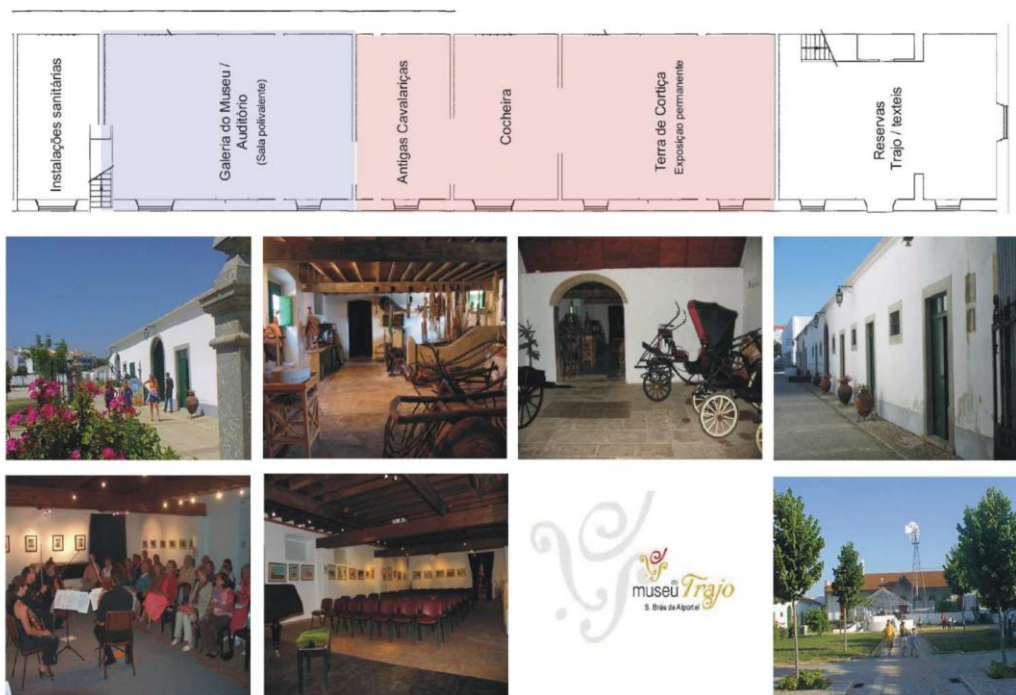


Fig. 28 – Planta e imagens das casas agrícolas⁹⁶

⁹⁶ Fonte: Museu do Trajo

3.2.3.3 – O Edifício das Reservas e *Ateliers*

O Museu do Trajo, está instalado num edifício apalaçado, construído em 1882 e rodeado de antigas casas agrícolas e uma extensa área verde (antiga horta) onde ainda hoje são visíveis antigos equipamentos essenciais ao funcionamento de uma casa rica nos finais do século XIX, tais como: moinho de vento, poço, nora, tanque de rega e lavagens e vários depósitos e cisternas.

Desde cedo se fez sentir a necessidade de ampliar as instalações para acondicionar convenientemente as colecções do museu, sobretudo a colecção têxtil que requer especiais cuidados de iluminação, temperatura e humidade.

Ao mesmo tempo procura associar-se a esta valência – a reserva – a instalação dos ateliers necessários à diversidade de actividades do Grupo dos Amigos do Museu de S.B.A. que já então era notória e que tem vindo a intensificar-se.

*“Por volta de 1996 surgem as primeiras versões do projecto da construção de um edifício destinado a depósito e ateliers. O incessante aumento do número de visitantes do Museu, de utentes dos espaços verdes e as constantes solicitações de cedência de espaços por entidades locais, começam a evidenciar a necessidade urgente da construção do referido edifício.”*⁹⁷

O acervo do Museu é considerado no meio museológico nacional como muito importante e dele fazem parte 15 000 peças classificadas e inventariadas e tinham ocupado cerca de 50% da área do edifício principal. As péssimas condições de conservação para têxteis e trajo nele existentes, foram a primeira grande questão levantada, para que se procedesse à construção do novo edifício. Quanto à segunda questão, era o facto do mais importante edifício de arquitectura civil no Concelho estar encerrado ao público em cerca de 50% da sua área útil, pois estava ocupado com o sector de reservas (armazenamento) e serviços de apoio.

No âmbito da Museologia Social, o museu tem procurado estar envolvido com a população local, de forma a corresponder aos seus problemas e necessidades. Conhecedor da interioridade do Concelho e a sua proximidade a centros turísticos de reputação mundial onde a facilidade de emprego e a oferta de lazer são esmagadores, tem gerado problemas sócio-culturais a que urge responder. Foi neste sentido, que o museu sentiu a necessidade da existência de espaços disponíveis destinados à formação (criação de emprego em áreas afins como restauro, guias culturais, artesanato, etc.) e à associação com grupos formais como a Rota da Cortiça (projecto turístico-cultural), ou informais de interesses variados como os que

⁹⁷ Fonte: Formulário de Candidatura / Componente FEDER (II)
Projecto – Construção do Edifício, destinado a Reservas e Ateliers, 2003, pp. 1, 2 e 3

já existem no seio do Museu (núcleos de artes plásticas, arqueologia, espeleologia, música clássica, etc).⁹⁸

De acordo com a descrição apresentada no Projecto, esta infra-estrutura é composta por 3 componentes/pisos com modelos de funcionamento e tipos de utilização distintos. Portanto, é regulado por um modelo de gestão que assenta em quatro eixos comuns embora de incidência variável: **motivação – inovação – investigação – equilíbrio financeiro**.

O novo edifício apresenta modelos diferenciados de gestão para cada uma das suas componentes. A cave, é um espaço directamente afecto ao funcionamento do Museu, de serviços especializados, ocupado por funcionários e elementos da própria instituição. Esta é uma área onde existe um forte apelo à criatividade (Motivação – Inovação), sendo aqui que se concebem sistemas de iluminação, de exibição, vitrinas, expositores, cenografias, etc., que constituem suportes fundamentais dos objectos individualizados e das exposições em geral.

O segundo piso é o mais importante do Museu. Aqui está guardado o espólio que constitui a herança cultural da Região. Nesta zona, os técnicos residentes, fazem a conservação em condições ambientais excelentes dos bens patrimoniais existentes, assim como também procedem à classificação e inventariação, com a indispensável componente de investigação.

Neste sentido, estes espaços, cave e piso 2, constituem-se como áreas técnicas (conservação, restauro e museografia) de acesso normalmente interdito a visitantes onde o triângulo (motivação, inovação, investigação) ganha relevância. A estes espaços têm acesso, por norma, o pessoal técnico especializado e, por excepção, especialistas, investigadores interessados e visitantes especiais.

O modelo de gestão encontra-se sob a alçada directa do director, no que diz respeito à gestão do pessoal e à estipulação dos horários, de acordo com os artigos 9º e 10º, do Regulamento Interno da Casa da Cultura António Bentes.⁹⁹

A metodologia de trabalho da casa da Cultura/Museu, é centrada no trabalho de equipa com o director e pessoal técnico, que elaboram um plano de actividades a serem cumpridas anualmente, depois de uma prévia aprovação da Mesa administrativa da Santa casa da Misericórdia, nos termos do seu Regulamento Interno.

O pessoal técnico desempenha as suas responsabilidades em equipa, com autonomia e criatividade – elementos indispensáveis e conducentes aos objectivos Motivação/Inovação.

Quanto ao piso térreo, este é formado por um conjunto de espaços independentes e vocacionados para o exterior. Esta abertura traduz-se em acordos, concessões e/ou protocolos

⁹⁸ Idem, p.1

⁹⁹ Vide Anexo III - (Regulamento Interno Casa António Bentes).

com entidades exteriores que simultaneamente participem na dinamização dos espaços exteriores ajardinados existentes defronte, mas com o objectivo específico de implementarem actividades sociais, culturais que se integrem pelo seu espírito nos espaços e na filosofia de funcionamento deste Centro Cultural / Museu. Surge como factor fundamental nos critérios da atribuição e gestão dos *Ateliers*, a sustentabilidade financeira dos projectos.



O director detém a responsabilidade última na gestão dos espaços, na programação das actividades e no planeamento do crescimento da Casa da Cultura / Museu. É figura mediadora a nível de funcionamento interno e nas relações com a Santa Casa da Misericórdia. Tem funções de representação com o exterior.

3.2.3.4 – Os Alpendres

Estes são de construção recente, com pouco mais de que uma dezena de anos. Foram construídos propositadamente para albergarem a colecção de veículos tradicionais, única no Algarve.



Fig. 29 – Exposição de veículos tradicionais¹⁰⁰

¹⁰⁰ Fonte: Museu do Trajo

Com uma área útil coberta de 275 m² que é duplicada com a adição dos espaços fronteiros que são semi-cobertos. Nos últimos anos os espaços foram redistribuídos no sentido de neste espaço ser integrada a colecção de alfaias agrícolas.

3.2.3.5 – O Jardim

De acordo com a memória descritiva do *Projecto de Espaços Exteriores da Casa Museu António Bentes*, elaborado pelo Arquitecto Paisagista José Alberto Simões Brito, a caracterização espacial é tida como “*um espaço incluído no projecto e prolongamento natural de uma moradia construída no virar do século XIX (actual museu), traduzindo a prosperidade de quem a mandou executar. É notória a preocupação ornamental do alçado posterior que comunica com o logradouro da casa, nomeadamente com a zona da entrada (alpendre). Como elementos de composição destaca-se a nora, o eixo central, as caleiras de rega e o tanque*”.¹⁰¹

De acordo com a memória descritiva do Projecto, a organização espacial do jardim, foi estruturada em três áreas/funções que se hierarquizam e articulam de acordo com o actual espaço museológico e com o módulo futuramente a construir. Em termos descritivos, podem individualizar-se os seguintes sub-espacos: Jardim, Espaço-Feira e Espaço de Espectáculos.

Este espaço é contíguo à casa/museu que engloba os principais elementos construtivos de valor plástico e cultural onde se destaca a nora e engenhos, caleiras, tanques de rega e alguns restos do pomar de regadio. Este facto levou a propor a implantação de um jardim, que referenciasse os planos horizontais fazendo realçar os referidos elementos anteriormente descritos.

É implícito que a sua valorização passará pela reactivação como engenho de elevar a água e todo o sistema de transporte e armazenamento da mesma. A principal condicionante com que se deparou, foi a dificuldade de visualização (plano de água e tanque existente). Deste modo preconizou-se uma solução que induz um novo tanque/espelho de água do pavimento e que receberá água do velho tanque, fazendo-se esta chegar por uma sequência de quedas de água.

O eixo estruturante existente que tem ligação directa com a nora, será preservado, aquando, da construção do espelho de água sendo afirmado por uma ponte metálica.

Debaixo de um exemplar arbóreo (nespereira) implantaram-se quatro mesas de merenda, aproveitando-se as potencialidades de estada já existentes. É um local bastante

¹⁰¹Fonte: Projecto de Espaços Exteriores da *Casa Museu António Bentes*, Memória Descritiva, pp: 1 e 2

aprazível e visualmente englobante, o que irá permitir um retemperar de forças para aqueles que visitarem o museu.

Na área do jardim também poderá funcionar um espaço de exposições temporárias, tirando-se partido das qualidades cénicas do local.¹⁰²

O autor do projecto referencia o Espaço-Feira, que ocupa a centralidade dos espaços exteriores (contíguo ao jardim), desenvolvendo-se uma ampla área marcada pela diferença de pavimentos e pela estrutura axial que a individualiza das restantes áreas.

O espaço em si foi desenhado de forma a receber um leque variado de actividades, as quais se destacam as das pequenas feiras de artesanato e exposições.

Ainda, segundo o mesmo Arqtº. Simões Brito, os Espaços de Espectáculo, no extremo oposto ao actual museu e defronte ao eixo principal, foi criada uma pequena área para espectáculos a qual foi equipada com um palco, que numa primeira fase será de carácter amovível, permitindo a apropriação espacial, para outras actividades.

A vegetação desempenha um papel relevante na composição e conforto que se pretende introduzir no projecto dos espaços exteriores. Assim irá adquirir diversas formas de acordo com as ambiências que se pretendem, articulando-se com diversas áreas/funções.

No jardim a vegetação através das árvores, arbustos, herbáceas e relvados articulam-se entre si através da sua forma, cor, textura e odor proporcionando ambiência calma e contemplativa. Haverá necessidade de integração de alguma vegetação existente nomeadamente arbórea (limoeiro e nespereira) perto da nora.¹⁰³

No restante espaço a vegetação dominante será a árvore tendo como função o amenizamento e escada local através do controlo de luminosidade com ensombramento da área da feira e do alçado do futuro núcleo museológico.¹⁰⁴

3.2.4 – Programa / Enquadramento Programático

O Museu é uma estrutura de carácter cultural que, na sua condição de museu está vocacionada para a recolha, estudo, conservação e divulgação do património do Algarve e de São Brás em particular. A vocação do museu centra-se na “comunicação” entendida como uma das formas mais eficazes de apresentar e promover o objecto museológico, a missão mais antiga do museu. Tradicionalmente, a “comunicação visava apenas a divulgação do que era feito em termos de investigação, impondo ao visitante uma aculturação limitada e limitante.

¹⁰² Idem, pp : 2 e 3

¹⁰³ Ibidem, p : 5

¹⁰⁴ Vide, Anexo V (planta do jardim)

Com a nova museologia deu-se uma profunda alteração: o museu passou à acção tornando-se um agente cultural vivo e presente em toda a parte. O “objecto” de museu deixa de ser “objecto-testemunho” para se transformar em “objecto-didáctico-dialogante”. A exposição não é mais vista como uma mera exibição de testemunhos do passado defunto e esquecido.

Nesta perspectiva o museu aposta numa exposição permanente de cariz iconográfico tão completo quanto possível, associada às modernas tecnologias de comunicação e meios audiovisuais, estruturando-se o espaço expositivo segundo uma lógica histórica do contexto sócio económico da população local. Os seus métodos, assentes parcialmente nas práticas museológicas convencionais, têm como objectivo maior contribuir para o enriquecimento e valorização cultural das populações locais no contexto do interior algarvio.¹⁰⁵

É uma estrutura artística, porque ficará dotado de uma infra-estrutura que irá permitir o acolhimento e divulgação dos artistas passados e contemporâneos, nos mais diversos sectores da criação humana.

Assim, pretende-se atingir estes objectivos através de uma intensa actividade de animação, em que as exposições temporárias marcarão ritmos artísticos e culturais de São Brás de Alportel, quer através do pequeno auditório para realização de concertos, seminários, colóquios e conferências, quer ainda pela utilização, quer ainda do Centro de Documentação que se pretende instalar no edifício. Este Museu será tendencialmente pedagógico, pelo que deverá privilegiar-se o público escolar, sem prejuízo da sua abertura ao público em geral, que deseje conhecer com maior profundidade alguns dos aspectos mais marcantes da vida do Concelho de São Brás de Alportel.

A grande riqueza deste Museu é constituída pelo extraordinário património etnográfico de que é detentor, terá por missão a sua salvaguarda e valorização, pelo que se assumirá como um instrumento de sensibilização para a conservação de todo o património cultural do Concelho, dando mais atenção aos grupos etários mais jovens, por forma, a que se consiga construir, a curto e médio prazo, uma geração de sambrasenses conscientes da importância do património que possuem e da responsabilidade inalienável de o saberem transmitir, nas melhores condições possíveis às gerações vindouras.

Definida esta grande vocação do Museu, este não poderá nunca viver de costas voltadas para a população, pelo contrário, haverá que pautar sempre a sua actuação com um permanente diálogo e interligação com o meio envolvente, dando particular atenção às relações que deverá estabelecer com todos os estabelecimentos de ensino existentes na região. Deverá assumir-se como centro interpretativo da evolução do Concelho desde as origens do

¹⁰⁵ Enquadramento programático, p. 2

seu povoamento até à idade contemporânea. Propõem-se prosseguir e aprofundar o cumprimento dos programas socioculturais, como instituição destinada a preservar, investigar, expor e divulgar os seus valores patrimoniais, em comunicação permanente com a comunidade.

As suas colecções pretendem identificar a herança de uma sociedade rural, que foi progressivamente modelando um território aparentemente circunscrito (com os seus montes, os seus campos, os seus rebanhos e o seu artesanato tão activo) mas sempre interligado por relações de curta, média e longa distância.

A colecção etnográfica tem como missão evocar aspectos do passado histórico de São Brás, através da indumentária, dos objectos, sons e imagens que identifiquem ideias e fenómenos sociais do passado.

Os objectos da colecção são referências históricas de um município que construiu a sua história e a sua cultura rural a partir de uma vida agrícola intensa, onde o agricultor, o pedreiro, o ferreiro, o carpinteiro, o cesteiro, a tecedeira, entre outros artífices do quotidiano foram no seu anonimato, as personagens desta construção cultural que chegou até ao século XXI.

Como tal, cabe-lhe um duplo papel: retrospectivo e prospectivo. Retrospectivo dentro da noção mais tradicional e elementar de museu – a salvaguarda e preservação dos elementos que constituem parte integrante da vida e cultura das gentes do Concelho. Prospectivo porque, enquanto instituição viva e dinâmica, atento aos fenómenos **migratórios** deverá ser o pólo potenciador e dinamizador da actividade cultural do Concelho.

Partindo do conceito de multidisciplinaridade como ideia orientadora geral – conceito a que se encontra subjacente a noção de abertura e investigação constante, o Museu assume-se como um foco aglutinador dos fenómenos sociais que constituem hoje a sociedade São-brasense.

Assim, vértice de múltiplas funções culturais, o Museu será ponto de encontro (ou reencontro) das gentes do concelho com a sua própria terra. Pretenderá não só conseguir chamar essas gentes, mas ir ao seu encontro, assumindo aqui preponderância a colaboração/intercâmbio com escolas, associações, sociedades recreativas ou outras instituições sócio culturais. Será também o ponto de partida para a descoberta do património cultural e histórico do Concelho, através da realização de percursos pela história.

A Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel e o Centro Cultural e Social da Paróquia de São Brás de Alportel, ambas instituições particulares de solidariedade social e pessoas colectivas de utilidade pública, celebraram entre si um protocolo em 28/08/92,

aprovado pelo Bispo da Diocese, em ordem à promoção cultural e social da população do Concelho.

A Santa Casa da Misericórdia comprometeu-se a criar em São Brás de Alportel a Casa da Cultura António Bentes e a instalar o Museu Etnográfico do Trajo Algarvio no edifício legado pelo seu benfeitor. Nos termos do mesmo protocolo, a Misericórdia assumiu a responsabilidade pela *adaptação do edifício* e pela *celebração dos contractos de trabalho com o pessoal para a prossecução das actividades culturais* do Museu.

Na sua fase embrionária e nos termos dos documentos assinados, a Casa da Cultura António Bentes ficou incumbida de desenvolver várias actividades culturais, nomeadamente a instalação do Museu Etnográfico do Trajo Algarvio, biblioteca e arquivo, artesanato, realização de concertos musicais, colóquios e outras reuniões culturais.

O Centro Cultural da Paróquia cedeu à Santa Casa da Misericórdia o espólio da recolha etnográfica efectuada pelo Reverendo Padre José da Cunha Duarte, para estar ao serviço da Casa da Cultura António Bentes e Museu do Trajo, a qual assumiu a responsabilidade pela sua conservação e utilização.

A Casa da Cultura António Bentes passou a ser dirigida por uma direcção composta por cinco pessoas, da qual fazem parte, por inerência, o Provedor da Misericórdia e o Presidente ou seu representante do Centro Cultural da Paróquia e três membros nomeados por eles.

O Museu Etnográfico do Trajo Algarvio, dirigido pelo seu Director, tem na área museológica autonomia técnica. Nos aspectos financeiros e patrimoniais, assim como na admissão de pessoal e no funcionamento das suas estruturas, depende da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, proprietária do edifício onde está instalada.

O Museu do Trajo é assim, desde Agosto de 1992, uma entidade organicamente inserida na Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel. Desta forma, rege-se em primeira instância pelo *Compromisso* desta instituição, constituindo como seus documentos programáticos de base, Protocolo de Integração e o seu Regulamento Interno.

O Museu do Trajo é elemento integrante da política cultural do Município de São Brás de Alportel, com quem mantém uma articulação permanente, recebendo correspondente apoio logístico e financeiro.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Enquadramento Programático – Subsídios para o Programa Museológico, São Brás de Alportel, Setembro de 2004

3.2.5 – Modelo Organizacional / Modelo de Gestão

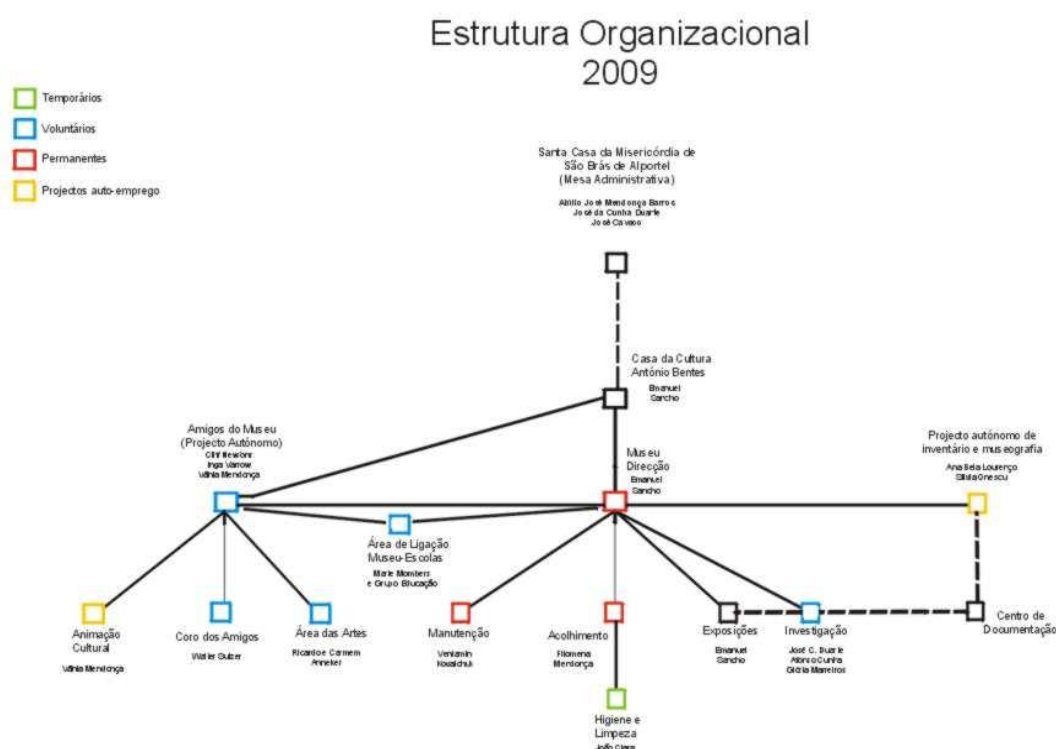
Ideologicamente inspirado pelos princípios da entidade que o tutela, os últimos anos têm sido marcados por uma crescente influência da denominada Museologia Social que reconhece o primado do homem sobre os objectos, apesar de estes serem testemunho inequívoco do engenho humano, veículo da memória, de sentimentos e emoções. Esta linha de pensamento considera igualmente essencial o envolvimento do museu nas preocupações correntes da sociedade dos nossos dias tais como, a nível local, o desemprego jovem, a monocultura do turismo, a educação, o desordenamento urbanístico, o abandono do interior e a nível global, a xenofobia e a integração, a degradação do ambiente, o aquecimento global, a utilização racional dos recursos naturais, a reciclagem, a clivagem entre ricos e pobres, a dignidade e direitos humanos, a violência e o liberalismo económico. Constitui seu compromisso, o de acompanhar atentamente o rumo tomado pelo planeta em que vivemos e de o traduzir em acções concretas pelo uso dos meios de comunicação existentes ao seu dispor.

Um dos aspectos mais interessantes desenvolvidos nos últimos anos é a criação de projectos de auto-emprego sustentável, dirigidos especialmente a jovens licenciados. Desta maneira, o Museu constitui-se como espaço acolhedor e potenciador de iniciativas individuais consistentes financeiramente, competitivas e não dependentes de subsídios, situadas nas suas áreas de especialidade. Actualmente encontram-se em curso projectos nos departamentos de Animação Cultural, Museografia e Conservação e Restauro.

A gestão adoptada pelo museu é a tradicional pirâmide hierárquica, o modelo mais utilizado pelos museus, há uma estrutura definida para desenvolver as funções da instituição, mas esta estrutura aplica-se maioritariamente em situações em que os recursos humanos são escassos. Neste modelo a direcção é que comanda a dinâmica do organismo, tendo que esforçar-se em dobro para que as funções atribuídas a cada uma das diferentes áreas estejam em sintonia com a missão, o mandato e os objectivos do organismo. Tem sido o modelo de gestão da museologia de tipo tradicional, na qual toda a dinâmica “pertence” ao director, tornando difícil a cooperação entre os diferentes níveis que lhe estão subordinados, pelo que este será um modelo que tende a desvalorizar-se cada vez mais na actualidade, uma vez que só através da multidisciplinaridade a museologia será capaz de cumprir os seus objectivos.

Assim a gestão de pessoal do Museu, rege-se por regras rígidas de racionalização de recursos, sendo geralmente reconhecidos os altos níveis de produtividade alcançados, visível no volume de trabalho produzido.

Integra actualmente uma equipa de cinco pessoas: um Director, uma técnica de museologia e conservação, um colaborador na área da museografia, um operador informático e de digitalização e uma técnica educativa. Embora destes, apenas quatro pertencem ao quadro permanente, verificando-se grandes flutuações chegando este número a elevar-se próximo das vinte pessoas, incluindo estagiários e pessoal técnico ou não, proveniente de protocolos de cooperação com o Instituto Português da Juventude, Ministério da Cultura, Instituto de Emprego, etc. Além disso o Museu recorre com grande frequência à contratação externa em face das necessidades.



Esquema 1 – Estrutura Organizacional do Museu do Trajo¹⁰⁷

¹⁰⁷ Fonte: Museu do Trajo

3.3 – ACTIVIDADES / SERVIÇOS DESENVOLVIDOS

Ao serviço de extensão educativa atribuem-se tarefas de promoção de conteúdos e actividades em torno de exposições que a instituição promove, em especial as de intensivo carácter didáctico.

Em qualquer um destes objectivos é fundamental adequar o discurso expositivo aos diferentes tipos de público, por isso é fundamental que os seus técnicos trabalhem e adaptem os conteúdos científicos concebendo-os e articulando-os com todos os outros serviços do museu, de modo a que a mensagem seja clara, precisa e concisa na aproximação do museu à escola e comunidade.

Mas isto só resultará se a mensagem didáctica se adequar ao fim pretendido, o que na pedagogia educativa, em especial na escola, é essencial para a sedução do espírito observador que leva à disponibilidade para o gozo contemplativo das artes e da cultura.

3.3.1 – Actividade Expositiva

Desde 1983, data da realização da primeira exposição temporária, a qualidade museográfica evoluiu drasticamente. Nos seus primeiros anos, o Museu do Trajo necessitava de se justificar perante a população, a tutela e a autarquia. As exposições, surgiram em espaços cedidos, com colaborações eventuais e condições em geral difíceis.

Desde os inícios da década de 90, com a melhoria gradual das condições de trabalho e a contratação de técnicos especializados, as exposições passaram a surgir regularmente e colocaram o Museu nos itinerários culturais da Região.

Pouco depois da sua entrada em funcionamento, o Museu do Trajo enveredou pela apresentação de exposições temporárias anuais. A presença assídua de técnicos do Museu Nacional do Traje (museografia e formação de restauro têxtil) verificada especialmente nos primeiros anos da sua existência, influenciaram decisivamente nas metodologias então adoptadas e que ainda hoje se repercutem.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Museu do Trajo – Enquadramento Programático (2004), pag. 13

Museu do Trajo – São Brás de Alportel

Actividade Expositiva

Data	Exposições	Lugar
1983	I Exposição Etnográfica	
1984	II Exposição Etnográfica	
1985	III Exposição Etnográfica Natal Tradicional	
1986	Trajo de casamento 1895-1986 O Trajo no Algarve	Museu S.E.C. Faro
1987	Fatos de Baptismo 1880-1950 Trajo Algarvio	Museu Lagos
1988	Mundo da Criança	META
1989	Memórias do Tempo Exposição Etnográfica	META Silves
1990	A Criança Natal Tradicional	META META
1991	Tempo de Espairer Páscoa Tradicional	META META
1992	Algarve de 1900 - Intimidades A Criança	META Faro
1993	Mundo de Bonecas Gente da Serra	META
1994	Mar	META
1995	Entre Mar e Serra	META
1996	Algarve - 200 Anos de Trajo (1800-1996)	META
1997	Maria, maria Chapéus há Muitos	META META
1998	Rumores	META
1999	Querida Boneca	META
2001-2002	Trajo do Algarve - Orla Marítima	M.Nac.Traje
2003-2004	Trajo do Algarve - Gente do Mar	Mus Trajo Algarve
2003-2004	Trajo do Algarve - Orla Marítima	Albufeira
2004-2009	Da Quadrilha à Contradança	MT
2005	O Guerrilheiro Remexido	Arquivo M. Lagoa (Col)
2005	Trajo e Artesanato de El-Jadida (Marrocos)	MT - SBA
2006		
2007	História da Moda - Mini-exposição	Biblioteca Geral da Universidade do Algarve
2007	Núcleo Museológico do Alportel	Alportel
2008	Actividades Económicas de Monchique	Casa do povo de Alferce
2008	1808-2008 - A Revolta de um Povo	Junta Freguesia de Pechão
2008	Rota da Cortiça	MT - SBA
2008	Os Frutos Secos em Alcantarilha	Junta F. Alcantarilha
2008		Alportel - Núcleo Museol.
2009	Retalhos (trajo do Algarve)	MT - SBA

Tabela 1 – Actividade Expositiva do Museu do Trajo¹⁰⁹¹⁰⁹ Fonte: Museu do Trajo

3.3.1.1 – Exposições Permanentes

A opção “permanente” está essencialmente determinada pelas condicionantes inerentes ao tipo de objecto. É o caso dos Veículos Tradicionais que dadas as suas dimensões estão obrigados a uma exposição permanente.

As Casas Agrícolas, compostas pelas antigas cavaliças, cocheira, palheiros e lagar, são em si espaços naturais e contextualizados, de exposição compreensivelmente permanente.

A exposição Terra de Cortiça, embora sendo remodelada periodicamente especialmente no que diz respeito aos materiais interpretativos, também tem um carácter permanente devido ao seu extremo valor identitário no contexto de uma terra como S. Brás de Alportel. No seu conjunto, a área de exposição permanente representam aproximadamente 20% da área total de exposição.¹¹⁰

Exposições	Lugar
Terra de Cortiça	META
Antigas Casas Agrícolas	META
Veículos Tradicionais	META

Tabela 2 – Exposições Permanentes do Museu do Trajo¹¹¹

3.3.2 – Animação Cultural

Sendo o interior vítima de uma assimetria económica e social, que se verifica nesta região, o enriquecimento da oferta cultural do Museu assume particular relevância no contexto geográfico de São Brás de Alportel.

Por uma questão de economia de recursos humanos e financeiros, a programação de animação cultural do Museu é assumida integralmente pelos Amigos do Museu, que é desenvolvido mais adiante na alínea 2.1. do IV Capítulo.

¹¹⁰ Museu do Trajo – Enquadramento Programático (2004) – pag. 14

¹¹¹ Fonte: Museu do Trajo

3.3.3 – Serviços Educativos

O Museu não dispõe de um quadro de pessoal afecto em exclusivo ao departamento dos serviços educativos, no entanto desenvolve actividades nesta área educativa dirigido a várias faixas etárias.

O concurso “Arte & Literatura”¹¹² e as actividades “Brincar e Aprender” e “Manhãs Divertidas”,¹¹³ são exemplos de projectos didácticos desenvolvidos pelo serviço de extensão educativa do Museu de São Brás de Alportel. Estrategicamente montados de cariz lúdico, associam-se a actividades museológicas concretas tanto no interior como no exterior da instituição em que se procura incluir ateliers pedagógicos-didácticos, jogos e actos histórico-dramáticos apropriados ao nível de ensino alvo.¹¹⁴



Figs. 30 - Actividades dos serviços educativos ¹¹⁵

Podemos considerar que o museu também deve ir à escola e propor outras acções de carácter pedagógico com a componente museológica, como exposições itinerantes complementares de actividades pedagógicas desenvolvidas pela escola, etc.

¹¹² Vide Anexo VI – Serviços Educativos – Concurso Juvenil de Arte & Literatura

¹¹³ Vide Anexo VII – Regulamento do Concurso Juvenil Arte & Literatura

¹¹⁴ Vide Anexo VIII – Ficha pedagógica

¹¹⁵ Fonte: Museu do Trajo



Fig. 31 - Actividades educativas “Laboratório Aberto”¹¹⁶

O Museu dispõe, de programas regulares de actividades de férias, visitas guiadas, mas que incluem outras actividades práticas, como a visualização de audiovisuais; contactos com várias matérias e técnicas inerentes ao Museu (exemplo, explicação de como se restaura uma peça. (Fig. 31).

Numa perspectiva de rentabilização dos seus recursos, o Museu desenvolve actividades, que desde a sua base tem a participação activa dos professores.

A orientação dos professores na preparação de actividades e de visitas também não deverá ser esquecida por este serviço, privilegiando-se a investigação e preparação de conteúdos em colaboração estreita com docentes da área de influência do museu.

3.3.4 – Centro de Documentação

O Centro de Documentação funciona numa das salas do edifício principal, e tem por áreas de especialização a etnografia, o trajo e a moda e bibliografia regional. O fundo bibliográfico está informatizado e é composto por aproximadamente três mil monografias.

O Centro de Documentação, aglutina toda a informação resultante das investigações desenvolvidas no âmbito do Museu e disponibiliza-a ao público, estudantes, professores e investigadores. Toda a informação está relacionada com a história do património local e regional que se constitui como base de todas as actividades da instituição, dado que investigar é o ponto de partida da actividade museológica suporte da sua política de gestão e de acção cultural. Nos últimos anos tem vindo a verificar-se a necessidade de se descentralizar a

¹¹⁶ Fonte: Museu do Trajo

informação disponível. Assim, a área de traje e moda foi deslocada para o departamento de inventário de têxteis. A área de história de arte, design e arquitectura, está disponível ao utilizador no departamento de restauro e conservação. Deste modo, os vários departamentos, dispõem *in situ* da informação da sua área de especialidade. O investigador poderá desta maneira, contactar directamente com alguém especializado na área do seu interesse.

Esta experiência de gestão da informação, tem-se revelado de grande utilidade, pelo que se pensa continuar o processo de descentralização documental.

O Arquivo Histórico é constituído por um acervo de documentos de origens diversas, devendo vir a integrar outros fundos ou documentos isolados provenientes de entidades públicas ou privadas, Este Arquivo está à guarda do Museu por não existir em São Brás de Alportel, Arquivo Histórico Municipal.

A documentação histórica existente à guarda do Museu, é constituída por alguns espólios pessoais de personalidades ilustres do Concelho. Existe ainda um significativo número de documentos soltos tais como: pagelas obituárias, correspondências diversas, folhetos publicitários, bilhetes-postais, documentos diversos de contabilidade (antigas fábricas de cortiça), programas de espectáculos, registos de músicas em pauta de compositores locais, etc. Toda esta documentação se encontra disponível, no Museu a quem a quiser consultar.

3.3.5 – Investigação / Publicações

Desde sempre as exposições do museu foram sendo acompanhadas por catálogos até 2004, os quais eram produzidos no próprio museu com recursos limitados e em pequenas tiragens poli copiadas. É a partir da exposição “Da Quadriha à Contra Dança – O Algarve no tempo dos franceses”, que o museu passa a publicar catálogo de forma sistemática. Este momento marca a transição para um patamar superior e de maior qualidade pois haviam sido concluídas uma série de obras de melhoramento dos espaços e adquiridos alguns materiais de trabalho, que ajudaram à elevação desse nível de qualidade.

Na sua relação com a comunidade o museu considera da sua responsabilidade, a publicação de obras relacionadas com a história e património locais. É nessa linha que se situam os dois volumes já publicados “Memórias de São Brás” e outros de temáticas regionais.

Os recursos para as várias publicações são provenientes da Autarquia, Ministério da Cultura, fundos do Museu, Comunidade Europeia, mecenato, fundos dos Amigos do Museu, que possibilitem a concretização desses objectivos.

A actividade editorial tem-se acentuado nos últimos anos, originada por:

- Investigações no âmbito de exposições realizadas;
- Propostas de publicação por colaboradores e investigadores habituais;
- Parcerias com entidades com interesses afins;
- Solicitações da autarquia;
- Colaborações em publicações de outras entidades;

Publicações	Tema
Museu Etnográfico do Trajo Algarvio Sancho, 1995	Divulgação
Roteiro Turístico de S. Brás de Alportel Sancho, 1998	Divulgação
Casa da Cultura António Bentes (folheto) Sancho, 1998	Divulgação
Revista ALGARVE TRADIÇÕES MUSICAIS (4 volumes) Vários, 1995-2002	Etnomusicologia
A Calçadinha de S. Brás e a Antiga Rede Viária do Algarve Bernardes, 2002	Arqueologia
A Calçadinha (folheto)	Divulgação
Natal no Algarve - Raízes Medievais. Duarte, 2002	História / Etnografia
Da Quadrilha à Contradança - O Algarve no Tempo das Inv. Francesas (Catálogo) Vários, 2004	Museologia / História

Tabela 3 – Publicações do Museu do Trajo¹¹⁷

3.4 – OS PÚBLICOS

O museu é entendido como um organismo ao serviço da comunidade que deve servir os seus públicos, fazendo a distinção entre aqueles que são especializados e o público “*não iniciado*”, que necessita de esclarecimentos e orientações.

Assim, o Museu, em nosso entender, tem uma dupla missão, por um lado, a conservação do património, que se prende com a sua missão científica e artística, e por outro,

¹¹⁷ Fonte: Museu do Trajo

a exposição, valorização e divulgação desse património, isto é, a sua missão educativa e social.

Podemos caracterizar o visitante-tipo do Museu do Trajo de uma forma geral como o visitante individual ou familiar situando-se maioritariamente numa faixa etária entre os trinta e os sessenta anos de idade.

No que diz respeito às visitas escolares, estas atingem cerca de 50% do total dos visitantes, sendo realizadas entre os meses de Novembro a Junho, por jovens até aos 16 anos.

Os grupos de turistas, com uma média de idades acima dos 50 anos, deslocando-se em excursão, demandam o Museu com particular intensidade nos períodos de média estação (Abril – Junho e Setembro – Novembro).

A população local visita o Museu de forma muito activa nos três primeiros meses subsequentes à abertura de novas exposições. As visitas ao Museu conhecem decréscimos acentuados entre 15 de Novembro e 15 de Janeiro e nos meses de Julho e Agosto.

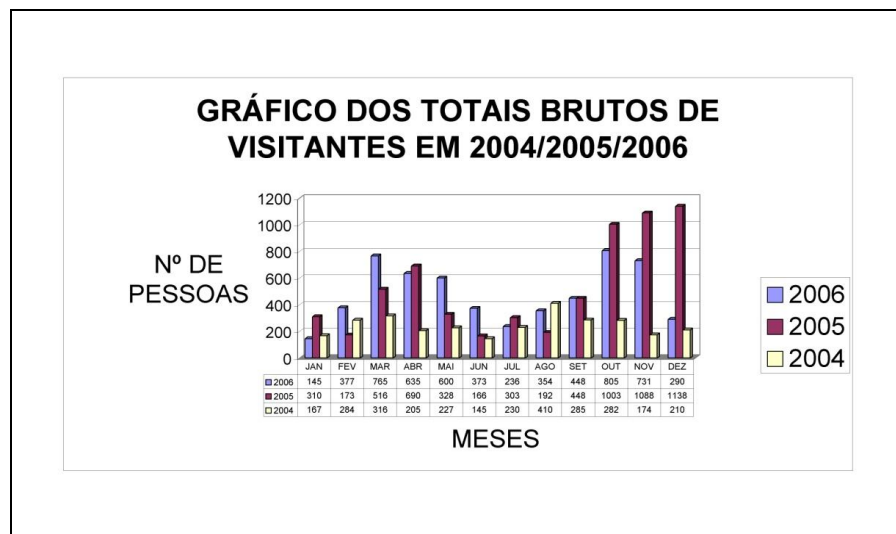


Gráfico 4 – Totais brutos do nº de visitantes¹¹⁸

¹¹⁸ Fonte: Museu do Trajo

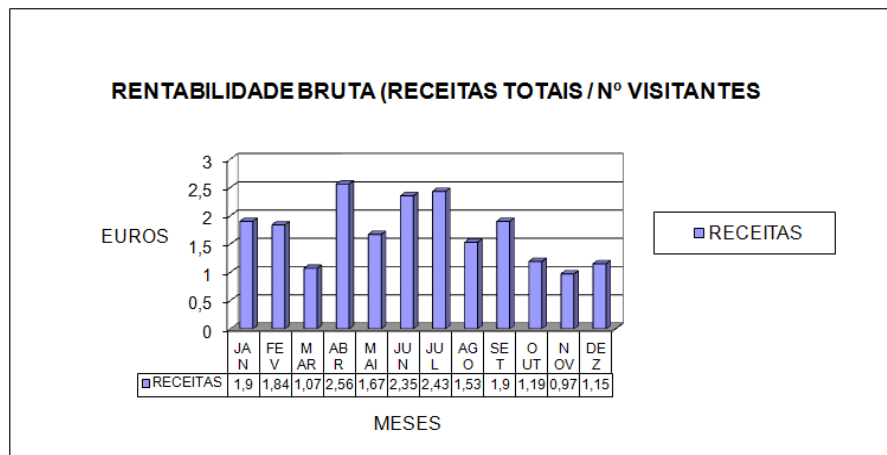


Gráfico 5 – Rentabilidade Bruta (receitas totais/Nº visitantes)¹¹⁹

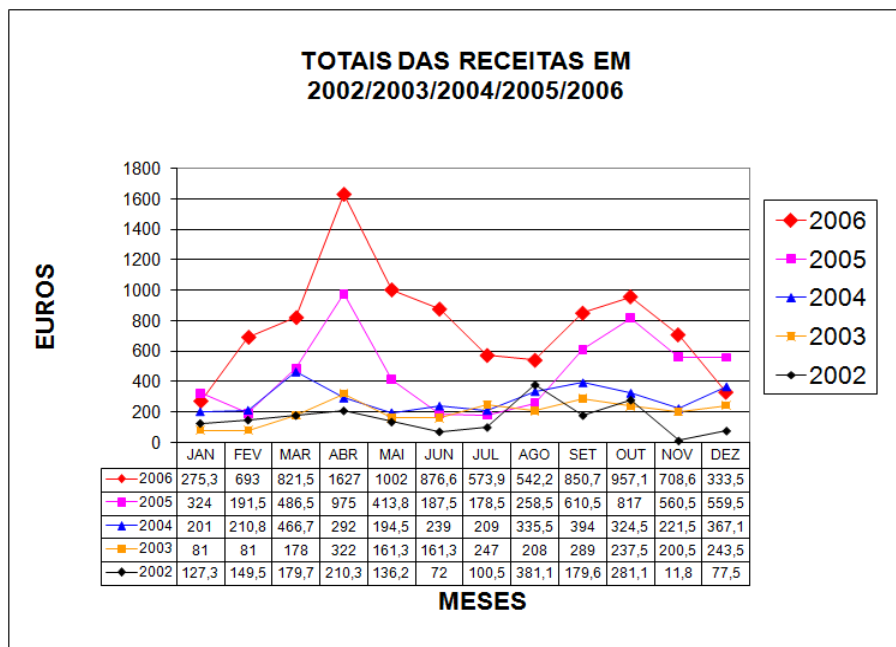


Gráfico 6 – Totais das Recitas em 2002/2003/2004/2005/2006¹²⁰

¹¹⁹ Fonte: Idem

¹²⁰ Fonte: Museu do Trajo

3.4.1 – Utentes

Os utentes que mais desfrutam dos espaços do Museu são sem dúvida, os Amigos do Museu, dadas as inúmeras actividades que dinamizam junto da comunidade e que trazem muita gente ao museu. As escolas que estão directamente envolvidas em actividades, são utentes assíduos do museu. Existem também os utentes dos espaços museológicos quando ocorrem actividades ao ar livre, como a “Arte Viva”, ou quando acontecem espectáculos no recinto dos jardins, que atraem muita população. Existem, ainda, os utentes que se deslocam frequentemente ao museu para actividades lúdicas e de lazer, como é o caso das artes plásticas ou o teatro ou o tai-chi, etc. Outros utilizadores dos espaços do museu são os públicos para as noites do fado e também para os eventos culturais que acontecem no museu durante quase todo o ano, como espectáculos de música jazz, rock and roll, ou outros.¹²¹

3.4.2 – Visitantes

O número de visitantes tem vindo a crescer ano após anos, de forma considerável. De entre os visitantes, destacam-se os grupos de turistas que diariamente visitam o Museu, assim como grupos de nacionais emigrantes, que visitam o museu pela primeira vez, ou porque trazem amigos e familiares. A população local vem com alguma frequência visitar o Museu e as visitas escolares, estes em maior número, vêm normalmente todos anos em visita de estudo ao museu. No Gráfico 7, verifica-se que o número de visitantes nacionais supera os estrangeiros e que em ambos os casos o número de visitantes Mulheres é superior ao número de visitantes Homens.

No Gráfico 8 (estatísticas dos utilizadores) o Museu regista uma acentuada queda no número de visitantes nacionais nos meses de Verão e Dezembro e Janeiro, mas a partir de Fevereiro o Museu recupera esse público, com elevada subida nos meses de Março, até o Verão e depois no Outono em Outubro. No que se refere aos visitantes estrangeiros verifica-se, como seria de esperar, que o seu número aumenta no mês de Agosto (férias) e Março, mês das temperaturas mais amenas, a que muitos turistas seniores visitam Portugal.

O aumento de visitantes estrangeiros dever-se-á às muitas actividades que nesses meses ocorrem nos espaços do Museu, nomeadamente as actividades de Jazz, Fado, “Arte Viva” e Exposições, dinamizadas pelos Amigos do Museu.

¹²¹ Vide Anexo IX Actividades Amigos do Museu

Estes dados são confirmados pelo gráfico 9 em que se torna evidente que é a partir de Fevereiro e até ao Verão que se verifica um pico de visitantes ao museu, sendo o outro pico nos meses de Outono.

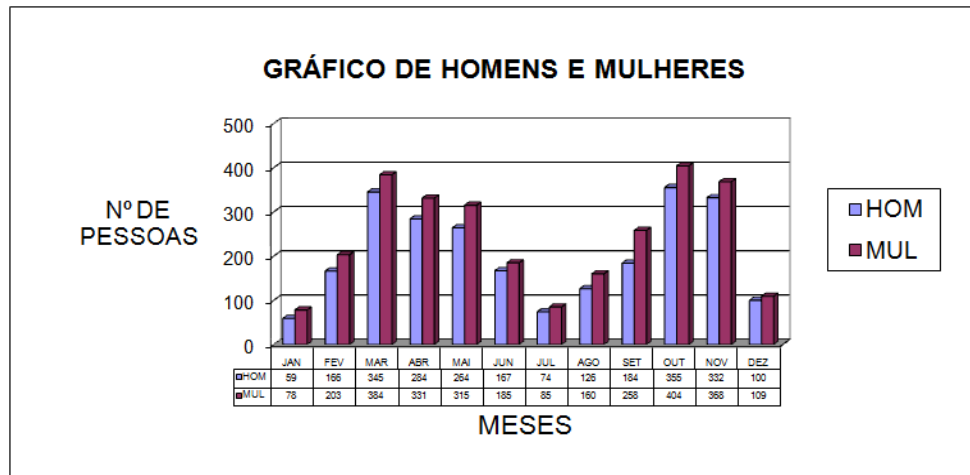


Gráfico 7 – Homens e Mulheres¹²²

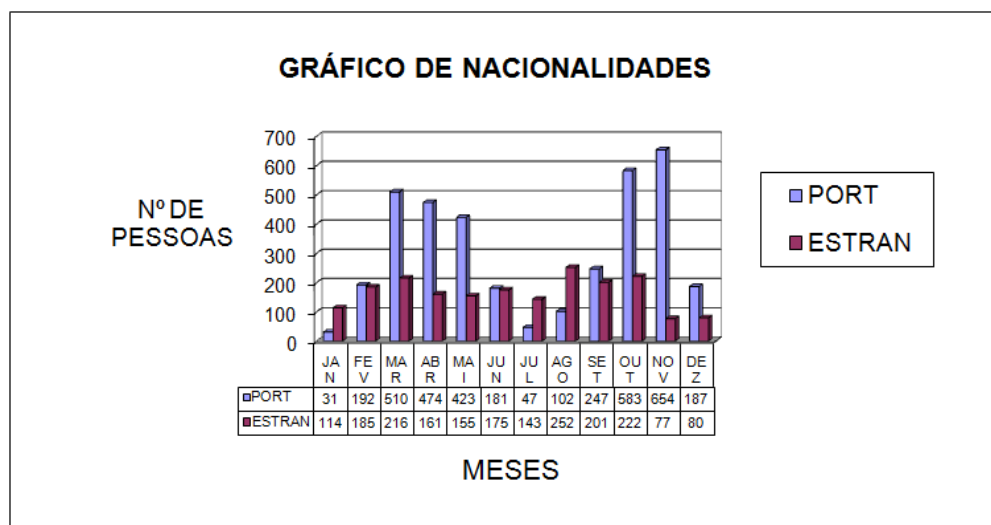


Gráfico 8 – Gráfico de Nacionalidades¹²³

¹²² Fonte: Museu do Trajo

¹²³ Fonte: Museu do Trajo

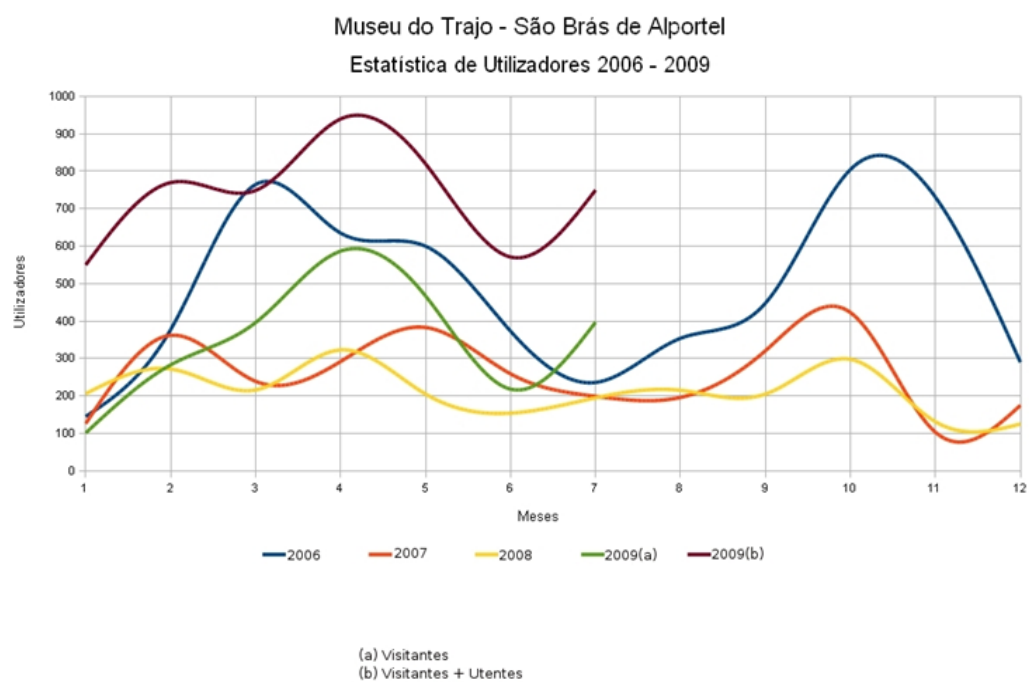


Gráfico 9 – Estatística de Utilizadores 2006 - 2009¹²⁴

¹²⁴ Fonte: Museu do Trajo

CAPÍTULO IV – TRADIÇÃO, INOVAÇÃO E MUDANÇA

Numa zona do Algarve em que o turismo não desempenha um papel relevante e a população ronda os 10.000 habitantes, as estatísticas de visitantes do Museu perdem significado. Em oposição, o esforço de aproximação à população fez nascer o conceito de *utente/utilizador*, que, esse sim, se tem revelado de grande potencial de intervenção na sociedade. Por essa razão algumas práticas aproximam o Museu do Trajo de São Brás de Alportel do modelo de um **centro cultural, espaço comunitário** e de convívio e **agência de desenvolvimento**.

Neste nosso mundo em mudança, algumas instituições estão reagindo com estratégias inovadoras, assim também o Museu do Trajo de São Brás de Alportel adoptou novas estratégias, dando possibilidade à criação de novos projectos e abrindo as portas aos jovens licenciados que queiram desenvolver as competências adquiridas na prática experimental de novos projectos que o Museu do Trajo lhes proporciona.

4.1 – ÁREAS DE INOVAÇÃO

Um dos aspectos mais interessantes desenvolvidos nos últimos anos é a **criação de projectos de auto-emprego sustentável**, dirigidos especialmente a jovens licenciados. Desta maneira, o Museu constitui-se como espaço acolhedor e potenciador de iniciativas individuais consistentes financeiramente, competitivas, não dependentes de subsídios, situadas nas suas áreas de especialidade e funcionando em rede horizontal. Actualmente encontram-se em curso projectos nos departamentos de Animação Cultural, Museografia e Conservação e Restauro.

4.2 – OS AMIGOS DO MUSEU

Os museus do tipo novo vêm aproveitando muitas vezes com carácter experimental em vários países, propostas museais criativas, incluindo a participação de elementos da comunidade e tendo como objectivo principal utilizar o património cultural como instrumento no exercício da cidadania e do desenvolvimento social.

Está neste caso o Grupo de Amigos do Museu de São Brás de Alportel, cuja implementação teve início em 2000. Naquela altura, os modelos convencionais de associativismo baseado em quotizações financeiras e em estruturas hierárquicas rígidas, não

estava adequado à realidade. Nesse sentido, o Museu conta com a colaboração de um numeroso grupo de Amigos organizado por núcleos de interesses comuns.

Nasceram grupos em áreas específicas, tais como: artes plásticas, a música clássica, a arqueologia, o trajo e os têxteis, a defesa do património local edificado, etc, são alguns exemplos de grupos de interesse.

Estes grupos movimentam-se a diferentes “velocidades”, sendo muitas vezes caracterizados por grande instabilidade e de vida efémera. Contudo, são reflexos autênticos de cidadania e de carácter experimental da sua existência. Nesta ordem de raciocínio, quando os grupos se desmobilizam, extinguem-se naturalmente. É com este modelo de associativismo que o Museu possui um Grupo de Amigos, divididos em núcleos, que tem demonstrado ao longo dos últimos anos serem fundamentais na dinâmica e diversidade do Museu e na angariação de fundos para a sua sustentabilidade.

Actividades desenvolvidas pelos Amigos do Museu / Música no Museu

Datas	Concertos
19/Mai/2001	Sarabanda - Quinteto de Flautas
29/Jun/2001	Piano a 4 mãos Irene Aintein/ Oxana Anikeeva
20/Out/2001	Ensemble de Guitarras do Algarve
18/Mai/2002	Acordeão clássico Paulo Pescada
26/Out/2002	Harpa + Flauta Luisa-Maria Ovet/ Sarah Jane Dale
7/Dez/2002	Piano + Violino Irene Ainstein/ Michael Owen

Tabela 4 – Actividades: Música no Museu¹²⁵

As actividades musicais no Museu foram canceladas em 2003 e 2004 devido às intensas campanhas de obras de recuperação realizadas nos edifícios e espaços exteriores. Foram retomadas logo que as condições se normalizaram.¹²⁶

¹²⁵ Fonte: Museu do Trajo

¹²⁶ Enquadramento Programático (2004) – Pag. 15

São cerca de 812, os membros efectivos de 8 nacionalidades, dos quais a maioria é constituída por, ingleses, portugueses, alemães e holandeses.

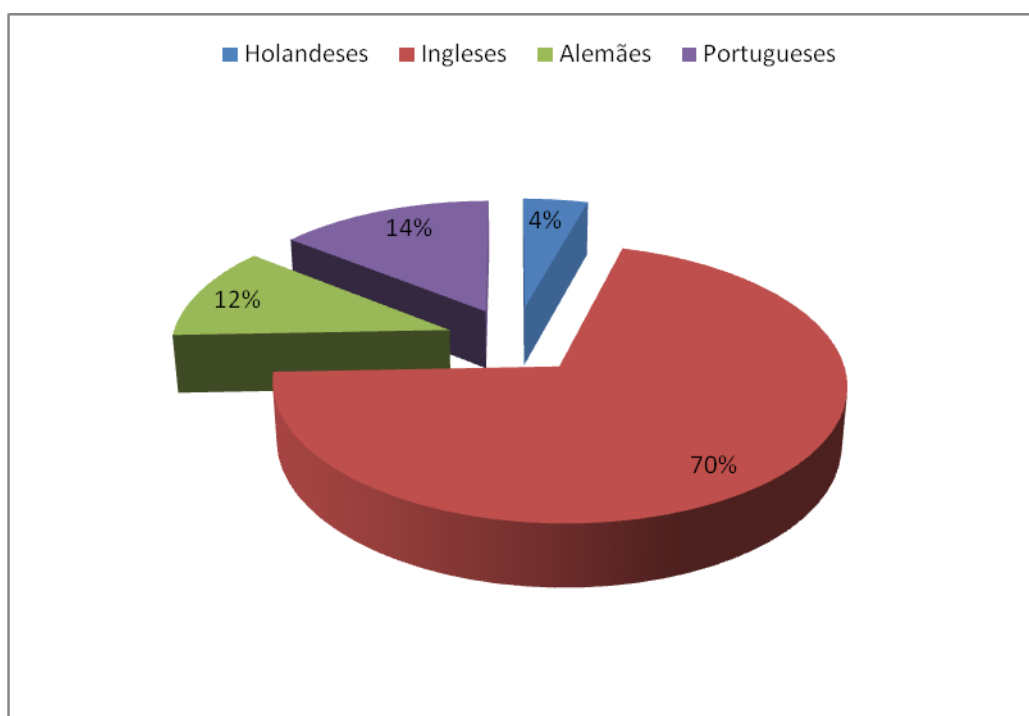


Gráfico 10 – Nacionalidades dos Amigos do Museu do Trajo de São Brás de Alportel¹²⁷

¹²⁷ Fonte: Amigos do Museu (2009)

4.2.1 – Programação e Difusão das Actividades dos Amigos do Museu

O Grupo dos Amigos do Museu, começou em 2000 quando, da parte da comunidade surgiu, de forma espontânea, um grupo de pessoas que propôs disponibilizar ao Museu parte do seu tempo e experiência em benefício da cultura. Lentamente foram-se formando vários grupos de interesse em áreas diversas, entre as quais se inclui “Os Amigos do Museu”.

A coordenadora dos “Amigos do Museu”, Vânia Mendonça (licenciada em Património Cultural) faz o seu estágio profissional no Museu do Trajo, precisamente na área da coordenação dos grupos de interesse e das actividades que são apresentadas e que têm vindo a desenvolver.



Fig. 32 – Vânia Mendonça
Coordenadora do projecto “Amigos do Museu”

É a própria Vânia Mendonça, coordenadora do projecto “Amigos do Museu” que nos conta como tudo aconteceu na entrevista que lhe fiz em 28 de Abril de 2009.¹²⁸ E começa assim:

“ A ideia de criar os amigos do museu começou há cerca de 8 anos atrás com este senhor Cliff Newton, que trouxe a ideia de Inglaterra, uma vez que lá já existem Museus com amigos, associações, amigos de museu e aqui não havia nada disso. O Emanuel perguntou-

¹²⁸ SBOO-VAM-1001-090428

lhe se era possível fazer um grupo de “Amigos do Museu” como em Inglaterra. O Cliff que era responsável pela galeria de arte começou com exposições regulares e depois convidou vários amigos e a divulgar o espaço de museu, mas esse grupo de pessoas precisava duma coordenação, porque depois são muitas pessoas, muitos interesses, mas é necessária uma orientação”.

Continuando a desfilas as memórias recentes dos “Amigos do Museu”, Vânia fala com entusiasmo do seu projecto:

“A comunidade estrangeira é que começou os “Amigos do Museu”. Temos várias actividades e várias salas. Neste edifício novo toda esta parte está à nossa responsabilidade. Temos o escritório, duas galerias de arte, duas salas ateliers e nessas duas salas desenvolvemos português para estrangeiros, temos aulas de pintura, mosaicos e pintura de azulejos, temos bilros, clube de fotografia, clube de jardinagem, clube de jazz, clube de opera, yoga, tai-chi temos o Clube de fotografia, clube de jazz, clube de pintura. Eventos regulares, danças de salão, tango argentino, atelier de vitrais. Vai desde a parte do lazer até à formação.

São grupos em várias línguas, por exemplo o grupo de bordados, que tem senhoras inglesas alemãs, uma senhora finlandesa, polaca, portuguesas também. Os portugueses são o 2º maior grupo, que têm vindo a aumentar. O que é importante é romper aquela barreira, quando há um curioso que vêm trazem depois mais um amigo. no entanto o 1º grupo continua a ser da comunidade inglesa.”

Vânia refere ainda a colaboração que os “Amigos do Museu” dão a jovens músicos licenciados e também a parceria que tem com as Escolas do Concelho em colaboração com o Museu do Trajo. É ela que nos conta:

“A “Arte Viva” que se realiza todos os anos em Julho, é a 9ª edição, pretende reunir as artes que se fazem no Algarve tanto de artistas residentes ou que são inspirados pelo Algarve. É um fim-de-semana, aqui nos jardins do museu, em que temos de 50 artistas muitos deles trabalham ao vivo, com música, a maioria dos músicos são de cá do Algarve. Este evento é inteiramente suportado pelos “Amigos do Museu”, apenas o supermercado “Intermarché” dá uma pequena ajuda e a Câmara dá algumas coisas, por exemplo, monta o palco. As empresas ainda não têm uma mentalidade aberta para participar nestes eventos. Em outros países os Museus são vistos como agentes de cultura e são patrocinados por empresas. Aqui nota-se que não há essa cultura. Os museus são completamente dependentes das câmaras.”

O Grupo de contacto Museu Escolas tem organizado competições no campo das artes e das letras, com objectivo de aproximar a população mais jovem do Museu. De entre as várias actividades atrás descritas, teve lugar um ciclo de concertos, com os alunos do Conservatório Regional do Algarve onde os jovens talentos tiveram oportunidade de pisar um palco e actuaram pela primeira vez para uma audiência.

Existem várias áreas de acção desde a formação ao entretenimento: aulas de língua portuguesa para estrangeiros, vários tipos de danças, artes plásticas, bordados e artesanato, jardinagem, percussão, ioga, tai-chi entre outras. O “**Grupo de Teatro Aperitivo**” produz peças representadas em 4 línguas. O **Coro dos Amigos** é composto por cerca de 80 elementos de várias nacionalidades. Existe ainda um **Clube de Ópera**, e uma mostra de **cinema alemão**. A **música clássica**, o **jazz** e o **fado** são presenças permanentes na programação mensal que é divulgada em formato de *newsletter*.

Outro projecto interessante e inovador que Vânia nos contou é o projecto de “Mercado de Trocas”, dirigido às pessoas mais idosas, e que se está a iniciar:

“A realização de um mercado, que começou por ser um mercado solidário, mercado de trocas, com a In Loco, mas depois o projecto terminou e as pessoas que participavam no projecto vieram cá e disseram que gostavam de dar continuidade ao mercado de trocas, que consiste na troca de objectos que cada um traz o que faz em casa, que não é suficiente para irem vender a um mercado ou a uma feira normal, mas que entre elas gostam de trocar o que produzem.”¹²⁹

Este projecto inovador dos “Amigos do Museu”, tem ainda mais para nos mostrar, e assim Vânia continua:

“Nós temos também um concurso de “Arte & Literatura”, com as escolas do concelho para os jovens. É um concurso de literatura e arte que consiste na recolha de histórias, lendas e ilustração.”

Continuando no campo da cultura os “Amigos do Museu” têm ainda a cedência de espaços do Museu de forma a rentabilizar esses espaços:

“Também cedemos os espaços a outras organizações de cá para reuniões de outras associações, por exemplo Associação do Alportel, Associação de Defesa do Ambiente, Associação de Arqueologia do Algarve também tem aqui todas as os meses na 1ª terça feira tem uma palestra, eles convidam vários professores e eles dão uma palestra, num intercâmbio de cultura.”

¹²⁹ Idem , SB00-VAM-1001-090428

Para tudo que é investimento, é necessário dinheiro. Assim perguntei à Vânia como era garantida a sustentabilidade do projecto “Amigos do Museu”. De imediato respondeu:

“Não temos subsídios. Funcionamos autonomamente, pelos eventos que produzimos e pelas actividades a fim de conseguir gerar emprego. As empresas ainda não têm uma mentalidade aberta para participar nestes eventos. Em outros países os Museus são patrocinados por empresas. Aqui nota-se que não há essa cultura. Os museus são completamente dependentes das câmaras. O Grupo de Amigos funciona como uma extensão do museu. Nós existimos para dinamizar o Museu. Há uma dinâmica de actividades que dinamiza o museu. Temos também uma biblioteca em várias línguas. Tudo que está aqui na biblioteca são doações. São as pessoas que voluntariamente trazem os livros em várias línguas. Porque a biblioteca municipal não dá resposta a estas línguas, é mais o português. Aqui a comunidade estrangeira encontra livros escritos na sua língua natal e isso fortifica o intercâmbio das actividades culturais”.

Grande parte dos acontecimentos “eventuais” que se desenrolam nos espaços do Museu, são de iniciativa do Grupo de Amigos do Museu, correspondendo essencialmente a interesses e sensibilidades particulares. Desta maneira, nasceram a título de exemplo os *lobbys* do Jazz e das Artes Plásticas.¹³⁰

Os Amigos do Museu fazem a celebração de dias comemorativos, dando a conhecer à comunidade estrangeira o seu significado e envolvendo a população local, como foi o caso do dia 25 de Abril, que envolveu música de intervenção, recital de poesia.¹³¹

Os Amigos do Museu são hoje uma organização que tem por objectivo principal a satisfação das necessidades culturais dos seus membros e as da população do Concelho em geral. O envolvimento na vida local das várias comunidades estrangeiras chegadas nas últimas décadas (actualmente 15% da população total), tem na experiência dos Amigos do Museu um caso de estudo.

Numa perspectiva de futuro há muito por fazer, mas os “Amigos do Museu” estão abertos a iniciativas inovadoras e esta multiculturalidade também permite uma dinâmica diferente e um maior desenvolvimento.

¹³⁰ Museu do Trajo – Enquadramento Programático (2004) – Pag. 15

¹³¹ Vide Anexo IX – Divulgação das actividades dos Amigos do Museu

4.2.2 – Expografia e Inventário

O Museu do Trajo, na perspectiva de uma museologia convencional, detém um acervo interessante. As suas reservas, agora instaladas num espaço novo e com excelentes condições, guardam alguns milhares de objectos que constituem testemunho de um passado. Como substrato e base de trabalho para a actividade expositiva do Museu, este recurso tem estado claramente subaproveitado. De facto, após 25 anos de existência como Museu, a grande maioria dos objectos guardados nunca foi utilizada em exposição.

Em 2007, Ana Bela Lourenço conheceu Emanuel Sancho, quando ambos trabalharam na monografia de Santa Bárbara de Nexe. Então surgiu o convite da parte do director do museu e Ana Bela, iniciou um relacionamento com o Museu do Trajo com vista à criação de um departamento autónomo e auto-sustentado de investigação, inventário e produção de exposições itinerantes.



Fig. 33 – Ana Bela Lourenço
Coordenadora do projecto Expografia / Museografia¹³²

Contado na primeira pessoa por Ana Bela, em entrevista concedida em 28-04-09, começa por nos falar do seu projecto:

“O meu projecto, não é propriamente uma área do museu. Porquê? Porque eu faço expografia, trabalho com exposições itinerantes. É assim: eu através do museu e do espólio do museu aproveito outros espaços noutras zonas para fazer exposições. Por exemplo, Vila do Bispo, quer fazer uma exposição sobre o dia do

¹³² Fonte: Museu do Trajo

idoso. (...) eles não têm propriamente meios nem pessoas que trabalhem com museologia porque nem sequer têm museu e não sabem como fazer uma exposição. O que é que eles fazem? Telefonam aqui para o museu, de S. Brás e explicam-me o que eles querem. Assim, apresentam o espaço do centro cultural e dizem que gostariam de fazer uma exposição durante um mês. Então eu, vejo o que é possível fazer, vou ao sítio.”¹³³

Ana Bela prossegue a descrição do projecto com entusiasmo, mostrando uma dinâmica do que sabe e gosta de fazer, e continua:

“Faço a investigação sobre a terra, depois faço um projecto, um orçamento, que pode ser aceite ou não, e faço uma exposição. Ou seja, é uma forma do museu ir para fora e ser conhecido. E é uma forma dos outros sítios que não têm pessoas que façam exposições poderem ter alguma coisa de diferente para não ser sempre festas com teatros, música ou bailes, poderem ter uma coisa mais cultural. Ou seja, eu faço mais é exercício de museografia. Porque aqui o que interessa é que as pessoas que forem lá sintam a identidade deles na exposição.”¹³⁴

Segundo Ana Bela, esta é uma forma de trabalhar na sua área (e como não está contratada) permite-lhe ter uma fonte de rendimento mínimo. O projecto em si é auto sustentável, porque *“eu trabalho com o espólio do Museu e quem me paga o trabalho são as Autarquias e entidades que contratam o meu trabalho.*”¹³⁵

Na entrevista que fiz a Ana Bela perguntei qual era a contrapartida que ela dava ao museu em troca de utilizar o espólio do mesmo. A resposta foi peremptória:

“Eu trabalho para o museu porque faço o inventário das peças. A contrapartida que o Museu do Trajo tem é que eu promovo e divulgo o museu, as gráficas ficam promovidas e todas as pessoas que trabalham comigo são promovidas e ficam a ganhar. O que eu quero é experiência e trabalhar na minha área. O projecto em si, tem como objectivo final abrir uma micro empresa dentro do museu. O objectivo final é ter aqui neste espaço, que é o novo

¹³³ SB00-ABL-1001-090428

¹³⁴ SB00-ABL-1001-090428

¹³⁵ Idem

edifício, um serviço de expografia, um departamento de exposições itinerantes. Um serviço de exposições itinerantes que presta serviço para outras autarquias.”¹³⁶

Ao longo do ano de 2008, sobretudo nos últimos meses, o trabalho produzido por Ana Bela Lourenço foi apresentado em São Bartolomeu de Messines, Alferce, Pechão e Olhão. De forma responsável e ponderada, os objectos do Museu saíram das gavetas e passaram a ser utilizados e apreciados, tornando-se úteis. As áreas da etnografia, da história local e as comemorações da Invasões Francesas (1808-2008) têm merecido as preferências por parte das primeiras entidades interessadas em usufruir deste serviço.¹³⁷

A perspectiva da reconversão de um museu de acentuados traços tradicionalistas em espaço aberto, acessível, itinerante e assumidamente ao serviço das pessoas, constitui um conceito pelo qual vale a pena lutar. Este trabalho tem sempre como base a investigação local e a identidade da população. São exercícios de expografia. O objectivo é que a população se sinta identificada com os objectos expostos. Consiste em fazer uma nova museologia. A museologia social.

Assim o departamento de **Investigação e Produção de Exposições**, surgiu como reconhecimento através de Ana Bela Lourenço, cujo espírito empreendedor é reconhecido pelo Museu. Na sua perspectiva, o trabalho que desenvolve no Museu é assumido como um Projecto de Vida.

4.2.3 – O Laboratório Aberto

Foram desenvolvidos esforços para a implementação de um laboratório de conservação e restauro no interior algarvio. Surgiu como um grande desafio para o qual será necessária uma boa dose de coragem, dedicação e trabalho. O espaço está instalado numa das salas das antigas Casas Agrícolas.

Direccionado sobretudo para a arte sacra, escultura em madeira policromada, pintura sobre madeira e pintura sobre tela, este laboratório encontra-se disponível ao público em geral e pretende ser em simultâneo um lugar aberto e dinâmico onde se poderá usufruir de vários serviços. Aí, será possível acompanhar os trabalhos de conservação e restauro, apreciar exposições temporárias, frequentar iniciativas na área da formação e consultar o Centro de Documentação especializado em história da arte, museologia e conservação e restauro.

¹³⁶ *Ibidem*

¹³⁷ *Vide Anexos X e XI – Cronograma de exposições e Mapa de localidades onde se realizaram exposições.*

Iniciativas para crianças, realização de debates de temática relacionada com a salvaguarda de bens patrimoniais e o “**Laboratório Aberto**”, onde a população poderá participar activamente nos trabalhos em decurso, estão em fase de implementação.

A compreensão das regras de funcionamento do mercado e o desenvolvimento de estratégias de divulgação, faz para pareceres técnicos, diagnóstico do estado de conservação e orçamentos. Conta-se em breve expandir a especialização à área dos têxteis. A produção de serviços educativos e *ateliers* pedagógicos para crianças revela igualmente um potencial interessante.

Este serviço, tal como acontece no modelo tradicional dos museus, terá a seu cargo o restauro e a conservação das colecções utilizando os métodos e as tecnologias mais adequadas para o efeito mas, sempre que possível, nas actividades de conservação e restauro deverão ser utilizadas ferramentas e equipamento de trabalho do tipo dos usados nas velhas oficinas dos restauradores de forma a transformar a actividade numa componente museológica viva, que julgamos de bastante interesse. Naturalmente que este serviço poderá, justificando-se, ser utilizado também pela comunidade na execução por encomenda, de trabalhos de restauro e conservação de peças de cerâmica, estatuária, têxteis, etc. Sendo admissível que possam vir a ser criadas condições para a oficina se transformar num pólo de formação profissional especializada.

4.3 – MEMÓRIA EM SUPORTE DIGITAL

O Museu do Trajo tem vindo a integrar o digital no seu funcionamento diário. A um conjunto de ferramentas de trabalho que têm vindo a ser desenvolvidas na última década se chamou “Memória (em suporte) Digital”.¹³⁸



Fig. 34 – Projecto Digital¹³⁹

Este projecto começou em inícios dos anos 80 do século XX quando foi sentida a necessidade de se dispor de um **Arquivo Fotográfico** que apoiasse as investigações na área do trajo local. O recurso principal foi desde então constituído pelos inúmeros pequenos arquivos familiares existentes em quase todas as famílias em que eram recolhidas algumas informações básicas como a identificação dos fotógrafos e dos fotografados e as notas e dedicatórias manuscritas nas próprias fotografias. Desde o primeiro momento que o critério de organização esteve centrado nas famílias. As imagens eram então convertidas para formato digital e os respectivos originais devolvidos os proprietários.

Trata-se de uma experiência na área da imagem fotográfica, com implicações e que contribui entre outras coisas para um museu mais amigável. Esta experiência inovadora, tem situações completamente inesperadas, às vezes com boas surpresas, outras nem por isso. Das situações inesperadas, podemos contar uma muito curiosa.

Um dia uma das pessoas a quem o Museu ofereceu um disco CD com as fotografias recolhidas, foi ter com o Director do Museu, Emanuel Sancho, para que este lhe corrigisse alguns erros que havia detectado. Queria também juntar mais fotografias de família, que no

¹³⁸ *In* Memória Digital – Emanuel Sancho – S. Brás de Alportel, 16 de Agosto de 2009

¹³⁹ Fonte: Museu do Trajo

entender dele, deviam figurar lá no CD. O senhor havia descoberto que inserindo o disco no leitor de CD/DVD podia visualizar as fotos na televisão, não necessitando por isso de um computador. Também descobriu que a “coisa” lhe podia ser útil – foram feitas várias cópias do disco que ele ofereceu aos parentes pelo Natal.¹⁴⁰

A população, as cerca de 250 famílias que cederam ao museu os seus arquivos fotográficos e um grupo de fiéis colaboradores que se encontra no museu todas as quintas-feiras, foram os condutores que levaram o museu a um caminho de “navegação à vista”, sinuoso, com avanços e recuos.

Neste sentido, o Museu do Trajo, ao optar pelo digital, considerou ser essa uma via de futuro, que lhe permitiu libertar e concentrar tempo, espaço e energia para o bom desempenho do principal papel de um museu que é a sua Função Social. Assim, ponderou em consciência, as vantagens funcionais da memória em suporte digital:

Economia de espaço – num dispositivo de pequena dimensão pode ser armazenadas quantidades enormes de informação;

Economia de recursos – evita-se o dispêndio de recursos com burocracia, equipamentos, mobiliários, técnicos especializados, conservação, restauro, etc ;

Consciência ética e ecológica – o digital substitui o papel prescindindo da cadeia poluidora inerente, dispêndio de energia e diminuição da floresta.

Funcionalidade e acesso rápido à informação – num mesmo suporte pode ser armazenado som, imagem, vídeo, texto e outros *media*. A localização da informação é praticamente instantânea.

¹⁴⁰ *In* Memória Digital – Emanuel Sancho – São Brás de Alportel, 16 de Agosto de 2009

4.3.1 – Arquitectura e evolução urbana

A arquitectura e o urbanismo são elementos civilizacionais de primeira grandeza. As alterações económicas e sociais verificadas nas últimas décadas no Algarve mudaram profundamente o quadro de vida das populações levando ao abandono dos modelos tradicionais. As alterações verificadas na paisagem urbana e rural estimularam a implementação deste projecto.

O Museu do Trajo possui uma base de dados digital de imagens da evolução do urbanismo e arquitectura pelo levantamento fotográfico periódico de centenas de ruas e edifícios das principais localidades do Algarve. Este projecto teve início em 1985 e conta com cerca de 122 100 imagens, o qual constitui um recurso para investigadores destas áreas.

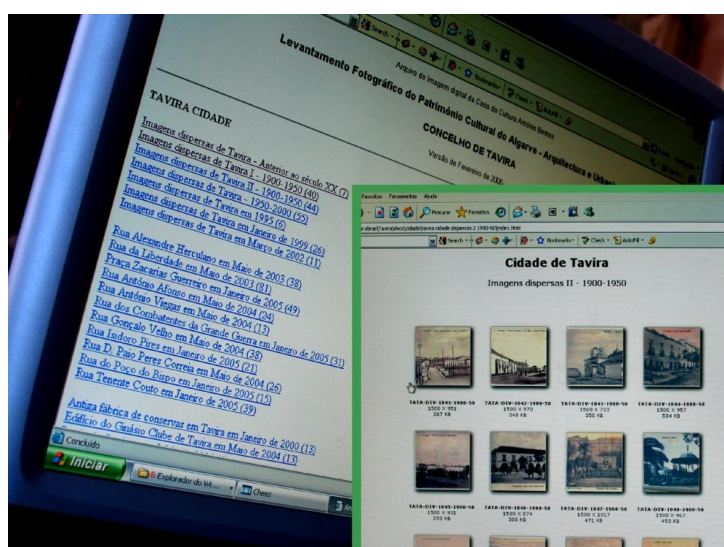


Fig. 35 - Imagens do Urbanismo do Algarve (Arquivo Digital)¹⁴¹

Foram registados os elementos considerados característicos da arquitectura local como a côr, os elementos decorativos, as platibandas, as sancas, as chaminés, as alusões votivas e religiosas, as cantarias, os monogramas, as datações, etc. Deu-se particular atenção às intervenções de gosto contemporâneo e procurou-se reflectir as reacções da comunidade. O projecto integra áreas de cartografia, toponímia, heráldica, política autárquica e manifestações culturais localizadas. Os levantamentos fotográficos de conjuntos arquitectónicos são efectuados a períodos regulares de tempo e permitem o acompanhamento de demolições, reconstruções, restauros, repintes e outras intervenções reveladoras das dinâmicas locais.

¹⁴¹ Fonte: Museu do Trajo

4.3.2 – Etnomusicologia e cultura imaterial

No âmbito do desenvolvimento das actividades museológicas na área etnológica/etnográfica, o museu acumulou um acervo informativo em registo áudio que atinge os 551 exemplares. A maior parte desta informação foi recolhida em cassetes de fita magnética, que devido à sua fragilidade e actual desuso, está sendo convertida para formato digital. Este acervo serviu de base à publicação dos 4 volumes de Algarve Tradições Musicais. Trata-se de uma fonte importante de registos, captados desde os inícios da década de 80 do século XX até à actualidade. As temáticas focadas centram-se nas alterações sociais e culturais verificadas em consequência do confronto entre o Algarve interior (Cachopo, Monchique, São Brás de Alportel) e a explosão turística da litoral verificada a partir de 1960.

4.3.3 – Inventário Museológico

O Museu, adoptou o programa MATRIZ – Programa de Inventário Museológico, a partir do ano 2000. Sendo o inventário, a primordial ferramenta de funcionamento de um museu, este procedimento já comum em boa parte dos museus portugueses e veio substituir o sistema de fichas manuais em papel. Actualmente, está a decorrer a conversão e total revisão da informação constante no sistema antigo, e já estão inventariados 600 objectos de um total de 13200.

4.3.4 – Arquivo de Gestão

Deste modo, procedeu-se à digitalização de todo o arquivo de gestão do Museu desde as primeiras diligências para a sua fundação (1982) até à actualidade. Estes documentos apesar da diversidade de assuntos, estão concentrados num sistema único, organizados por anos e possuem uma nomenclatura codificada que automaticamente os dispõem por ordem cronológica dentro de cada ano. Incluem, a título de exemplo, entre outros, correspondências, faxes, mensagens de correio electrónico, fotografias, estatísticas, documentos vídeo e áudio, documentos contabilísticos, recortes de jornais, reportagens de televisão e rádio, actas de reuniões, registos de acontecimentos ocorridos, processos de obras, gestão de pessoal, etc. Trata-se da conversão para um único tipo de suporte, concentrado numa única unidade de memória, de todos os documentos que constituem o arquivo corrente do Museu.¹⁴²

¹⁴² *In* Memória Digital – Emanuel Sancho – S. Brás de Alportel, 16 de Agosto de 2009



Fig. 36 – Filomena Mendonça
Fazendo a digitalização do Arquivo do Museu¹⁴³

4.3.5 – Base de Dados de Têxteis, Trajo e Moda

O Museu do Trajo sentiu a necessidade de desenvolver uma base de dados na área dos têxteis, trajo e moda que complementasse o Centro de Documentação já existente foi esta ferramenta de trabalho constituída em 1997. É composta fundamentalmente por documentação proveniente de especialistas, investigadores, empresas, instituições e museus de têxteis, trajo e moda de todo o mundo. Conta actualmente com 8200 documentos, organizados num ambiente de visual semelhante à Internet, em linguagem HTML e dispõe de um sistema interno de busca e localização da informação. Está organizado em 11 áreas distintas:¹⁴⁴

Cronologias da Moda; Teoria da Moda; Trajos do Mundo; Trajo Português; Paramentaria; Fibras; Tecidos e Tecelagem; Costura e Confecção; Rendas e Bordados; Conservação e Restauro de Têxteis e Biografias.

¹⁴³ Fonte: Museu do Trajo

¹⁴⁴ Idem

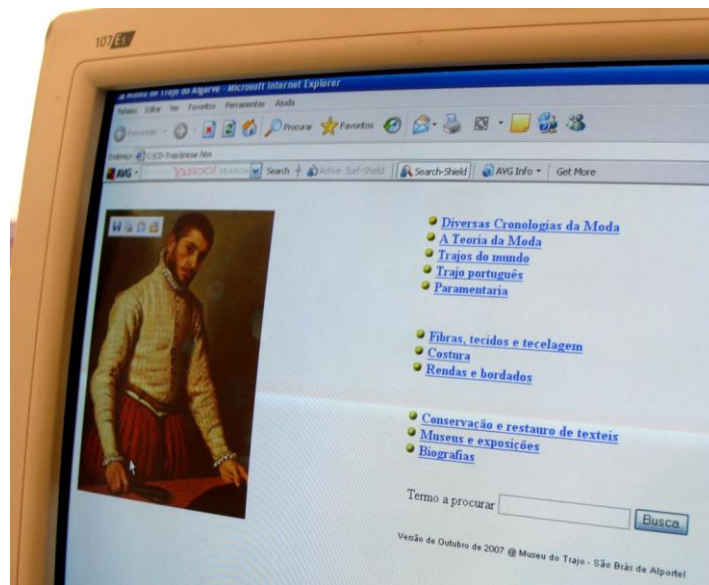


Fig. 37 - Arquivo do Trajo e Moda¹⁴⁵

4.3.6 – Fotografia e Memória - Arquivos de Família

A fotografia, a imagem, tem uma força extraordinária. Ter a possibilidade de rever um lugar que se alterou ou uma pessoa que já não existe, desencadeia emoções difíceis de exprimir. O trabalho desenvolvido pelo Museu do Trajo, na área da memória e, de certa forma, uma maneira de fazer arqueologia. Escavar na memória das pessoas, talvez pelo seu lado intimista, afectivo, emotivo é facilitador de novos hábitos, estimulador de amizades e, particularmente importante para o Museu, que se coloca centro de tudo isto. O Museu é um espaço carente de humanidade e de emoção.

A memória é apreendida sobretudo através da comunicação oral que resulta da socialização e persistência das recordações que são evocadas, mas também do interesse que estas recordações têm para o grupo, elas são de algum modo condicionadas por cada um dos actores sociais que a testemunham, interagindo com a sua própria história vivida, cuja evocação se manifesta na memória.

O Museu do Trajo, não pretende “possuir” as fotografias que lhe são confiadas, (os objectos em si com a sua materialidade) e por isso optou pela digitalização das fotografias evitando assim, o dispêndio inerente de recursos associados aos ambientes controlados (luz, humidade, temperatura), mobiliário, técnicos especializados, conservação, restauro, etc.

¹⁴⁵ Fonte: Museu do Trajo

De uma forma muito geral se pode dizer que um arquivo familiar de dimensão mediana ocupava uma unidade de memória (1 disco DVD – 4,7 Gb). Uma cópia do resultado final era, no término do processo, entregue ao representante da família.



Fig. 38 – Divulgação da recolha das fotografias antigas¹⁴⁶

Numa fase posterior foi considerado importante aumentar a qualidade e quantidade da informação armazenada pelo que se julgou de interesse proceder à recolha das memórias associadas às fotografias. Com a entrada nesta fase passaram a ser anexados os registos audio resultantes das entrevistas individuais ou de grupo quando confrontados com as imagens. Estão registadas 250 famílias num total de 14500 imagens.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Fonte: Museu do Trajo

¹⁴⁷ In Memória Digital – Emanuel Sancho – S. Brás de Alportel, 16 de Agosto de 2009



Fig. 39 – Fotografia antiga com dedicatória¹⁴⁸

O processo de alargamento do âmbito da informação trabalhada não tem parado em relação às intenções iniciais de formar um núcleo exclusivo de fotografias de família. Assim, genealogias, correspondências, diários, documentos de identificação, imagens de objectos relevantes, etc, têm vindo a enriquecer os Processos Familiares.

O que tem sido até aqui um exercício mais ou menos restrito aos membros da mesma família, ganhou recentemente um estatuto de maior abertura: As imagens passaram a ser visionadas por grupos alargados e assim se ganhou uma visão mais plural dos temas suscitados pelas imagens.

Este é um processo que se tem revelado muito dinâmico pois novas imagens e novas informações são adicionadas periodicamente pela família ao seu “processo” familiar. O alargamento do âmbito deste projecto e a adopção de técnicas inovadoras de reavivamento da memória estão produzindo resultados interessantes.¹⁴⁹

Deste modo podemos dizer, que as descrições do passado, em particular são feitas por mais de um indivíduo, associam permanentemente aos lugares e experiências comuns aí vividas. Assim, cada lugar é “habitado” por momentos felizes ou dramáticos de que foi palco, tornando-se uma referência comum para os membros do grupo que evocam.

O trabalho desenvolvido em torno da **memória** dá **poder** às pessoas e **protagonismo**. Qualquer um, rico ou pobre, culto ou analfabeto possui um património

¹⁴⁸ Fonte: Museu do Trajo

¹⁴⁹ Idem

intrínseco que é **único**. As suas memórias, as suas alegrias e as suas tristezas, a sua perspectiva dos acontecimentos são algo só seu – portanto **único**.

Não é possível trabalhar a memória sem a participação **entusiástica e emotiva** das pessoas. Usando a fotografia, os contextos **materializam-se** (o lugar, o momento, as pessoas) e o testemunho ganha outra intensidade. O museu fica com a parte da “logística”: digitalizar, projectar as imagens, anotar/registar as informações.

Os museus, são por excelência, lugares de memória e espaços que conservam, além do património comum pela interacção que neles se produziu, também provocam recordações individuais dos vários momentos da vida passada, fazem reviver tempos passados, experiências em que se revê, na imagem de si, nos cheiros, na luz, no ruído ou no silêncio dos lugares provocando a reflexão.

No passado, estas identidades locais, ou de espaço, (portanto culturais) perduravam de forma mais vincada nas populações comunitárias, em muito devido à dificuldade de comunicação e contacto entre diferentes culturas. Porém, a globalização veio alterar esta situação, ao possibilitar uma maior interacção entre os indivíduos, as comunidades e o mundo exterior.

É aqui que o papel dos museus assume importância vital, pois, de acordo com Cristina Bruno, lembrando Waldisa Guarnieri, a

*“(…) musealização pressupõe ou implica preservar e enquanto acção museológica ela aproxima objectos e homens, revitalizando o facto cultural, «a preservação proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja à identificação. E a identidade cultural é algo extremamente ligado à auto-definição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica»”*¹⁵⁰

É importante ter consciência de que é herança comum, o património e memórias colectivas, que conferem personalidade à identidade cultural e reafirma o nosso legado colectivo.

De acordo com esta ideia, Maria Célia Santos afirma que “*cultura e identidade, são fenómenos construídos e reconstruídos em processos de interacção em um jogo diferenciador, contrastivo, dinâmico, concretizado na vivência, no quotidiano*”¹⁵¹

¹⁵⁰ Bruno, Cristina (1997) – Cadernos de Sociomuseologia, n° 9 – ULHT, p: 5

¹⁵¹ Santos, Maria Célia (1996) – Cadernos de Sociomuseologia – ULHT, p: 84

Assim sendo, podemos dizer, que para entender a identidade é necessário conhecer a cultura, uma vez que num meio cultural desconhecido, a compreensão dos elementos de identidade torna-se difícil por falta de referências que nos forneçam bases para uma interpretação correcta desses elementos, podendo em certos casos, coisas iguais terem significados distintos, ou até mesmo opostos em contextos culturais diferentes.

4.4 – PARCERIAS E PROJECTOS

Para o museu é exequível a criação de parcerias directas com escolas e instituições nacionais e internacionais, no âmbito da museologia e que promovam cursos ligados a esta área. Estes possibilitariam formação de domínio prático a camadas jovens da sociedade.

O Museu do Trajo mantém actualmente parcerias com: Núcleo Museológico do Alportel, cuja tutela é da Autarquia; Rota da Cortiça; Projecto “Mão na mão” – A Escola no Museu e “Oceano de Valores” este é um projecto intercultural com o Brasil.

Por considerar que as crianças são os futuros públicos, o Museu do Trajo está de portas abertas à inovação e mudança, à criação de novos projectos, numa perspectiva conjunta de salvaguardar os espaços de memória e identidade.

Outra função poderá ser a de colaboração com os restantes serviços do museu na emissão de pareceres sobre a certificação de peças de reconhecido valor patrimonial, inclusive de peças de propriedade privada que os seus possuidores pretendam fazer identificar.

4.4.1 – Núcleo Museológico do Alportel

O Centro Museológico do Alportel, é um espaço do Município de São Brás de Alportel, dinamizado, em parceria, com a Sociedade Recreativa Alportelense, e conta com a colaboração do Museu do Trajo de São Brás de Alportel.¹⁵²

Localizado em pleno Vale do Alportel, na bonita localidade, com o mesmo nome, o Centro Museológico do Alportel pretende ser um contributo para o fomento e a dinamização da actividade cultural do município e para a valorização do património, constituindo também um novo pólo de interesse turístico, no âmbito de uma estratégia de promoção de um turismo de qualidade, que tem por base a valorização do Património e da Natureza.

O projecto de criação do Centro Museológico do Alportel é parte do Plano de Intervenção do Vale do Alportel, que visou a valorização de uma área de 53,5Km², que inclui

¹⁵² Vide Anexo XII – Protocolo do Centro Museológico do Alportel

os sítios de Alportel, Juncais, Cova da Muda, Tareja, Bico Alto, Arimbo, Almargens, Alcaria, Tesoureiro, Farrobo, Cerro do Alportel, Malhão, São Romão e Soalheira, caracterizada por um valioso património rural e excelentes potencialidades naturais e paisagísticas, para o desenvolvimento turístico. Com financiamento do Programa Comunitário AGRIS, este Plano de Intervenção apoiou investimentos privados, e um conjunto de outros investimentos públicos, tais como a requalificação dos núcleos urbanos do Alportel e da Tareja, a requalificação do adro e espaço envolvente à Igreja de S. Romão, a valorização da Bica da Sobreira e da Fonte da Tareja, a criação de percursos pedestres e de BTT, entre um conjunto de outros trabalhos.

São alguns objectivos do Centro Museológico, cultivar a memória das gentes do Alportel e da Serra, com exposições de artesanato, com especial enfoque na cortiça, preservando assim o passado de uma Terra de Tradição e cortiça, dando assim a conhecer os Valores Naturais do Vale do Alportel, entre o barrocal e a serra.

Este núcleo museológico, serve também como Centro de Lazer e Artesanato, já que as suas dinamizadoras mantêm vivas as memórias de como se faz artesanato local, mais do que isso é uma forma de conviverem e de pôr fim a um isolamento que até pouco tempo atrás se fazia sentir. Assim a população feminina de Alportel assumiu como seu o centro museológico do Alportel, promovendo diversos eventos em franca confraternização. A Igreja, ponto de encontro do povo; a Cortiça, que enforma o passado desta terra; a Estrada, porta sempre aberta, para as Terras de Alportel, são elementos temáticos que fazem parte da cultura do Centro Museológico de Alportel.¹⁵³

¹⁵³ http://www.cm-sbras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-PT/menu_turista/turismo/patrimonio/patrim_rural/Centro_Museologico_Alportel/



Fig. 40 – Núcleo Museológico do Alportel (actividades)¹⁵⁴



Fig 41 – Núcleo Museológico do Alportel (exposição de cortiça)¹⁵⁵

¹⁵⁴ Fonte: Museu do Trajo

¹⁵⁵ Fonte: Idem

4.4.2 – Rota da Cortiça (da cultura do sobreiro à produção das rolhas)

A história da cortiça em Portugal está intrinsecamente ligada a S. Brás de Alportel, concelho algarvio onde se fabricam as melhores rolhas do mundo, utilizadas por muitas marcas internacionais de vinho e champanhe. Motor do desenvolvimento local, e profundamente enraizada nos usos e costumes das gentes da região, a cortiça justificou a criação do Concelho em 1914.

A proximidade da Serra do Caldeirão, a Norte, e a linha de cerros do Barrocal, a Sul, proporcionam um paraíso climático para esta actividade agrícola e industrial, sendo os montados de sobreiros e os montes alinhados de folhas de cortiça, parte integrante da paisagem da região.

Inicialmente utilizada no fabrico de recipientes, como baldes e alguidares, depressa, e graças à industrialização, a casca do sobreiro ganhou novas utilidades e transformou-se em novos produtos. Hoje, através de diferentes processos de fabrico, produzem-se rolhas, discos, cabos de cana de pesca, penas para volantes de badmington, malas e sapatos, revestimentos de piso, de parede e de tecto, rolhas aglomeradas para vinho ou champanhe e isolantes térmicos, acústicos e vibráteis.

O processo de tratamento da cortiça é moroso e exige técnicas especiais que os algarvios conhecem bem. Uma vez extraída do sobreiro, a cortiça é deixada a secar durante seis meses, sendo posteriormente cozida e colocada em repouso entre duas a quatro semanas. Só depois de separada, de acordo com a textura e o calibre, prensada e atada, a matéria-prima fica pronta para ser transformada.

Actualmente, esta indústria milenar é alvo do interesse turístico, pelo que estão já delineados percursos temáticos que mostram todo o processo da produção da cortiça. A chamada Rota da Cortiça – um itinerário turístico pela Serra do Caldeirão e zona montanhosa do Barrocal que visa mostrar a produção dos montados de sobreiro, a extracção da cortiça e a sua transformação industrial – vem também contribuir para proteger e divulgar o único produto em que Portugal é líder mundial.

O projecto é dinamizado pela Associação Rota da Cortiça, que teve início em 2002, pela Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça (Sul), ao qual progressivamente se juntaram outras entidades.¹⁵⁶

«A ideia de uma Rota da Cortiça, produto turístico que requalifique e articule os elementos notáveis da fileira da cortiça, desde as zonas naturais de produção, os montados, até

¹⁵⁶ Vide Anexo XIII – Protocolo “Rota da Cortiça”

às unidades de transformação, passando pelos pólos de interpretação patrimonial, ocupa desde há muito um local privilegiado nas prioridades de intervenção de diversas entidades de Algarve». Tem como objectivo prioritário «a preparação de um projecto de definição, construção e animação de um produto turístico temático visando a valorização dos recursos endógenos e a atracção de visitantes para uma região de grande potencial mas de reduzida oferta turística, a “Terra da Cortiça” na Serra Algarvia».¹⁵⁷

Para dar a conhecer o mundo da cortiça e sensibilizar para esta e outras questões do sector, nasceu em São Brás de Alportel o projecto “Rota da Cortiça”, que é dinamizado através de visitas guiadas com custo entre 15 a 25 euros, conforme as idades dos participantes.

“A Rota da Cortiça leva-nos a descobrir os mistérios da relação ancestral entre o Homem e o Sobreiro. Percorrendo os sobreirais, conhecemos as histórias, contactando com as técnicas de preparação e transformação da cortiça e descobre-se, pelo caminho, uma enorme paleta de sabores e de sensações que nunca pensámos experimentar.” É deste modo que a Rota da Cortiça é apresentada na brochura promocional desta iniciativa.



Fig. 42 – Painel de Exposição “Rota da Cortiça” no Museu de S.B.A.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Cunha Duarte, Afonso (2008) – Memórias de São Brás de Alportel Vol. II -*Terras de Alportel* – Edição: Casa da Cultura António Bentes, São Brás de Alportel. P: 354

¹⁵⁸ Fonte: Museu do Trajo

No percurso pelos vários pólos (ambiente, tradição, vida rural, inovação e conhecimento), o visitante descobre toda a fileira da cortiça desde a vertente mais natural e ecológica, passando pelos sobreiros da serra algarvia até às fábricas onde a alta tecnologia transforma a cortiça em elemento fundamental para os melhores vinhos.

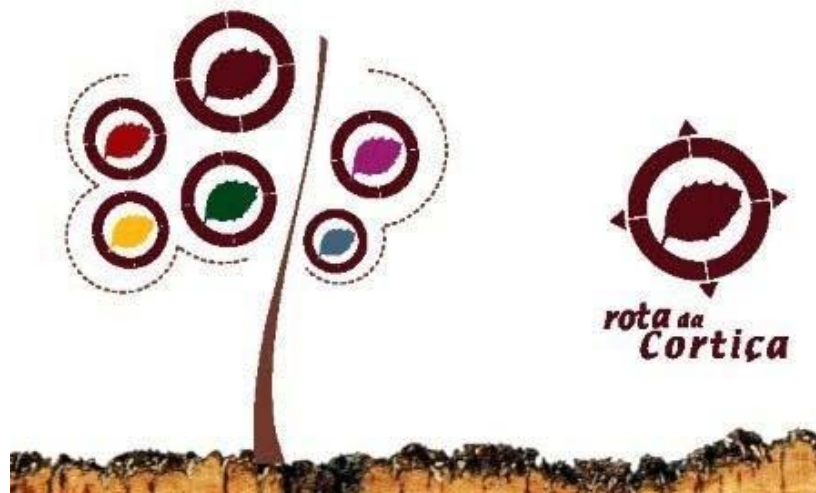


Fig. 43 – Cartaz promocional da “Rota da Cortiça”¹⁵⁹

O Museu do Trajo de São Brás de Alportel, serve de porta de entrada aos visitantes, que começam por tomar conhecimento do percurso da cortiça, desde o descortiçamento até ao produto final. No museu está patente ao público uma exposição sobre a temática da Rota da Cortiça, que inclui um vídeo documental, sobre este tema, onde se pode ver todo o percurso da cortiça, desde o descortiçamento, transformação e objectos de cortiça. Daqui rumamos em direcção ao centro da vila e seguidamente, tomamos o caminho que nos leva até à Serra do Caldeirão ao encontro do montado de sobreiro, da cortiça e das espécies animais e vegetais que vivem neste habitat único. Pelo caminho percorre-se aldeias e sítios pitorescos na região do Barrocal, com iguarias típicas da região à mistura, assim como a passagem por algumas fábricas de produção de rolhas de cortiça à moda antiga e também de artesanato de cortiça, que contrastam com as modernas fábricas e com alta-tecnologia.

São Brás de Alportel, é conhecida no meio suberícola como a localidade onde se produz a melhor cortiça do mundo.

¹⁵⁹ Fonte: Museu do Trajo



Fig. 44 – Exposição “Rota da Cortiça” – Museu do Trajo¹⁶⁰



Fig. 45 – Exposição “Rota da Cortiça” – Museu do Trajo¹⁶¹

¹⁶⁰ Fonte: Museu do Trajo

¹⁶¹ Fonte: Idem

4.4.3 – Projecto “Mão na Mão – A Escola no Museu”

Empenhado no desenvolvimento cultural da população que serve directamente, o Museu do Trajo considera prioritário o investimento na formação pessoal para a cidadania do escalão etário correspondente ao 1º ciclo do ensino básico (6-10 anos).¹⁶²

Os projectos de colaboração com o Ensino pretendem otimizar os limitados recursos do Museu e utilizá-los em função das necessidades educativas do primeiro ciclo do ensino básico nas escolas do Concelho de São Brás de Alportel. Parte-se do pressuposto de que uma relação afectiva dos alunos e suas famílias com o Museu poderá canalizar para este, recursos, participação cívica e sobretudo ajudá-lo a encontrar novos sentidos de intervenção social. Considera-se também que os esforços de criação de hábitos cívicos e culturais na faixa etária dos 6 aos 10 anos são um investimento no futuro.

Os projectos de longa duração procuram inserir o Museu no círculo dos espaços e vivências que farão parte da construção da identidade do aluno. Assuntos constantes do programa escolar são abordados no espaço do Museu, segundo uma perspectiva própria desse contexto e com actividades sempre diferenciadas. As famílias serão convidadas a frequentar gratuitamente acontecimentos culturais realizados nos seus espaços.



Fig. 46 - A turma dos “Golfinhos” em plena actividade no Museu do Trajo¹⁶³

¹⁶² Vide Anexo XIV – Protocolo Projecto Escola “Mão na Mão”

¹⁶³ Fonte: Museu do Trajo

4.4.4 – Projecto “ Um Oceano de Valores”

As turmas Golfinhos (2º ano) e 7ºB, “Turmas amigas”, do Agrupamento Vertical de Escolas de S. Brás de Alportel estão envolvidas num projecto de intercâmbio cultural com o Colégio Cícero Nogueira, em Fortaleza, Brasil.¹⁶⁴ Surgiu assim, a ideia de se realizarem exposições sobre uma actividade ou figura típica da região das escolas envolvidas. Nessa medida, trocaram-se informações e realizaram-se pesquisas relativamente ao **vaqueiro nordestino** e à **cortiça**.



Fig. 47 – Os alunos realizando as actividades do projecto “Um Oceano de Valores”, nos espaços do Museu.¹⁶⁵

Museu e escola, podem ter perspectivas diferentes a respeito da educação, mas o que torna crucial é acoplar a realidade que o museu dá a ver, com a virtualidade que a escola dá a conhecer e, ainda que movimentando-se em cenários diferentes, podem estabelecer um diálogo enriquecedor, esclarecer dúvidas e diminuir a resistência à mudança.

¹⁶⁴ Vide Anexo XV – Intercâmbio cultural “Um Oceano de Valores”

¹⁶⁵ Fonte: Museu do Trajo

4.4.4.1 - Exposição “ O Vaqueiro Nordestino”

Os alunos deste agrupamento, para além da pesquisa escrita de textos, são os autores dos desenhos. Com o apoio do Museu do Trajo montaram a exposição que aqui se apresenta.



Fig. 48 – Exposição dos trabalhos realizados pelos alunos – Museu do Trajo¹⁶⁶

Sendo assim, podemos então concluir, que o museu oferece à educação em geral e à escola em particular, a oportunidade de tornar claros, explícitos e compreensíveis muitos dos conhecimentos teóricos da educação. O museu, ao projectar no presente o conhecimento do passado, através de artefactos e da memória social e colectiva, torna possível uma apropriação do real que materializa o imaginado. É esta complementaridade que devemos aproveitar para que os alunos possam aprender mais e melhor e os museus tenham no futuro um público conhecedor, crítico e interessado que olhe a cultura e o mundo de maneira diferente.¹⁶⁷

¹⁶⁶ Fonte: Museu do Trajo

¹⁶⁷ Vide Anexo XVI – Projecto “Um Oceano de Valores”

CONCLUSÃO

Com esta investigação pretendeu-se entender qual o papel do Museu, enquanto agente de transmissão de valores (memória, identidade e património cultural), na construção ou reconstrução da identidade colectiva e, em que medida, o património cultural pode ser um meio facilitador para a construção e assunção dessa mesma identidade. Assim, partindo do contexto dum meio interior e rural, procurou-se entender qual o papel da memória individual, múltipla e frequentemente antagónica, no seio da reconstrução de uma Identidade e o valor dessa identidade nova no contexto da afirmação cultural e social local. Consequentemente e porque a instituição museu chamou a si, neste plano e no caso concreto em estudo, um papel importante, procurou-se ainda entender o valor e papel do acto de conservação de objectos e memórias individuais, no contexto da recriação da memória do colectivo e por conseguinte da identidade colectiva.

Neste sentido, iniciou-se esta pesquisa com uma reflexão em torno da instituição museológica e da disciplina que a sustenta, procurando entender, ainda que brevemente, que políticas de recollecção estiveram subjacentes aos museus ao longo da sua história, e o que foi feito com aquilo que foi conservado. Assim, foram analisados dois grandes períodos que encerram em si duas práticas diferentes de colecções e de política museológica, um primeiro momento, assinalado simbolicamente pela abertura ao público do primeiro grande museu, o Louvre, e o segundo momento posterior à II Grande Guerra Mundial, na sequência da qual se registam significativas alterações na prática museológica.

Elevando os objectos herdados a um lugar de valores supremos, transformando-os na razão primeira e última da sua própria existência e afastando de si qualquer compromisso que não fosse o da exaustiva e continuada investigação, classificação, desenho, registo e restauro desses mesmos objectos, a instituição museológica chega ao século XX completamente distanciada da sociedade onde se encontra inserida, sendo por isso mesmo alvo frequente, por diversos momentos, das mais mordazes críticas, por parte dos mais diversos sectores da sociedade.

Para o cidadão é importante dizer que viu o objecto, ou então dizer que o seu ascendente estava presente na construção daquele património e que por isso se sente parte do mesmo, se identifica com ele. Se a questão é atrair o visitante e divulgar os museus, nada

melhor que usar tudo o que estiver ao alcance do museólogo, mesmo que seja, por exemplo, usar a colecção de coches da Monarquia portuguesa.

Podemos definir património como herança paterna, bens de família, conjunto de tradições, saberes, e monumentos de uma localidade. Esse é o conjunto a que hoje chamamos de património cultural, em que a memória é a matéria-prima da história e também da museologia.

Deste modo, museu é um espaço/lugar de celebração de memória, neles se recria ou aprofunda uma identidade colectiva e cultural, se inculca um saber ou uma pertença. É um lugar que toca a mente e estimula-se a fazer parte/participar numa identidade, transmitir ou receber um saber, uma atitude, uma forma de estar e de sentir.

Podemos dizer que os museus emergem como exercício e afirmação de poder. Fiéis depositários de bens tornados públicos, os museus são parte da alma do discurso político, porquanto perpetuam pedagogicamente a memória e impõem, pedagogicamente também, os esquecimentos necessários para a sobrevivência de uma nova ordem. Neste sentido, o museu é, sobretudo, um porta-voz do discurso do Poder, lugar sagrado de contemplação e símbolo da identidade cultural da nação.

No caso do Museu do Trajo de São Brás de Alportel, objecto deste estudo, teve a sua génese na recolha etnográfica, mas antes está a música, transmissor incondicional de comunicação. Foi através da música que o fundador do museu cativou a população jovem, criando mesmo uma escola de música, onde ainda hoje os jovens aprendem a tocar vários instrumentos musicais.

O espólio recolhido pelo Padre Cunha foi de tal forma importante, que já não havia espaço para o guardar. Foi então que surgiu o Palacete arruinado de Miguel Dias Andrade, o qual foi doado por António Bentes à Santa Casa da Misericórdia, com o objectivo de criar um museu, cuja missão é conservar e divulgar o Trajo Algarvio e outros.

No entanto, embora esta missão seja cumprida, o museu de fracos recursos, encontrou formas inovadoras e auto sustentáveis para se manter. Assim, os desafios de projectos que o Museu lançou, deu os seus frutos, já que tem jovens e menos jovens que trabalham com entusiasmo nesses projectos, são eles:

Os Amigos do Museu, que promovem actividades durante todo o ano, desde a música à pintura, passando por *ateliers* de actividades. Estes amigos do museu têm a particularidade de serem financeiramente sustentáveis, já que o museu apenas fornece os espaços.

Os Amigos do Museu procuram satisfazer as necessidades culturais dos seus membros e também as da população do Concelho em geral, com iniciativas inovadoras no âmbito da multiculturalidade, já que os amigos do museu são de diversas nacionalidades o que enriquece o desenvolvimento cultural, artístico e lúdico, numa partilha de saberes, hábitos e costumes. Este envolvimento com várias comunidades, como é o caso dos Amigos do Museu, permite também uma dinâmica diferente e um maior desenvolvimento.

Outro projecto inovador é a Expografia, cuja coordenadora encontrou uma forma curiosa de dar a conhecer o espólio do museu e ao mesmo tempo criar receitas. Servindo-se do espólio do Museu, Ana Bela, leva a outras partes do Algarve o espólio para determinada exposição que lhe é encomendada, mas antes faz uma investigação detalhada do que as pessoas pretendem, isto é, desloca-se ao local investiga a vida e hábitos da população e de acordo com os objectivos pretendidos faz a exposição. Como ela própria diz “(...) *eu faço mais é exercício de expografia*”.

Para cada peça de traje é feita uma minuciosa investigação e inventariação, por Ana Bela. Desta forma ela actualiza o inventário do museu (prestando um serviço) e em troca utiliza o espólio do mesmo para as exposições itinerantes e assim o museu, através do seu espólio é divulgado, trazendo mais público visitante para conhecer *in loco* o Museu do Trajo.

Mais um projecto inovador, o da conservação e restauro. Foi implementado o projecto “O Laboratório Aberto”, direccionado sobretudo para a recuperação da arte sacra, e também escultura em madeira e pintura sobre tela. Este projecto enquanto esteve activo encontrava-se aberto ao público em geral. Actualmente está fechado, mas os seus espaços podem vir no futuro a transformar-se numa oficina, ou num pólo de formação profissional especializada.

Sempre atento a inovações e novas tecnologias, o Museu do Trajo, adoptou o digital na memória fotográfica. O “Grupo das Quintas” (como lhe chama o director do museu, Emanuel Sancho), senta-se em torno de uma mesa onde são servidos de chá e bolos (10 a 12 pessoas), são eles o motor principal do projecto fotografia. É com a colaboração destas pessoas, que puderam dar os primeiros passos na construção da memória colectiva da terra. Todas as opções são importantes e são marcantes para esta nova experiência.

O visionamento das imagens por grupos alargados, a partilha das fotografias que antes pertenciam apenas a uma família, permite-nos uma visão plural dos temas suscitados.

O reconhecimento da identidade dos indivíduos deixou de ser o motivo principal. A emigração, as pequenas indústrias, os lazeres, a condição-mulher, a religião, a política, o

associativismo, etc, são temas recorrentes sugeridos pelas imagens. A ponte entre o passado e o presente é quase sempre inevitável.

Quando os emigrantes, em Julho e Agosto regressam, sedentos de rever a terra e amigos, vêm também ao museu reviver tempos, lugares pessoas que já só existem através da fotografia. Assim surgem as histórias da emigração.

O Museu também colabora em parcerias, como “Rota da Cortiça” e “Núcleo Museológico do Alportel”, de que tem sido um elemento dinamizador.

O museu possui também um arquivo que vários investigadores do Algarve, e não só, consultam para trabalhos de investigação.

Para além do que já foi citado, este museu colabora de forma activa em projectos escolares com actividades lúdicas nos espaços museológicos. Estas actividades são fruto de um trabalho de documentação das colecções que os professores afectos aos projectos têm desenvolvido ao longo do tempo, utilizando a Ficha Pedagógica, que tem sido reinterpretada tendo em conta as especificidades dos espólios.

O museu tem procurado, uma dinâmica para a consciencialização da comunidade para a sua herança patrimonial, e essa comunidade no seu conjunto, tem reflectido sobre o seu património, tem questionado esse conceito e desenvolvido processos de reinterpretação da própria noção de património, alargando-o aos artefactos do uso quotidiano, que inicialmente eram valorizados enquanto património com valor cultural. Assim têm sido catalisadores de novas acções, nomeadamente novos projectos, organização de exposições, a publicação de catálogos e o desenvolvimento de iniciativas artísticas, lúdicas e culturais, contribuindo para a preservação das referências patrimoniais mas também das memórias e histórias das instituições e das pessoas, ajudando a construir a identidade da comunidade.

Deste modo o Museu do Trajo, mostra as memórias do passado, transmite o presente através de actividades, e propõe projectos inovadores numa perspectiva de futuro. Eis a Museologia Social.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

- Baptista Lopes, João - *Coreografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, Vol.1, Algarve em Foco, Faro, 1842.
- Beatriz, João Rosa - “*O Testamento Político de João Rosa Beatriz*”, em livro com o mesmo título, da autoria de DUARTE, Maria João Raminhos e de PIRES, Paulo Jorge, Lisboa, Edições Colibri/C.M. de S. Brás de Alportel, 2003.
- Brito, José Alberto Simões – *Projecto de Espaços Exteriores da Casa da Cultura António Bentes*, Memória Descritiva, 1999.
- Bruno, Cristina, *Museologia e Comunicação* – Cadernos de Sociomuseologia nº 9, Lisboa – ULHT, 1996.
- Cunha Duarte, Padre Afonso, *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. I – Igreja e Instituições Religiosas, – Ed. Casa da Cultura António Bentes, 2005.
- Cunha Duarte, Padre Afonso, *Memórias de São Brás de Alportel*, Vol. II – Terras de Alportel – Ed. Casa da Cultura António Bentes, 2008.
- Estanco Louro, Manuel Francisco - “*O Livro de Alportel*”, Lisboa, 1929.
- Estrela, Susana e Barros, Pedro, *in* Levantamento Arqueológico do Concelho de S. Brás de Alportel – Relatório do Progresso – C.C.A.B., Trabalho policopiado, 1999.
- Fernández, Luis Alonso, *Introducción a la Nueva Museologia* – Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- Fernández, L. A., *Museologia y Museografia*. – Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999
- Hernández, F. H., *Manual de Museologia*. – Madrid: Editorial Síntesis, S.A., 2001.
- Lameira, Doutor Francisco – “*Faro, Edificações Notáveis*”, Câmara Municipal de Faro, 1955.
- Lira, Sérgio, “*Identidade territorial portuguesa sob o nacionalismo do estado Novo*”. Jornadas de Cultura Saloia – Loures – Dezembro de 2000.
- Moutinho, Mário Canova, *Cadernos de Sociomuseologia* – ULHT – Lisboa, 1989
- Moutinho, Mário Canova, *Reflexões sobre a função social do Museu*. Cadernos de Património, nº 5. Monte Redondo: Museu Etnológico, 1993.
- Moutinho, Mário Canova, *Museologia Social*, Cadernos de Sociomuseologia nº1, Lisboa ULHT, 1993

- Moutinho, Mário Canova, *Cadernos de Sociomuseologia* – ULHT – Lisboa, 2001.
- Nunes, Paulo Simões, *História de Arte* – Lisboa Editora, 2001.
- Pessoa, Fernando Santos – *Reflexões sobre Ecomuseologia* – Edições Afrontamento, 2001.
- Pinheiro e Rosa, Prof José António – “*Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Faro*”, C.M.F., 1984.
- Pinto, Raúl R. - Loulé; *Roteiro-Guia Histórico, Turístico, Comercial e Industrial do Concelho*. Loulé, 1951.
- Primo, Judite, *Pensar contemporaneamente a Museologia* – Cadernos de Sociomuseologia nº16, Lisboa – ULHT, 1999.
- Rivière, Geoges Henri – *La museologie... Cours de Museologie/Textes et Témoignages*, Paris, Dunod-Bordas, 1989.
- Sancho, Emanuel, *In Memória Digital* – S. Brás de Alportel, 16 de Agosto de 2009.
- Santos, Maria Célia - *A Preservação da memória Enquanto Instrumento de Cidadania* – Cardernos de Sociomuseologia nº 3, Lisboa – ULHT, 1994.
- Santos, Maria Célia, “*Processo Museológico e Educação: Construindo um museu didático e comunitário.*” Cadernos de Sociomuseologia nº 7, Lisboa – ULHT, 1996.
- Santos, Maria Célia, “*Reflexões sobre a Nova Museologia*” – Cadernos de Sociomuseologia nº 18, Lisboa – ULHT, 2002.
- Santos, Maria Célia, *Museu e Educação*. Textos de Apoio fornecidos pela autora no seminário de Mestrado/Doutoramento em Museologia, 23/11/2007.
- Villaverde Cabral, Manuel, “*Portugal na Alvorada do Século XX*”, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.
- _____ “*Um Itinerário Pedestre à Descoberta da História Local...*” – In Folheto 2007 – Edição: Casa da Cultura António Bentes.

LEGISLAÇÃO NACIONAL :

- Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural – Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.
- Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto
- Lei de Bases da política do Ordenamento do Território e do Urbanismo – Lei nº 48/98, de 11 de Agosto.
- Lei de Bases do Ambiente – Lei nº 11/87, de 7 de Abril.

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL:

Convenção Cultural Europeia do Conselho da Europa, Paris, 1954

Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural da UNESCO, Paris, 1972

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada, 1985

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, La Valetta, Janeiro, 1992.

Convenção do UNIDROIT sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, Roma, 1995.

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, UNESCO, artº 2º, nº 1, Paris 17 de Outubro de 2003.

DIREITO COMUNITÁRIO:

Regulamento (CEE) Nº 3911/92, do Conselho, de 9 de Dezembro, relativo à exportação de bens culturais.

Directiva 93/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Junho, sobre restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro.

Resolução do Conselho de 12 de Fevereiro de 2001, relativa à qualidade arquitectónica no meio urbano e rural.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Almanach de S. Braz d'Alportel, 1894

O Distrito de Faro, 1876

O Povo Algarvio, 1910

O Sambrasense, 1986

Revista “al Gharb”, nº 3, Artigo “Um Museu de Pessoas para Pessoas”, ed. Olhão, Outubro de 2008.

Comunidade Paroquial, S.B.A., n.º 43, 15.12.1984

Comunidade Paroquial, S.B.A., n.º 52, 23.02.1986

Comunidade Paroquial, S.B.A., n.º 54, 08.02.1987

FONTES ORAIS (entrevistas)

SB00-ABL-1001-090428

SB00-JCD-1001-090420

SB00-VAM-1001-090428

NETOGRAFIA

http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Br%C3%A1s_de_Alportel

<http://rotadacortica.forumeiros.com/>

<http://imprompto.blogspot.com/2008/11/urbanismo-do-algarve-h-menos-de-30-anos.html>

http://www.mapav.com/faro/sao_bras_de_alportel/sao_bras_de_alportel/

http://www.cm-sbras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-

PT/menu_turista/turismo/patrimonio/patrim_rural/Centro_Museologico_Alportel/

<http://sbacriativo.blogs.sapo.pt/2346.html>

http://www.cm-sbras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-

PT/menu_turista/turismo/patrimonio/patrim_rural/Centro_Museologico_Alportel/

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

AM: Amigos do Museu

APOM: Associação Portuguesa de Museologia

CCAB: Casa Cultura António Bentes

CECA: Comité para a Educação e Acção Cultural

CIDOC: *Comité International pour la Documentation du Conseil International des Musées*

DDPC: Divisão de Documentação e Património Cultural

DREL: Direcção Regional de Educação de Lisboa

ESMA: Escola Secundária de Matias Aires

ICOM: *International Council of Museums*

ICOFOM: *International Committee for Museology*

ICOMOS: *International Council of Monuments and Sites*

IPM: Instituto Português de Museus

ISCHE: *International Standing Conference for History of Education*

ME: Ministério da Educação

META: Museu Etnográfico do Trajo Algarvio

MINOM: Movimento Internacional para uma Nova Museologia

RPM: Rede Portuguesa de Museus

SBA: São Brás de Alportel

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIDROIT: Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado

ANEXOS

ANEXOS

Anexo I – Levantamentos Arqueológicos 1999 e 2000	i
Anexo II – Testamento de António Bentes	ii
Anexo III – Regulamento Interno da Casa Cultura António Bentes	iii
Anexo IV – Protocolo entre a Santa Casa e Casa Cultura António Bentes	vii
Anexo V – Planta dos Jardins do Museu do Trajo	xix
Anexo VI – Serviços Educativos – Concurso Juvenil “Arte & Literatura	x
Anexo VII – Regulamento do Concurso Juvenil “Arte & Literatura”	xi
Anexo VIII – Ficha Pedagógica.....	xiv
Anexo IX – Actividades Amigos do Museu	xiv
Anexo X – Cronograma de Exposições	xv
Anexo XI – Mapa do Algarve, Freguesias onde se realizaram exposições	xvi
Anexo XII – Protocolo do Centro Museológico do Alportel	xvii
Anexo XIII– Protocolo “Rota da Cortiça”	xxi
Anexo XIV – Protocolo /Projecto Escola “Mão na Mão – Escola no Museu”	xxiii
Anexo XV – Intercâmbio Cultural “ Um Oceano de Valores”	xxv
Anexo XVI – Projecto “Um Oceano de Valores”	xxvi
Anexo XVII – Imagens de Exposições do Museu do Trajo	xxxiii
Anexo XVIII – Patrimónios	xxxii
Anexo XIX – Tradição	xxxvi
Anexo XX – Artesanato	xxxviii
Anexo XXI – Gastronomia	xli

Anexo - I

LEVANTAMENTOS ARQUEOLÓGICOS 1999 E 2000

Nome do Sítio	Período Histórico		
MONTE DA BEIÇUDA	Paleolítico Superior		
CHEIRAS	Neolítica / Calcolítica		
VALE DO JOIO	Republicano Romano/Alto Império		
ALCARIA	Necrópole Romana /Alto Império		
CORTE	Villa Romana		
SÃO BRÁS	Romanas alto-imperiais ou medievais islâmicas		
SÃO ROMÃO	Pré-história recente		
ALTINHO	Medieval-islâmica		
MESQUITA BAIXA	Romana, sud-gálica e islâmica		
BENGADO	Islâmico		
TAREJA	Romana		
NOMES	PRÍODO HISTÓRICO		
CERRO DA MESQUITA 1	Época Islâmica		
CERRO DA MESQUITA 2	Época medieval ou posterior		
CERRO DA MESQUITA 3	Época medieval moderna (?)		
CERRO DA MESQUITA 4	Época romana		
DESBARATO	Época romana alto-imperial		
BENGADO 2	Época romana alto-imperial		
PENEDOS ALTOS	Pré-histórico paleolítico		
MEALHAS	Pré-histórica antiga		
MONTE	Pré-histórica		

Anexo - II

e a todos os bens que a dita testadora possui
 e que a dita testadora quiser e puder
 atribuir ao filho único de ambos
 Fato, e a testadora de si.
Luís António

2022. 11. 24 92

9025 Testamento de António da
 Conceição Mendes - 1120 11. 30 e p. 43

Conceição Mendes
 Eu da idade de setenta e um anos e mais
 e estou e vivo na Secretaria Botânica
 de Faro, perante mim, autante do Registo
 Civil da Comarca de Faro. Qual
 Pragas compareceu: - António da Conceição
 Mendes, viúvo, natural da freguesia
 e concelho de A. Escoural, residente na
 Rua 2.ª para Dias Sancho, cinquenta
 e nove, na vila freguesia e concelho
 de São Brás de Alportel, filho de António
 da Silva Mendes e de Rita Xavier Marques
 Mendes,
 cuja identidade se verificou pelo recibo
 do seu bilhete de identidade número 6593144
 emitido em 15 de julho de 1974 pelo
 Centro de Identificação Civil e Militar
 e caducado
 - que faz o seu testamento e declara
 a última vontade pela forma seguinte:
 A - Logo e deante Casca da Oni seivida
 de São Brás de Alportel.
 Um: - fideiussorista, nomeado
 João, filho de João e Maria da Conceição.

Anexo – III

Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel

R E G U L A M E N T O

DA

CASA DA CULTURA ANTÓNIO BENTES

Nos termos dos artigos 60º e 62º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, foi elaborado e aprovado o presente REGULAMENTO da CASA DA CULTURA ANTÓNIO BENTES.

(Disposições gerais)

Artigo 1º

A Casa da Cultura António Bentes rege-se pelos Estatutos da Instituição e demais legislação aplicável em tudo o que não estiver previsto no presente REGULAMENTO.

Artigo 2º

As suas instalações situam-se em edifício propriedade da Santa Casa da Misericórdia, legado por António da Conceição Bentes aceite em 16/01/86, adaptado para o efeito, na Rua Dr. José Dias Sancho, nºs 59, 61 e 63, em São Brás de Alportel.

Artigo 3º

A Casa da Cultura António Bentes tem por fim promover o desenvolvimento cultural da população do Concelho, nomeadamente:

- a) Instalar um Museu Etnográfico;
- b) Criar uma Biblioteca e Arquivo;
- c) Apoiar actividades de Artesanato;
- d) Realizar reuniões culturais tais como concertos musicais, colóquios, jornadas e simpósios;
- e) Divulgar obras literárias e artísticas.

(Direcção)

Artigo 4º

1. A Direcção da Casa da Cultura é constituída pelo Provedor,

.../...

pelo Presidente do Centro Cultural da Paróquia e por três membros por eles nomeados.

2. Preside à Direcção o Provedor ou o Presidente do Centro Cultural ou pessoa por eles designada de entre os restantes membros.

3. Os três membros nomeados, por períodos de três anos renováveis, terão funções de orientação às várias realizações culturais da Casa da Cultura.

4. De entre os membros nomeados serão designados o primeiro e o segundo Secretário.

Artigo 5º

Compete à Direcção coordenar as actividades da Casa da Cultura e submeter anualmente à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia o programa dessas actividades bem como o respectivo relatório e prestação de contas em reuniões previamente convocadas para o efeito.

Artigo 6º

Das reuniões da Direcção serão lavradas actas pelo primeiro Secretário ou, no seu impedimento, pelo segundo Secretário, em livro próprio arquivado nos serviços.

(Utentes)

Artigo 7º

1. São utentes da Casa da Cultura os sambrasenses bem como residentes temporários e visitantes.

2. Pode, no entanto, a Direcção reservar o direito de acesso às suas actividades culturais, sempre que o julgue conveniente.

Artigo 8º

1. A Casa da Cultura António Bentes pode admitir como sócios leitores, benfeitores e amigos da Cultura que pagarão uma quota ou outra prestação adequada.

2. A inscrição como sócios bem como o pagamento das respectivas quotizações obedecem a Normas previamente fixadas pela Direcção e aprovadas pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia.

.../...

3. Os sócios têm livre acesso às diversas actividades promovidas pela Casa da Cultura, desde que devidamente identificados.

(Pessoal)

Artigo 9º

1. A Santa Casa da Misericórdia afectará à Casa da Cultura o pessoal necessário para apoio às diversas actividades culturais.

2. As novas admissões de pessoal destinado à Casa da Cultura são da competência da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia sob proposta da Direcção.

3. As formas de contratação do pessoal bem como os respectivos direitos e deveres são os previstos no regime legal em vigor aplicável à Santa Casa da Misericórdia.

Artigo 10º

Os horários do pessoal bem como do funcionamento das actividades da Casa da Cultura são elaborados pela Direcção e aprovados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia.

(Receitas)

Artigo 11º

Constituem receitas da Casa da Cultura:

- a) Subsídios concedidos por entidades oficiais ou particulares directamente à Misericórdia com destino a actividades culturais;
- b) Subsídios concedidos por entidades oficiais ou particulares ao Centro Cultural da Paróquia com destino à Casa da Cultura;
- c) Produto da venda de objectos de artesanato ou outros que eventualmente se obtenham para o efeito;
- d) Produto de actividades culturais que não tenham carácter gratuito;
- e) Quotas e prestações dos sócios.

Artigo 12º

Para o desenvolvimento das suas actividades culturais, a Casa da Cultura António Bentes poderá receber apoios de entidades oficiais e particulares, de acordo com as deliberações da Mesa Administrativa

.../...

da Santa Casa da Misericórdia e o Protocolo celebrado entre esta e o Centro Cultural da Paróquia.

(Disposições finais)

Artigo 13º

A Casa da Cultura poderá ser extinta mediante deliberação da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, ouvida a Direcção, se os seus objectivos não puderem ser atingidos ou da sua administração resultarem encargos não suportáveis pelas respectivas receitas.

Artigo 14º

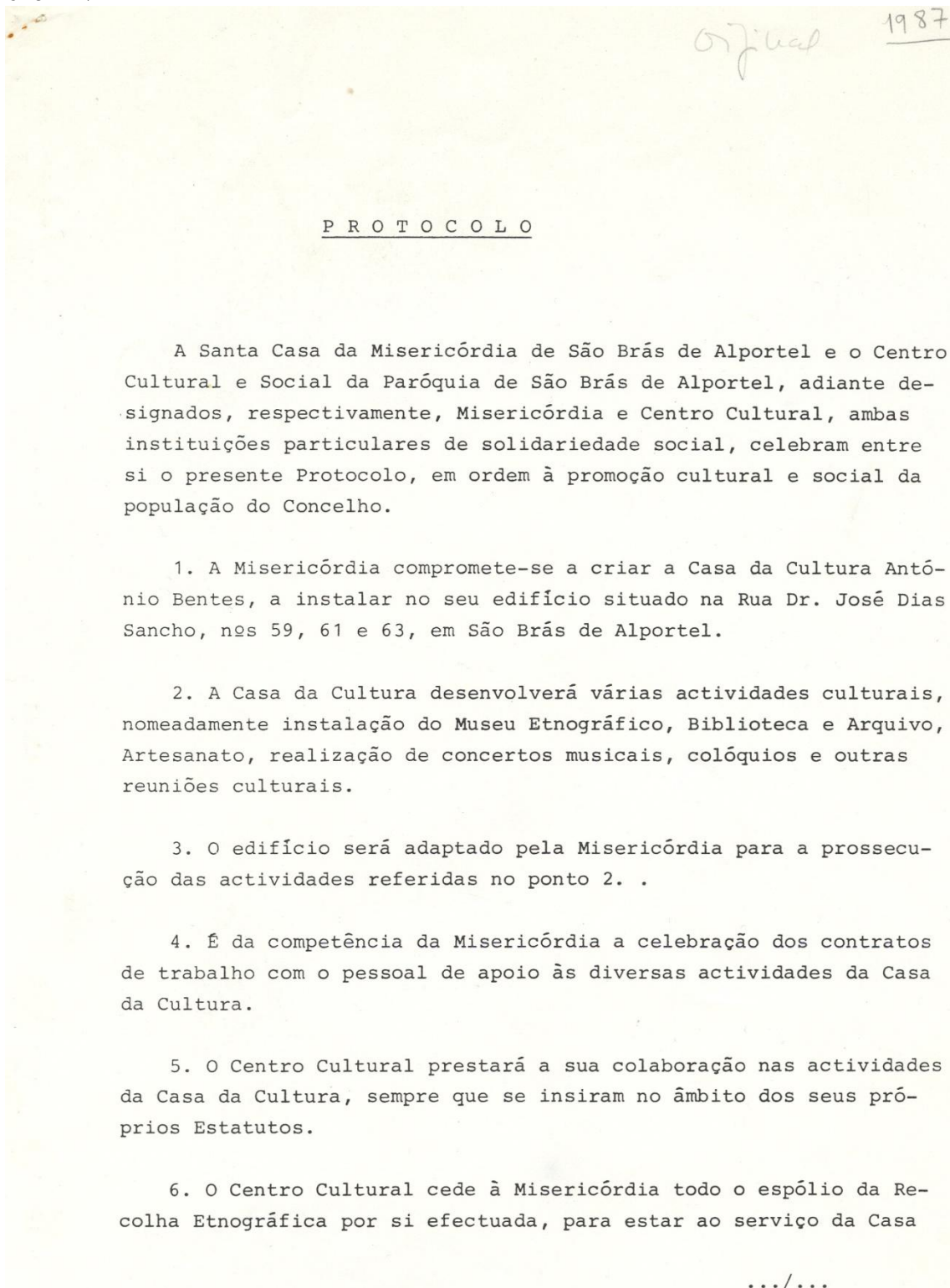
1. Em caso de extinção da Casa da Cultura, a Santa Casa da Misericórdia devolverá ao Centro Cultural da Paróquia o espólio da Recolha Etnográfica e outros objectos cedidos pelo mesmo Centro, os quais constarão no respectivo Livro de Inventário com essa referência, nos termos do Protocolo celebrado entre as duas instituições.

2. Os restantes bens serão afectos pela Santa Casa da Misericórdia a outras das suas valências conforme for deliberado pela respectiva Mesa Administrativa.

Este REGULAMENTO foi votado e aprovado, por unanimidade, em reunião da Assembleia Geral no dia de Março de 1987

O Provedor, *Silvia Saraiva*
O Secretário, *João de Almeida Duarte*
O Tesoureiro, *Roberto António Almeida Covaco*
O Presidente da Assembleia Geral, *João Almeida Duarte*
O 1º Secretário da Assembleia Geral, *João Almeida Duarte*
O 2º Secretário da Assembleia Geral, *João Almeida Duarte*

Anexo - IV



da Cultura a qual fica responsável pela sua conservação e utilização.

7. Todos os apoios que a Misericórdia e o Centro Cultural venham a receber de entidades oficiais ou particulares para actividades culturais comuns serão postos à disposição da Casa da Cultura.

8. A Casa da Cultura será orientada por uma Direcção, composta por cinco pessoas, da qual fazem parte, por inerência, o Provedor da Misericórdia e o Presidente do Centro Cultural e três membros nomeados nos termos do seu Regulamento interno.


9. Preside à Direcção da Casa da Cultura o Prior Pe José da Cunha Duarte, enquanto exercer o seu ministério na Paróquia de São Brás de Alportel.

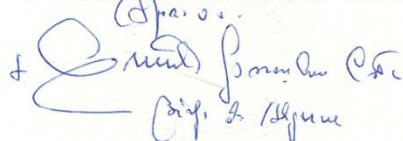
10. A Misericórdia e o Centro Cultural têm preferência na utilização das edificações polivalentes (capelas dos Parises, Cova da Muña, Peral e Mesquita), que são propriedade da Paróquia de São Brás de Alportel, sempre que no desempenho das suas actividades de assistência social às populações locais.

11. O presente Protocolo poderá ser alterado com a assinatura conjunta do Provedor da Misericórdia e do Presidente do Centro Cultural e a aprovação do Bispo da Diocese.

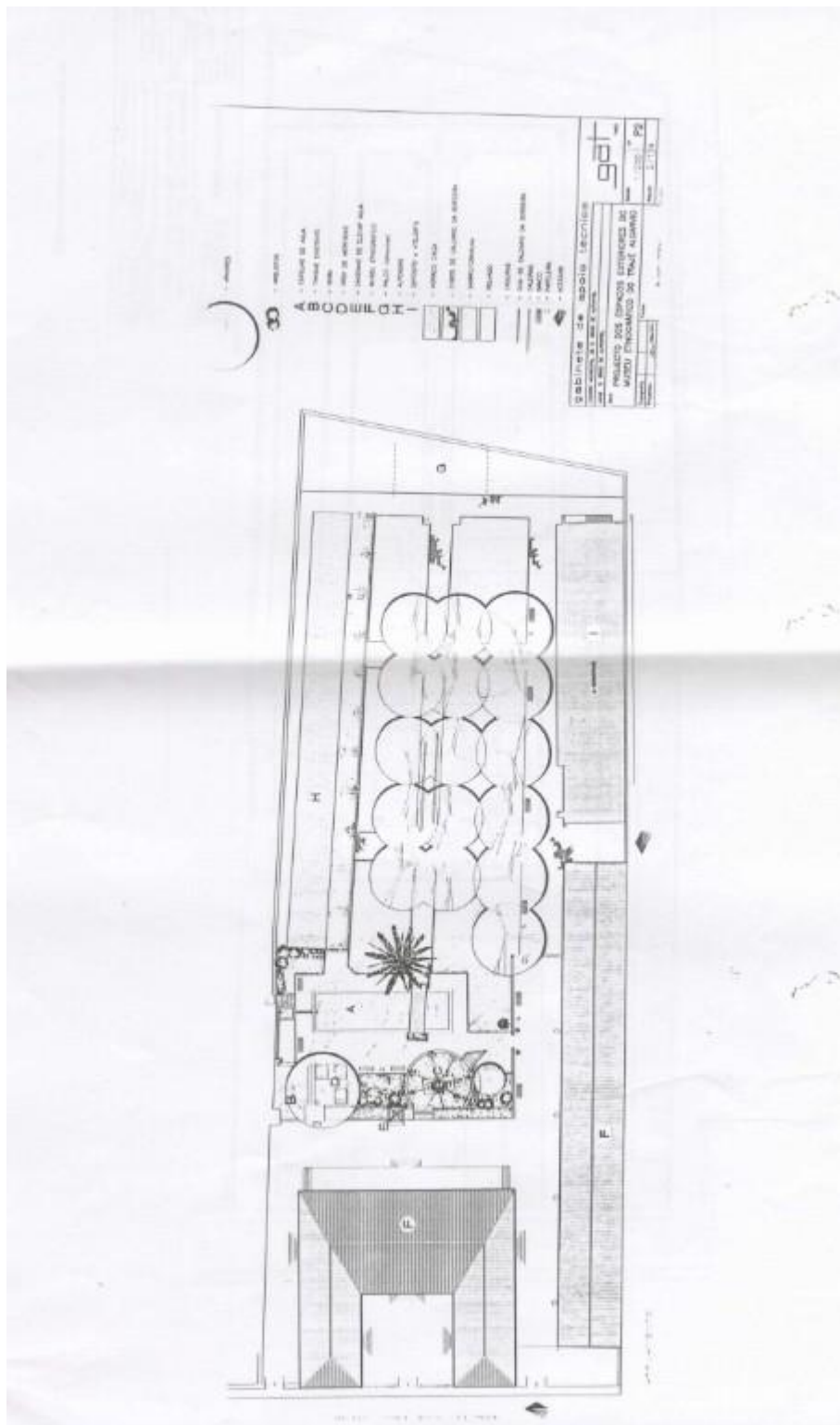
São Brás de Alportel, 26 de Fevereiro de 1987

O Provedor, 

O Presidente do Centro Cultural, 


Bispo da Diocese

Anexo - V



Anexo - VI



Anexo – VII



I- OBJECTIVOS:

O concurso tem como principal objectivo promover junto dos jovens do Concelho de São Brás de Alportel o interesse e o gosto pela Arte e Literatura através de projectos que incluam as expressões plásticas e escrita, combinando, experimentando e desenvolvendo os diferentes meios de expressão literária e plástica.

II- CONCORRENTES: Podem concorrer todos os alunos dos níveis 1º, 2º, 3º ciclos e secundário, das escolas e/ou residentes do Concelho de São Brás de Alportel.

III- TEMA: O conteúdo temático do Concurso é: “Lendas e Tradições”. Todos os trabalhos têm que reflectir o tema indicado. Cada trabalho é constituído por uma página A4 escrita e a respectiva ilustração, sendo necessário ter um subtítulo bem explícito.

IV- MODALIDADES: São admitidos a concurso trabalhos escritos, prosa ou poesia, relatando interpretações de lendas e tradições, devendo estas incluírem uma ilustração de variadas técnicas. Tanto o texto como o desenho não devem ocupar mais do que uma página A4 cada.

V- APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS TRABALHOS:

- a. O prazo de entrega dos trabalhos decorre até ao dia 29 Maio de 2009.
- b. Os projectos serão entregues no escritório dos Amigos do Museu do Trajo a Vânia Mendonça.
- c. Os trabalhos devem ser todos identificados com títulos.
- d. Todos os trabalhos devem ser entregues dentro dum envelope A4 fechado com a seguinte informação no exterior:
 - títulos do trabalho escrito e da ilustração;
 - pseudónimos dos alunos;
 - Escola e Ciclo de Ensino
- e. Dentro do envelope A4 deve também estar um outro envelope pequeno A5 fechado, com a seguinte informação:
 - títulos do trabalho escrito e da ilustração;
 - pseudónimo e o nome real do(s) aluno(s)
 - idade
 - Escola e Ciclo de Ensino
 - Professor
 - Contactos de escola e casa

VI- PRÉMIOS: Serão atribuídos prémios a cada nível de ensino: 1ºciclo, o 2ºciclo, 3ºciclo e Secundário. A cerimónia de entrega de prémios será sexta-feira, dia 19 de Junho de 2009, na galeria do Museu do Trajo de S. Brás de Alportel.

VII- EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS AO PÚBLICO: Os trabalhos serão expostos no Museu do Trajo de São Brás de Alportel durante o mês de Julho de 2009.

VIII- O JÚRI: O júri será formado por escritores e artistas plásticos . A decisão final do júri é definitiva e não haverá recursos.

Informações adicionais: www.museu-sbras.com tel. 289 840 100

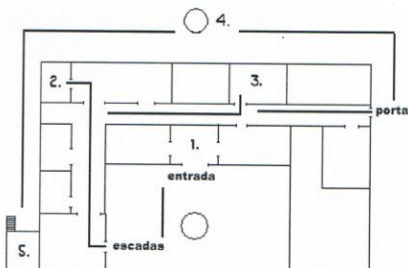
Anexo – VIII

Ficha pedagógica



Bem-vindos ao Museu do Trajo!

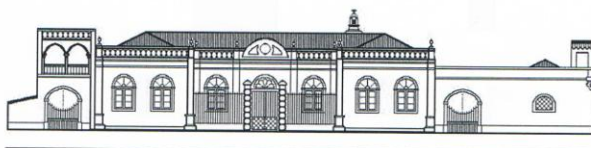
Esta ficha vai ajudar-te a conheceres melhor 5 espaços distintos do edifício do museu.
Através destas actividades ficarás a conhecer melhor a história desta casa.
O esquema mostrado abaixo ajudar-te-á a percorrer os espaços e a cumprires as actividades.



Trás necessitar de um lápis para preencher as respostas. Boa sorte!

Actividade 1. **A ENTRADA**

O museu está instalado num edifício antigo e importante da vila de São Brás de Alportel.



Foi construído por um homem chamado (o seu retrato encontra-se à direita na sala da entrada principal).
Este homem foi um importante comerciante de cortiça que aqui viveu com sua família.
Por volta de 1930 algumas das salas do edifício foram transformadas num banco.

Qual a data de construção da casa ? (desenhe um círculo em torno da resposta correcta)

1700 1880 1990

Orienta-te pelo mapa. Entra no edifício, volta à segue até ao fim do corredor.

Actividade 2. **A sala da pintura mural**

As pinturas que vês nesta sala são chamadas PINTURAS às vezes FRESCOS quando são pintadas directamente nas quando elas ainda estão "frescas".
Os motivos são de imagens do campo e também de uma deusa. Esta senhora chama-se Flora e representa a natureza.

Inspira-te na pintura da parede desenhando tu no ao lado o teu próprio "fresco".

Dá uma olhadela ao mapa e segue para a actividade nº 3. Regressa ao corredor e volta à esquerda.



Anexo - IX

Attendance Totals between 01-Apr-09 and 31-Jul-09

Month	Entity:	Name	Members	Guests	Total Attendance
Apr	Activities	Yoga - English	47	0	47
Apr	Activities	Bilros	10	0	10
Apr	Activities	Tai Chi Chuan & Qi Gong	10	0	10
Apr	Activities	Metod Feldenkrais	36	0	36
Apr	Activities	Singing Lessons	30	4	34
Apr	Activities	Needles & Crafts	53	0	53
Apr	Activities	Photography Club	2	5	7
Apr	Activities	Pilates	15	0	15
Apr	Activities	Portuguese Lessons	17	10	27
Entity Totals by Month			220	19	239
Apr	Events	Amigos Excursion	30	10	40
Apr	Events	Talk by Dr Keiser	15	0	15
Apr	Events	Dinner at the Museu	11	2	13
Apr	Events	Art Exhibition	0	1	1
Apr	Events	Aperitivo	64	14	78
Apr	Events	Monthly Jazz	24	14	38
Entity Totals by Month			144	41	185
April	Totals for All Entities		364	60	424
May	Activities	Portuguese Lessons	11	0	11
May	Activities	Bilros	10	0	10
May	Activities	Metod Feldenkrais	16	6	22
May	Activities	Art Classes	17	0	17
May	Activities	Arraiolos	15	0	15
May	Activities	Needles & Crafts	30	0	30
May	Activities	Yoga - English	34	4	38
May	Activities	Pilates	25	0	25
May	Activities	Singing Lessons	20	0	20
May	Activities	Tai Chi Chuan & Qi Gong	10	0	10
May	Activities	Dancing - Tango	14	0	14
May	Activities	Mosaic	4	0	4
May	Activities	Opera Club	14	4	18

Anexo - X

CRONOGRAMA

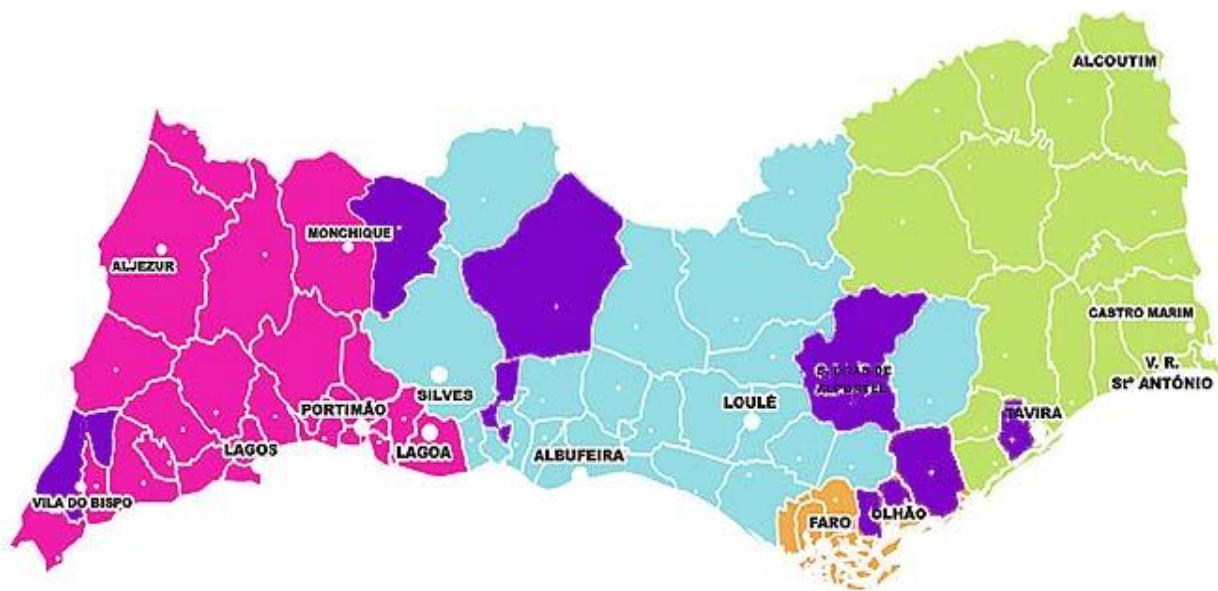
		2007				2008												2009								
		S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S
Exposições	Remexido	[Red]																								
	Memórias Alferce	[Red]																								
	A revolta de um povo											[Red]														
	200 Anos de restauração											[Red]														
	Frutos secos														[Red]											
	Comemorações do dia do idoso															[Red]										
	Tavira património do mar																[Red]									
	Casa Museu Dr. Fernandes Mascarenhas																			[Red]						
	Albufeira vai a banhos																							[Red]		

[Red] Exposições realizadas

[Dark Red] Colaborações

Anexo - XI

Mapa do Algarve



Freguesias onde já foram realizadas exposições e colaborações

Vila do bispo
Alferce
São Bartolomeu de Messines
Alcantarilha
São Brás de Alportel
Olhão
Pechão
Moncarapacho
Tavira

Anexo – XII

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO MUSEOLÓGICO DO ALPORTEL

Preâmbulo

A Câmara Municipal de São Brás de Alportel, no âmbito do Plano de Intervenção do Vale do Alportel, co-financiado pelo Programa Agris - Medida 7.1, entre outras acções, desenvolveu um projecto de reabilitação urbana de um edifício, sito no sítio do Alportel, com o objectivo de criação de um núcleo museológico e de animação local.

A Sociedade Recreativa Alportelense é uma associação recreativa e cultural sem fins lucrativos, com sede no sítio do Alportel, que foi fundada a 10 de Maio de 1944, sendo responsável por algumas acções de dinamização cultural, ao nível local e de preservação do património cultural mais tradicional.

O Centro Museológico do Alportel foi criado com o objectivo de contribuir para o fomento da actividade cultural concelhia, constituindo-se como mais um pólo de dinamização da acção local, mas também como mais um pólo de interesse turístico do sítio do Alportel.

Ambos os outorgantes concordam que o sucesso do centro museológico passa pela garantia de ligação do mesmo às raízes culturais do sítio e das gentes que o acolhem, como forma de expressão viva do património local.

Nesse sentido, o presente protocolo pretende selar um compromisso de experimentação de um modelo de gestão participado e dinâmico, adaptado aos objectivos do centro, no quadro de condicionantes das partes envolvidas.

Entre:

Primeiro Outorgante: Câmara Municipal de São Brás de Alportel, pessoa colectiva de direito público n.º 503 219 924, com sede na Rua Gago Coutinho, nº 1, em São Brás de Alportel, representada neste acto pelo seu Presidente, António Paulo Jacinto Eusébio;

Segundo Outorgante: Sociedade Recreativa Alportelense, pessoa colectiva de direito privado n.º 501664580, com sede no sítio do Alportel, 8150-014 São Brás de Alportel, representada neste acto pelo seu presidente da direcção, Nuno Filipe Vicente Genebra;

É celebrado o presente protocolo, que é livremente aceite pelas partes e que se rege pelas seguintes cláusulas:

1º
(Objecto do protocolo)

Constitui objecto do presente protocolo a concretização de um processo de cooperação humana, logística e financeira entre as partes no que respeita à instalação, gestão e funcionamento do Centro Museológico do Alportel, adiante designado por Centro.

2º
(Período de vigência do protocolo)

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes, o presente protocolo entra em vigor com a sua assinatura e é válido até ao final do ano de 2007, sendo a partir dessa data renovado automaticamente por períodos sucessivos de 1 ano.

3º
(Do Centro Museológico)

1. O Centro Museológico do Alportel funcionará em edifício propriedade do Município de São Brás de Alportel, inscrito nas Finanças sob o n.º 1636, descrito na Conservatório do Registo Predial sob o n.º 12884/20000619, sem número de polícia, junto à Igreja do Alportel, no sítio do Alportel.
2. A preparação da estrutura do edifício do Centro e a instalação do equipamento básico adequado às funções dos espaços de recepção de visitantes, pólo museológico e sala polivalente é da responsabilidade do primeiro outorgante.

4º
(Despesas de funcionamento do Centro)

As despesas de funcionamento do Centro são asseguradas pelo primeiro outorgante, designadamente:

- a) Despesas correntes de electricidade, água, comunicações, limpeza do espaço e consumíveis de escritório e informáticos;
- b) Despesas com a colocação de pessoal técnico específico necessário ao bom funcionamento do espaço, assim como com outros recursos humanos que se venham a demonstrar serem necessários.

5º

(Gestão das actividades do Centro)

1. O modelo de gestão das actividades do Centro centra-se na cooperação entre ambos os outorgantes, sem prejuízo que possam ser envolvidas outras entidades particulares sem fins lucrativos e pessoas singulares.
2. Tendo em consideração o referido no ponto anterior, são deveres do primeiro outorgante:
 - a) Promover a elaboração do Plano de Actividades Anual e respectivo orçamento do Centro em colaboração com o segundo outorgante;
 - b) Gerir o funcionamento e o planeamento das actividades do Centro com o segundo outorgante;
 - c) Apoiar o segundo outorgante no desenvolvimento das actividades acordadas e previstas no plano de actividades anual;
 - d) Acolher nas instalações do Centro o trabalho voluntário de sócios do segundo outorgante ou de outros elementos da população local para a dinamização do espaço, podendo esse trabalho concretizar-se nas mais diversas formas, nomeadamente:
 - i. Apoio em horário de abertura/fecho das instalações do centro;
 - ii. Acolhimento e recepção de visitantes;
 - iii. Demonstrações de trabalho ao vivo;
 - iv. Realização de exposições locais;
 - v. Dinamização de encontros, colóquios ou outras acções de formação e informação, ou outras actividades de carácter cultural.
3. Tendo em consideração o referido nos pontos anteriores, são deveres do segundo outorgante:
 - a) Propor anualmente ao primeiro outorgante um conjunto de actividades a serem desenvolvidas no Centro no ano seguinte, sem prejuízo de outras actividades que o segundo outorgante pretenda desenvolver localmente e de acordo com os seus objectivos associativos, e que deve constar no seu plano anual de actividades.

- b) Fomentar o espírito de voluntariado entre os sócios e população local para a dinamização de actividades sócio-culturais relacionadas com o Centro;
- c) Empreender esforços na prossecução conjunta da realização de actividades de índole cultural e de desenvolvimento local para o sítio do Alportel;
- d) Assegurar a organização do trabalho de voluntariado posto à disposição pela comunidade local para as tarefas do centro.
- e) Zelar pelo bom uso das instalações e equipamentos do centro postos à sua disposição pelo segundo outorgante na realização das actividades acordadas.

Celebrado em São Brás de Alportel, aos _____ do mês de _____ do ano de dois mil e seis.

O 1º Outorgante,

O 2º Outorgante,

Eng.º António Paulo Jacinto Eusébio

Nuno Filipe Vicente Genebra

Anexo –XIII

PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

A exploração e transformação corticeira foi, durante décadas, uma actividade de grande importância económica em determinadas parcelas do território regional, com o concelho de S.Brás de Alportel a merecer um destaque especial e a merecer o título de região com a melhor cortiça do mundo. Embora a actividade seja actualmente muito menos expressiva, existe ainda alguma dinâmica associada à cortiça, nomeadamente porque se mantêm em laboração algumas unidades industriais. Por outro lado, encontram-se ainda muitas zonas de sobreiral e montado de sobro, em zonas serranas, que a par de outros recursos associados à “tradição” corticeira são passíveis de ser aproveitados e valorizados, tendo em vista a concepção e divulgação de um produto turístico.

O consenso em torno desta ideia e a vontade expressa por diversos agentes no sentido de a colocar em prática, através do lançamento de uma rota, denominada Rota da Cortiça, leva ao estabelecimento deste Protocolo.

Entre:

A município de S.Brás de Alportel, pessoa colectiva nº.....com sede em....., representado neste acto pelo Presidente da Câmara Municipal,(identificação).....;

A Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça, adiante designada por AIEC, pessoa colectiva, com a sua delegação regional em, contribuinte nº....., representada neste acto pelo seu(cargo) ,(identificação).....;

A Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão, adiante designada por APFSC, pessoa colectiva, com a sua sede em, contribuinte nº....., representada neste acto pelo seu(cargo) ,(identificação).....;

A Associação IN LOCO, pessoa colectiva, com a sua sede em....., contribuinte nº....., representada neste acto pelo seu(cargo) ,(identificação).....;

O Museu do Trajo de São Brás de Alportel / Santa Casa da Misericórdia de S.Brás de Alportel, pessoa colectiva, com a sua sede em, contribuinte nº....., representada neste acto pelo seu(cargo) ,(identificação).....;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo de colaboração, que há-de reger-se nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

1. O presente protocolo tem por objecto:

- a) A constituição de um grupo responsável pela dinamização do conjunto de iniciativas conducentes à criação da “Rota da Cortiça”
- b) a definição da entidade que ficará responsável pela concepção e registo da patente da “Rota da Cortiça”
- c) a constituição de uma parceria que permita a apresentação de candidaturas de projectos a programas e financiamentos existentes no curto prazo;
- d) a definição das tarefas que caberão a cada uma das partes relativamente a iniciativas a tomar para a criação e lançamento da “Rota da Cortiça”, até que esteja constituída a Associação sem fins lucrativos que as partes pretendem criar;
- e) a constituição de uma associação sem fins lucrativos que congregue as entidades interessadas na participação na Rota da Cortiça.

Cláusula Segunda Coordenação geral

A coordenação geral das iniciativas a levar a efeito caberá à _____

Cláusula terceira Atribuição de tarefas

A Câmara Municipal de S.Brás de Alportel será a entidade responsável pela elaboração das candidaturas, relativas a acções a realizar no curto prazo, a apresentar aos Programas apropriados.

A AIEC será responsável por desenvolver todas as diligências conducentes ao registo da marca “Rota da Cortiça”.

A AIEC será responsável pela consulta preliminar ao mercado no sentido de obter informações/orçamentos relativos à criação de uma imagem de marca para a “Rota da Cortiça” bem como no que respeita à edição de materiais promocionais e publicidade.

A APFSC será responsável pelo levantamento das intenções de participação/associação, por parte dos produtores de cortiça e das condições existentes.

A Associação In Loco será responsável pelo desenvolvimento de estudos e por delinear as linhas de orientação e conteúdos básicos de acções de formação dirigidas aos vários participantes na Rota.

A Stª Casa da Misericórdia de S.Brás de Alportel, através do Museu do Trajo, será responsável por coordenar a informação que permita fazer a história da cortiça (produção e transformação) no concelho de S.Brás de Alportel.

Os diversos parceiros, no seu conjunto, desenvolverão ainda esforços no sentido de se fazer um primeiro levantamento/identificação dos recursos a integrar a Rota e de outros que lhe poderão ser associados, a avaliação da adequação de percursos existentes para integração nos itinerários a criar ou o “desenho” preliminar de novos percursos,

Cláusula Terceira

Duração

O presente protocolo tem início com a sua assinatura e caducará na data de assinatura da escritura de constituição da Associação sem fins lucrativos que as partes pretendem constituir, desde que esta situação ocorra até ao final do ano de 2002.

Cláusula quarta

Financiamento das despesas

As partes acordam que o pagamento das despesas decorrentes da concretização do objecto deste protocolo de colaboração seja estabelecido em função do grau de participação de cada uma das entidades.


Cláusula quinta

Disposições finais

Todas as questões emergentes do presente acordo ou da sua aplicação, e na falta de obtenção de acordo entre as partes, serão dirimidas por via arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro mecanismo de resolução de conflitos.

S.Brás de Alportel, aos dias do mês de de 2001.

Anexo - XIV

	<p>Agrupamento Vertical de Escolas de S. Brás de Alportel Escola EB1/JI de S. Brás de Alportel</p> <p><u>REGISTO DO PROJECTO</u></p>
Designação	
<p>“Mão na mão - Escola no Museu”</p>	
Fundamentação	
<p>Este projecto surge no sentido de dar continuidade ao trabalho iniciado no ano lectivo anterior, pretendendo aproximar a escola do museu, no sentido de alargar os horizontes culturais dos alunos.</p>	
Objectivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a importância dos museus na preservação do património - Desenvolver a sensibilidade pela preservação e valorização do património - Conhecer alguns factos históricos: Invasões Francesas, ida da Família Real para o Brasil - Compreender a importância da arqueologia e do restauro na preservação do património - Conhecer algumas tradições ligadas ao Natal - Conhecer alguns cereais - Experimentar processo de moagem tradicional - Confeccionar uma receita de doçaria tradicional - Observar diferentes plantas e identificar as suas partes - Conhecer e aplicar alguns procedimentos na secagem de plantas - Elaborar um herbário, tendo em conta as partes constituintes das plantas - Desenvolver o sentido estético - Conhecer e realizar jogos tradicionais - Divulgar o projecto “Um Oceano de Valores” - Divulgar a conhecer alguns aspectos da cultura do Brasil - Reconhecer o museu como um espaço de divulgação da cultura - Conhecer as etapas e as actividades subjacentes à montagem de uma exposição 	
Resultados esperados	
<p>Espera-se que os alunos participem com interesse e empenho nas diferentes actividades de forma a atingir os objectivos propostos.</p>	
Intervenientes	
<p>Turma do 2ºano “Os Golfinhos” – Escola E.B.1/JI de S. Brás de Alportel Museu do Trajo de S. Brás de Alportel.</p>	
Recursos materiais	
<p>Máquina fotográfica, plantas, imagens, cereais, barro, jornais, milho, trigo, mó, papel crepe...</p>	

Dia / Mês	Actividades	Responsáveis
<i>Anual</i> Outubro	Realização de actividades mensais no museu Visualização de imagens alusivas à ida da família Real para o Brasil no contexto das Invasões Francesas	<i>Prof^a Fernanda Sancho</i> Director do Museu
Novembro	Visita à exposição “Da quadrilha à contradança” com enfoque na indumentária da época; realização de desenhos de trajes Restauro de uma peça de barro Plantação de searinhas	
Dezembro	Modelagem algumas figuras do Presépio Participação na construção do Presépio	
Janeiro	Elaboração de almofadas decorativas de Natal História “Ao calor do fogo”	
Fevereiro	Moagem de milho	
Março	Confecção de bolinhos de milho Observação de diferentes plantas e	
Abril	identificação das suas partes constituintes	
Maio	Secagem de plantas	
Junho	Elaboração de um herbário Realização de composições com plantas Realização de alguns jogos tradicionais Montagem da exposição “Um Oceano de Valores – Cultura do Brasil” Conclusão e abertura da exposição	

Divulgação

Em reuniões de pais e encarregados de educação
Painel informativo exposto no museu
Página de internet do museu
Jornal do Projecto “Um Oceano de Valores”

Avaliação

Balanço trimestral feito pelos intervenientes.

Observações

São Brás de Alportel, 9 de Outubro de 2008

Assinaturas:

Anexo – XV

Intercâmbio cultural UM OCEANO DE VALORES



O Projecto “Um Oceano de Valores” é um intercâmbio cultural estabelecido entre o Agrupamento Vertical de Escolas de São Brás de Alportel e o Colégio Cícero Nogueira de Fortaleza (Brasil). Os seus principais objectivos são:

- ♦ Estabelecer um intercâmbio fértil em informações e experiências
- ♦ Descobrir o passado comum entre Portugal e o Brasil
- ♦ Contactar e conhecer um outro país com diferentes costumes e tradições
- ♦ Desenvolver um trabalho de cooperação
- ♦ Reconhecer a amizade como um valor importante da dimensão humana
- ♦ Desenvolver os valores subjacentes à diversidade da língua, costumes, tradições e outros, no âmbito da Formação Pessoal e Social e da Educação para a Cidadania

São parceiras desta iniciativa as Câmaras Municipais de São Brás de Alportel e de Fortaleza e o Museu do Trajo de São Brás de Alportel.



Anexo - XVI



Projecto de Intercâmbio Cultural

"Um Oceano de Valores"



Escolas

- Agrupamento Vertical de Escolas de S. Brás de Alportel
- Colégio Cícero Nogueira

Intervenientes

- Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas de S. Brás de Alportel – Prof^a. Violantina Hilário
- Directora Pedagógica do Colégio Cícero Nogueira – Prof^a. Evídia Saldanha
- Coordenadora do Projecto em Portugal – Prof^a. Fernanda Sancho
- Coordenadora do Projecto no Brasil – Prof^a. Camila Saldanha
- Professoras do Colégio Cícero Nogueira
- 1 turma do 1º ano da EB1/JI de S. Brás de Alportel – 20 alunos
- 1 turma do 1º ano do Colégio Cícero Nogueira – 25 alunos
- Outros alunos do Agrupamento Vertical de Escolas de S. Brás de Alportel
- Outros alunos do Colégio Cícero Nogueira

Duração

4 Anos Lectivos – 2007/2008 – 2008/2009 – 2009/2010 – 2010/2011 (Portugal) 2008 – 2009 – 2010 – 2011 (Brasil)

Objectivos

- ♦ Estabelecer um intercâmbio fértil em informações e experiências
- ♦ Descobrir o passado comum entre Portugal e o Brasil
- ♦ Contactar e conhecer um outro país com diferentes costumes e tradições
- ♦ Descobrir semelhanças e diferenças entre Portugal e o Brasil
- ♦ Utilizar diferentes meios/formas de comunicação (correio, Internet, vídeos...)
- ♦ Desenvolver um trabalho de cooperação
- ♦ Reconhecer a amizade como um valor importante da dimensão humana
- ♦ Desenvolver os valores subjacentes à diversidade da língua, costumes, tradições ,... no âmbito da Formação Pessoal e Social e da Educação para a Cidadania
- ♦ Potenciar o contributo da educação para a compreensão e amizade entre as nações

Actividades

♦ Troca de informações sobre os diferentes aspectos da vida/escola/localidade dos alunos	Durante os 4 anos
♦ Troca de informações sobre a história, os costumes e tradições das localidades/regiões/países dos alunos	“ “ “ “
♦ Troca de trabalhos pedagógicos nas áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Estudo do Meio e Expressão Plástica	“ “ “ “
♦ Descoberta e partilha de palavras semelhantes/diferentes das duas variantes do português	“ “ “ “
♦ Comunicação entre os alunos através da Internet	“ “ “ “
♦ Criação de um sítio de Internet comum às duas escolas com	“ “ “ “

trabalhos feitos pelos alunos, fotografias das escolas e localidades (com participação de outros alunos/turmas de ambas as escolas)	1 por ano 1 por ano Em 2009, 2010 e 2011
♦ Criação de um jornal comum (com participação de outros alunos/turmas de ambas as escolas)	A partir do ano lectivo de 2008/2009
♦ Escrita de um conto ou elaboração de um álbum (poderão ser feitos outros contos com outras turmas de ambas as escolas)	Em Novembro de 2010
♦ Criação de um calendário anual comum	Em Abril de 2011
♦ Troca de correspondência individual entre os alunos	Durante os 4 anos
♦ Visita dos alunos da EB1 /JI de S. Brás de Alportel a Fortaleza	
♦ Visita dos alunos do Colégio Cícero Nogueira a S. Brás de Alportel	
♦ Divulgação do Projecto (reuniões com outros docentes da escola, reuniões de pais, jornais, exposições, Internet...)	

Entidades envolvidas em Portugal

- ♦ Ministério da Educação
- ♦ Ministério dos Negócios Estrangeiros
- ♦ Direcção Regional de Educação do Algarve
- ♦ Câmara Municipal de S. Brás de Alportel
- ♦ Junta de Freguesia de S. Brás de Alportel
- ♦ Governo Civil de Faro
- ♦ Embaixada do Brasil em Portugal
- ♦ Associação dos Pais dos Alunos do Agrupamento Vertical de Escolas de S. Brás de Alportel
- ♦ Museu do Trajo – São Brás de Alportel

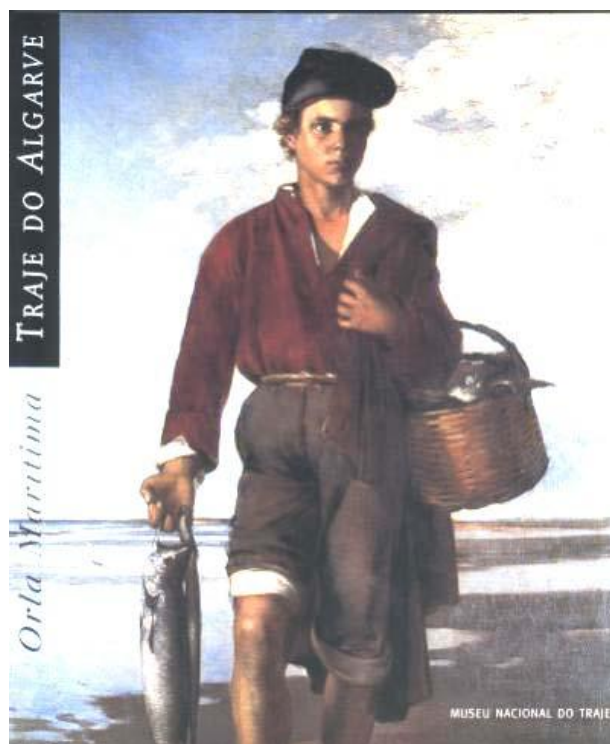
Entidade parceira

- ♦ Câmara Municipal de S. Brás de Alportel

Entidades envolvidas no Brasil

- ♦ Ministério da Educação
- ♦ Ministério dos Negócios Estrangeiros
- ♦ Ministério da Cultura
- ♦ Governo do Estado
- ♦ Câmara de Deputados
- ♦ Secretaria da Educação
- ♦ Secretaria da Cultura
- ♦ Câmara Municipal de Fortaleza
- ♦ Prefeitura de Fortaleza
- ♦ Embaixada de Portugal no Brasil

Anexo XVII – Museu do Trajo / Exposições



A Terra o Mar e os Mitos

De 10 a 31 de Maio de 1989 das 10 às 12 e das 15 às 22 h.



Organização:
CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
Colaboração:
DEL. REG. DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
PARÓQUIA DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL



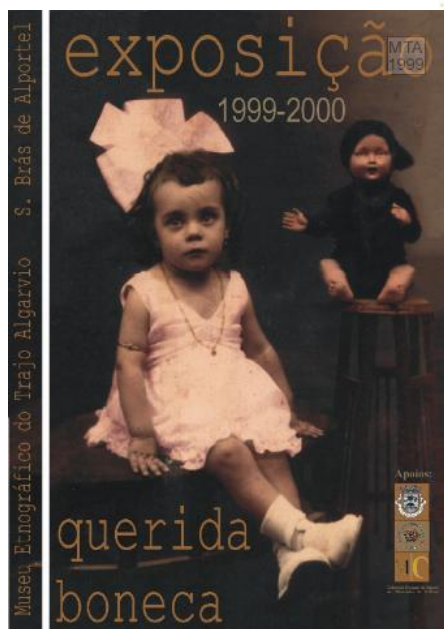
O MUNDO DA CRIANÇA

UMA INICIATIVA DA CASA DA CULTURA ANTÓNIO BENTES
COM O APOIO DA DELEG. REG. SUL DA SEC. EST. CULTURA

EM

S. BRÁS DE ALPORTEL

DE 11/12 a 1/1 de 1989



EXPOSIÇÃO

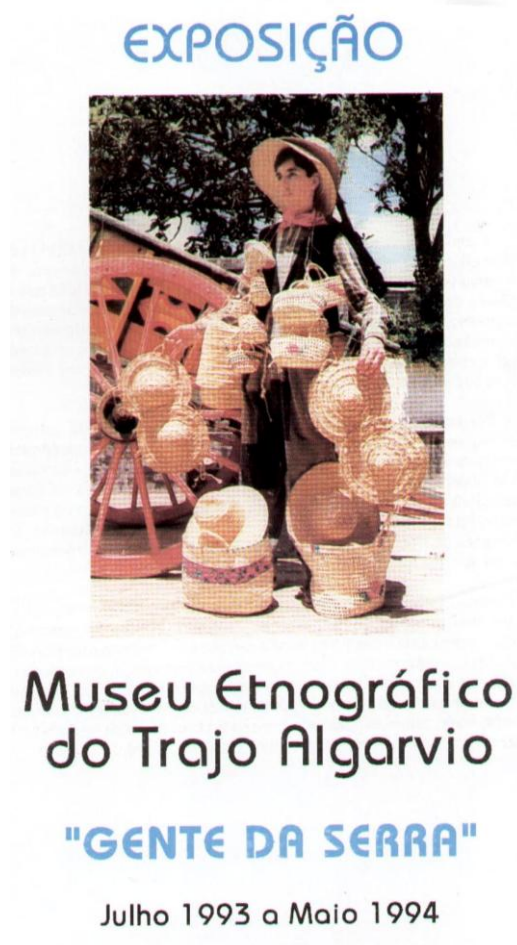
CHAPÉUS

há muitos

Museu Etnográfico do Trajo Algarvio
S. BRÁS DE ALPORTEL



RUMORES exposição etnográfica



Anexo XVIII – Patrimónios

Moinhos



Chaminés



Plantibandas



Biblioteca Municipal Estanco Louro



Pousada de S. Brás



Anexo XIX – Tradição

Procissão da Aleluia



Presépio Provençal



Natal Alusivo



Anexo XX – Artesanato

Bilros



Cestaria



Empreita



Latoaria

Cataplana em cobre



Peças de metal trabalhadas



Anexo XXI – Gastronomia



Petiscos Algarvios



Doçaria e Frutos secos



Doçaria Regional

